

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

Programa de Pós-Graduação em Direito

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

ENTRE A VILA E A MINA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM ITABIRA

BELO HORIZONTE

2019

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

ENTRE A VILA E A MINA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM ITABIRA

VERSÃO FINAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin

BELO HORIZONTE

2019

LUCAS NASSER MARQUES DE SOUZA

ENTRE A VILA E A MINA: VIOLAÇÕES DE DIREITOS EM ITABIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Banca examinadora:

Profa. Dra. Miracy Barbosa de Sousa Gustin – UFMG (Orientadora)

Julgamento: _____

Profa. Dra. Maria Tereza Fonseca Dias - UFMG (Banca examinadora)

Julgamento: _____

Prof. Dr. José Luiz Quadros de Magalhães – PUC/MG (Banca examinadora)

Julgamento: _____

Belo Horizonte, 12 de setembro de 2019

À Memória do meu amado velho Perpétuo.

AGRADECIMENTOS

Talvez a caminhada seja tão ou mais significativa que a chegada. Às vezes, tomado pela ansiedade imediatista de estar logo no destino, perdemos a – e nos perdemos na – estrada. Para além de um ritual de expressar reconhecimento para com as pessoas que compartilharam a caminhada conosco, desejo manifestar minha profunda gratidão por todas as pessoas que me possibilitaram chegar até aqui, nessa perpétua e incompleta andança. Parafraseando o rap do Djonga, “é sobre resgaste/ pra que não haja mais resquício/ na sua mente que te faça esquecer/ que você é o dono do agora/ mas, o antes é mais importante que isso”. Começo então agradecendo, saudando e pedindo bênção aos mais velhos, em especial a minha avó Margarida, por toda ternura e sabedoria compartilhada nessas vivências. Ao meu amado pai, José Perpétuo, por todo amor, inspiração, trocas e ensinamentos. À minha amada mãe, Marciene, por todo afeto, cuidado e força desses anos. Ao meu admirado irmão, Fillipe, pela partilha da trajetória que testemunhamos e vivenciamos juntos. À Graci, que nos incorporou mais doçura. À Carol, por todo compartilhamento de amor, vida, sonhos e afetos que foram tão cruciais para concluir esse ciclo.

De igual modo, sou imensamente grato e gostaria de saudar a toda grande família Marques e aos meus conterrâneos que tiveram papel fundamental no desenvolvimento dessa pesquisa e em outros aprendizados da vida, Juvenal, Alex, Thiago, Daniel, Maurício, Pedrinho, Guidinha, Marli, Vera e Marques. Ao Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região, pela bravura, intrepidez e combatividade, agradeço em especial ao professor Léo por todo suporte e amizade.

À professora Miracy, que topou esse projeto ousado e teve a coragem de aceitar a orientação. Muito agradecido pelo cuidado no ensino, pela escuta amiga, pela confiança e pelo exemplo de resiliência que inspirou e inspira gerações de pesquisadores.

Aos programas Pólos de Cidadania e Cidade e Alteridade, que tiveram um valor inestimável em minha formação acadêmica e cidadã. São as demonstrações que a universidade pode e deve ultrapassar seus muros, compartilhar os saberes e vivências.

Aos amigos que tornaram essa caminhada mais leve e possível, Zé, Lucas, Rodrigo, João, Daniel e Ana.

Ao professor Pedro Nicoli e às amigas Thaisa e Bárbara, pelas trocas em sala de aula durante o estágio docente.

À professora Maria Tereza Fonseca Dias, pelos ensinamentos com pesquisa, escuta qualificada e suporte sempre que preciso.

Ao professor José Luiz Quadros Magalhães, pelas surpreendentes reflexões e por aceitar compor a banca.

À Gabinetona, pelo acolhimento, afeto, generosidade e possibilidade de compartilhar sonhos e outras formas de bem-viver.

À Primavera Socialista, pela caminhada, potência e contribuição cotidiana para um outro mundo possível.

À Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), pela resistência hercúlea aos desmontes dos nossos direitos.

RESUMO

Itabira possui uma relação longínqua e profunda com os extrativismos, ao ponto de ser estigmatizada de “Cidade do Ferro”. Será que a cidade foi invadida pela mineração? O presente estudo desenvolve reflexões sobre os extrativismos e as violações de direitos que essa atividade promove nos territórios. Através dos pensamentos decoloniais, tentamos romper com a história única, em diálogo com direito à cidade, analisando as diferentes formas de extrativismo em Itabira, Minas Gerais, e os seus “efeitos derrame”, haja vista que se complementam nas análises dos aspectos local e global. Apresentamos os resultados da pesquisa de dois casos dessas violações de direitos, que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como “Explosivo”, e Vila Paciência. Em seguida, apresentamos outra forma de realização de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidencia-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira, são práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo do tempo. Por fim, expusemos a materialidade das insubmissões do povo itabirano através de ações promovidas por organizações da sociedade civil, que atuam na resistência e nos enfretamentos aos extrativismos predatórios na cidade.

Palavras-chave: Itabira. Mineração. Extrativismo. Decolonial. Direito à cidade. Remoções;

ABSTRACT

The present study develops reflections on the extractivism and the violations of rights that this activity promotes in the territories. Through the decolonial thoughts in dialogue with the right to the city we analyze the extractivism in Itabira-MG and its “spill effects”, since they complement each other in the analysis of local and global aspects. We present the results of research on two cases of these rights violations, which are materialized by the forced removals of two villages: Vila Sagrado Coração de Jesus, better known as “Explosivo” and Vila Paciência. Then we present another way of carrying out forced removals in the municipality through the corporate terrorism of dams. Thus, it is evident that forced removals are not isolated actions of mining extractivism in Itabira. These practices are reiterated and fueled by mining companies over time. Finally, we exposed the materiality of the insubmissions of the Itabirano people through actions that civil society organizations that act in resistance and confrontations with predatory extractivism in the city.

Keywords: Itabira. Mining. Extractivism. Decolonial. Right to the city. Removals;

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Matriz colonial do poder e sua estrutura de níveis.	21
Figura 2: Gráfico 1- Preço das <i>commodities</i> . Mundo – 2012-2016.	31
Figura 3: Gráfico 2 - Diferença entre índices de preços dos alimentos e Unidade de Valor das Manufaturas. 2002-2018.	32
Figura 4: Vista aérea de Itabira – MG.	42
Figura 5: Vista do Rio Doce, 1944.	44
Figura 6: Estátua de Carlos Drummond de Andrade no memorial dedicado ao poeta em Itabira.	49
Figura 7: Os leões da Vale extraindo manualmente minério e carregando em cestos de palha. 1942.	50
Figura 8: Tabela 1 - Participação das exportações de Minério de Ferro da CRVD no total Nacional.	55
Figura 9: O acoplamento do extrativismo com a cidade.	59
Figura 10: Explosivo entre 1946 e 1951.	62
Figura 11: Cartaz do Encontro de ex-moradores do Explosivo em 2012.	63
Figura 12: Foto de ex-moradores do “Explosivo”, s/d.	64
Figura 13: Vila Sagrado Coração de Jesus, década de 1950.	68
Figura 14: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Mapa.	81
Figura 15: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Vista aérea.	81
Figura 16: Barragens de rejeitos no entorno de Itabira.	84
Figura 17: Reprodução do banner de convocação para a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.	91
Figura 18: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.	91
Figura 19: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Sede do Valério Esporte Clube.	92
Figura 20: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.	92
Figura 21: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.	93
Figura 22: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.	93
Figura 23: Dados da população residente de Itabira por religião.	94

Figura 24: Reunião Pública realizada pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região. Auditório da Funcesi, em junho de 2019.	96
Figura 25: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2001-2019.	102
Figura 26: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2011-2031.	102
Figura 27: Tabela 2 - Arrecadação dos municípios.	104
Figura 28: Mapa do índice de Gini, microrregião de Itabira. 2010.	105
Figura 29: Gráfico 3 - Empregos diretos do Setor Mineral. Dados sobre Minas Gerais. 2009-2017	106
Figura 30: Gráfico 4 - Variação no número de postos de trabalho em Itabira (admissões menos demissões).	106

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACP - Ação Civil Pública

ALMG - Assembleia Legislativa de Minas Gerais

ANM - Agência Nacional de Mineração

BM- Banco Mundial

CALES - Centro Latino-Americano de Ecologia Social

CEB- Comunidades Eclesiais de Base

CEFEM- Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

CI- Consumo Intermediário

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CODEMA - Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito

CVRD - Companhia Vale do Rio Doce

FAO - Food and Agriculture Organization

FJP - Fundação João Pinheiro

FIP - Fundação Israel Pinheiro

FMI - Fundo Monetário Internacional

FSM - Fórum Social Mundial

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

M/C - Grupo Modernidade/Colonialidade

PAEBM - Plano de Emergência de Barragens de Mineração –

PIB - Produto Interno Bruto

SGMB - Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil

SPHC/PMI - Secretária de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabira, Prefeitura Municipal de Itabira

VBP - Valor Bruto de Produção

VAB - Valor Adicionado Bruto

ZAS - Zona de Autossalvamento

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. UM OLHAR SOBRE O EXTRATIVISMO A PARTIR DO PENSAMENTO DECOLONIAL	18
1.1. Decolonizando o pensamento.....	19
1.2. Extrativismo econômico, neoextrativismo e o mercado financeiro.....	26
1.2.1. Diálogo do extrativismo econômico com a teoria marxista da dependência	28
1.2.2. Extrativismos econômico e o “consenso de commodities”	30
1.2.3. Renovação da dependência e commodities	33
1.3. Local e global: efeitos derrames dos neoextrativismos	39
2. A CIDADE DO FERRO OU CIDADE DE FERRO?	42
2.1. Da pedra reluzente ao Pico do Cauê	44
2.2. A Vale e a Máquina do Mundo.....	50
2.3. As remoções forçadas: os casos das Vilas Explosivo e Paciência.....	59
2.2.3. Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo)	62
2.2.4. Vila Paciência	70
3. QUANTAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS SEM BERRO? INSUBMISSÕES E DIREITO À CIDADE EM ITABIRA.....	82
3.1. Nem um minuto de silêncio, mas, toda uma vida de luta: terrorismo empresarial de barragens e as resistências em Itabira	83
3.2. Os efeitos derrames no “berço da Vale”	96
4. A TERCEIRA MARGEM DO RIO: CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	111

INTRODUÇÃO

*Carro de Boi
Que vontade eu tenho de sair
Num carro de boi ir por aí
Estrada de terra que
Só me leva, só me leva
Nunca mais me traz
Que vontade de não mais voltar
Quantas coisas eu vou conhecer
Pés no chão e os olhos vão
Procurar, onde foi
Que eu me perdi
Num carro de boi ir por aí
Ir numa viagem que só traz
Barro, pedra, pó e nunca mais*

(Cacaso e Maurício Tapajós)

Pairam várias indagações sobre como contextualizar situações, experiências, vivências, introduzir justificativas e motivações para a realização da pesquisa, métodos e teorias utilizadas, as principais questões abordadas, enfim, um apanhado que prepare a leitura e o leitor. Numa tentativa de tecer esse apanhado, faremos uma breve apresentação, que não se confunde com uma resenha, sobre a pesquisa desenvolvida. O objetivo nesse momento é tracejar atalhos, visando facilitar a contextualização e compreensão do trabalho realizado.

Início com uma das tarefas que Paulo Freire apresenta como uma das mais importantes da prática educativa: a experiência de assumir-se. Assumir-se enquanto sujeito sócio-histórico-cultural do ato de conhecer, assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, num processo de aprendizagem inconcluso. Sendo assim, implica, necessariamente, a inserção do sujeito inacabado num permanente processo social de busca (FREIRE, 1996). Nesse processo social de busca, o autor deste trabalho, sujeito inacabado, se assume: filho de Itabira, cria de uma família de “batalhadores brasileiros”¹, que, historicamente, conviveu e convive com as diferentes afetações da mineração. Meu avô, que trabalhava “na roça”, nativo do Morro Santo Antônio (atualmente reconhecida como comunidade quilombola), migra com minha avó (campesina da região rural itabirana, conhecida como “os gatos”) para Itabira, área do distrito sede, em busca de melhores condições de vida. Passou então a ser “fichado” na Vale como soldador e tal condição permitiu que ambos fossem morar em uma vila operária - Vila Sagrado Coração de Jesus - onde criaram seus 12 filhos. Conforme será narrado

¹ Para aprofundamento, ver SOUZA, 2010.

posteriormente, a vila foi removida pela Vale para expansão da atividade minerária. Cresci escutando de minha mãe as histórias afetuosas do Morro e da Vila. Também escutei inúmeras vezes a justificativa de nossa família ter se mudado de Itabira: padeço de patologia respiratória desde criança, assim como tantos outros itabiranos, e, por enfática recomendação médica, tivemos de mudar. Há uma gama de estudos e pesquisas² que relacionam a poluição atmosférica de Itabira, provocada pelo extrativismo minerário, com as doenças respiratórias em crianças da região. Entes queridos e próximos continuam sofrendo a angústia de novos processos de remoções. Itabira nunca foi apenas uma fotografia na parede para nossa família, sempre nos intrigou as diásporas que o extrativismo minerário provocou e provoca em nossa cidade. Nessa toada, assim como o eu-lírico da poesia de Cacaso e Tapajós, vocalizada no timbre de Milton Nascimento, saí por aí, num carro de boi, procurando, buscando aonde foi que nos perdemos. No carro de boi, porque esse é o nosso modo de viver e nosso ritmo e tempo de viver, não precisamos de nenhum trem estrangeiro. Embalado nessa curiosidade epistemológica (FREIRE,1995), veio o desejo e, com ele, o interesse de pesquisar as relações de Itabira com o extrativismo, com as violações de direitos provocadas pela mineração – materializadas pelas remoções forçadas – do direito à cidade ao desenvolvimentismo.

Os contatos que obtive com a pesquisa e extensão universitária no Programa Pólos de Cidadania e posteriormente no Programa Cidade e Alteridade, foram fundamentais para aguçar a minha curiosidade epistemológica. O andamento das pesquisas e as vivências cotidianas da extensão em regiões periféricas de Belo Horizonte me fez associar as relações de similaridade e diferenças das remoções que acompanhávamos nos programas da universidade com os que escutei e vivenciei em minha história de vida, que me remete a Itabira.

Considerando que “as pesquisas são desenvolvidas para a solução de problemas coletivos, nunca de questões individualizadas”, (GUSTIN; DIAS, 2010, p.39) coloca-se no horizonte os conflitos socioambientais que afetam as cidades do estado de Minas Gerais há anos. Dentre eles, distinguem-se os conflitos itabiranos por suas características peculiares. Talvez a mais notável delas seja o fato de que as minas se inserem em pleno tecido urbano, fazendo com que habitantes tenham uma relação contígua com todos os riscos socioambientais que a atividade mineradora gera.

Os mecanismos de controle ampliado da mineradora restringem a vida dos moradores entre a mina e a vila. A cidade se transforma em algo estrangeiro, distante e que não pode ser

² Cf. Cad. Saúde Pública, vol. 23, suppl. 4, Rio de Janeiro, 2007.

usufruído e moldado, até mesmo porque, com as reiteradas remoções, perde-se o sentimento de pertencimento a determinada comunidade. Nesse sentido, situa-se o direito à cidade na perspectiva lefebvriana, compreendendo tal conceito como a luta pelo direito à criação e plena fruição do espaço social. O direito à cidade, nesse diapasão, consistiria no direito de todos os habitantes de usufruir plenamente da vida urbana, abrangendo todos os serviços e vantagens, tais como o direito à moradia adequada, assim como o poder de participar e decidir nos rumos da cidade (FERNANDES, 2007). Agrega-se a essa perspectiva o direito à cidade apresentado em 2006, no Fórum Social Mundial, através da *Carta mundial do direito à cidade*, a saber:

(...) o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado (Fórum Social Mundial, 2006).

Acrescenta-se, no campo teórico, os pensamentos decoloniais para refletirmos acerca dos mecanismos de dominação que o extrativismo ainda reproduz nos territórios, gerando “efeitos derrames”. Buscamos realizar, portanto, um diálogo entre o direito à cidade e os pensamentos decoloniais, haja vista que se complementam nas análises dos aspectos local e global.

Outro elemento que torna necessária a pesquisa é a carência de produção acadêmica no campo do direito acerca de tal tema³. Propomos uma interseção de vários campos dos saberes, ligados, de alguma forma, ao campo do direito, na tentativa de uma produção de teorias estruturadas a partir de uma linguagem comum e teorias convergentes, calcadas num paradigma de transcompreensão. Buscamos ir além das “fontes de papel”, analisando as “fontes personificadas” (GUSTIN; DIAS, 2010). Dessa maneira, foram realizadas entrevistas com moradores de vilas removidas pela expansão da atividade minerária em diferentes épocas e contextos, demonstrando que não foram ações isoladas embasadas em “interesse público”.

Isto posto, na primeira parte do trabalho abordamos as questões macro a partir das contribuições dos pensamentos decoloniais sobre o extrativismo. Entender esses processos também num contexto global é de suma importância para captar de que forma os modos de produção desta atividade atingem o território itabirano. Em seguida, aprofundamos a análise do extrativismo em outras dimensões (epistêmica e ontológica) e as proposições

³ As valorosas contribuições no campo das ciências sociais e geociência são dignas de nota: Minayo (1986, 2004); Ferreira (2015); Souza (2002); Souza (2003).

emancipatórias e de coexistência de mundos dos pensamentos decoloniais. Quanto ao extrativismo econômico, demonstramos a relação íntima do setor extrativista com o mercado financeiro e suas reverberações, tais como o “consenso de *commodite*” e a renovação da dependência ou dependência redobrada. Fechamos essa primeira parte apontando a coexistência entre local e global nos extrativismos e os seus desdobramentos através dos “efeitos derrames”.

Na segunda parte, entramos no local, no território itabirano. Narramos o início do processo de colonização do território e a sua historiografia oficial, apontando o crescimento exponencial da atividade extrativista. Também expusemos as apropriações e violações socioambientais que o extrativismo provoca no território. Por fim, apresentamos os resultados da pesquisa de dois casos dessas violações, que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, mais conhecida como “Explosivo”, e Vila Paciência. A opção por essas duas vilas se dá pelo aspecto cronológico-histórico. “Explosivo” é uma das primeiras vilas operárias a ser construída e também uma das primeiras a ser removida; a Vila Paciência, por sua vez, enfrentou e ainda enfrenta processos de remoção. Ademais, a escolha passa também pelo aspecto qualitativo, análise de uma vila operária e de uma ocupação orgânica da cidade.

Já na terceira parte, apresentamos outra forma de realização de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidenciou-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira, são práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo do tempo, conforme mostramos no capítulo dois, que ocorrem respectivamente na década de 1970 (Caso do Explosivo, via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); e em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Logo depois, demonstramos que esse campo de violações também é um terreno de resistências, lutas e disputas de sentidos e modos de vida. Assim sendo, expusemos a materialidade das insubmissões do povo itabirano através de ações promovidas por organizações da sociedade civil, atuantes na resistência e nos enfrentamentos aos extrativismos predatórios em Itabira, que, durante a pesquisa, tivemos a oportunidade de acompanhar. Por fim, partindo do território, do local, demonstramos o reforço da coexistência entre local e global nos extrativismos, através dos apontamentos dos “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que derramam no território flexibilizações de direitos diversos e acarretam em processos de desterritorialização.

Por último, nas considerações finais, retomamos o campo teórico decolonial, através do extrativismo e do direito à cidade, aliado a dados contemporâneos de Itabira, para refutar a “vocação minerária” e o fatalismo do “destino mineral” e promover reflexões sobre transições ou acerca do pós-extrativismo no território.

1 UM OLHAR SOBRE O EXTRATIVISMO A PARTIR DO PENSAMENTO DECOLONIAL⁴

O conceito de extrativismo, em parâmetros mais analíticos e rígidos, é definido como um complexo próprio de extração e apropriação dos recursos naturais, que são caracterizados por grandes volumes removidos e/ou alta intensidade, dos quais a maior parte é exportada como matéria prima, sem processo industrial. A avaliação da intensidade é dada a partir dos efeitos diversos da extração, como, por exemplo, os impactos ambientais, o uso de explosivos e as substâncias tóxicas (GUDYNAS, 2015). Acrescenta-se que o conceito de extrativismo é abrangente e plural, não se restringe ao campo da mineração (essa também plural, tendo em vista que abarca desde a pacata extração de ouro de aluvião até os modelos faraônicos de extrações a céu aberto), mas, envolve também outros megaempreendimentos, como a exploração de petróleo, gás natural e até mesmo a monocultura latifundiária voltada para exportação.

Devido à intensa atividade minerária e exclusividade da empresa estatal na atividade industrial do município de Itabira, alguns autores caracterizaram a referida cidade como uma cidade monoindustrial (COSTA, 1979; SOUZA, 2003). No contexto do extrativismo mineral, é importante frisar que não se trata de uma atividade industrial. Ocorre uma confusão no que diz respeito aos conceitos, haja vista que as próprias mineradoras, o Banco Mundial, os governos e os setores da sociedade denominam a mineração como “indústria extrativa”. Conforme chama atenção Gudynas (2015), extrativismos não são indústrias, pois não há processos de transformações industriais. Portanto, igualmente equivocadas são expressões como “produção mineira”, posto que não se transforma ou produz, apenas se extrai.

Nesse sentido, trabalharemos a partir das contribuições dos pensamentos decoloniais sobre o extrativismo, visto que o modo de extração colonial é uma característica desta atividade na América Latina e no Brasil. Entender esses processos a partir de um contexto global é de suma importância para apreender de que forma os modos de produção desta atividade atingem o território itabirano, isto é, o nosso objeto de estudo. Em seguida, serão

⁴ Há uma discussão em torno da utilização dos termos “decolonial” e “descolonial”. Autoras como Luciana Ballestrin, Eduardo Restrepo e Axel Rojas fazem a distinção ao apontar que descolonização seria o processo de superação do colonialismo, geralmente associado às lutas anticoloniais no marco dos Estados que resultaram na independência política das antigas colônias. Ao passo que decolonialidade seria o processo que busca transcender historicamente a colonialidade. Acrescenta-se que a expressão descolonização é utilizada pelos movimentos indígenas de alguns países da América Latina e que também está presente na *Constituição política do estado plurinacional da Bolívia*, de 2009. Importante destacar também a posição de Antônio Bispo dos Santos, o Nêgo Bispo, liderança quilombola e mestre de ofício, que adota uma posição denominada pelo próprio de “contra-colonial”. (2015)

apresentadas outras dimensões do extrativismo (epistêmica e ontológica) e as proposições emancipatórias e de coexistência de mundos dos pensamentos decolonial.

Depois será exposto o processo de acumulação por espoliação. Na seara econômica, será demonstrada a relação íntima do setor extrativista com o mercado financeiro. O rentismo e a produção de *commodities* norteiam modelos de desenvolvimento mediados pelos Estados neoliberais, disputando terra, água, minerais e biodiversidade.

Posteriormente, será abordado o “consenso de *commodite*” e os seus desdobramentos na economia brasileira. Logo após, afinaremos as reflexões sobre a teoria da dependência em suas abordagens marxistas e decoloniais, apontando para a renovação da dependência ou dependência redobrada. Por fim, será apresentado a coexistência entre local e global nos extrativismos e a reverberação dos “efeitos derrames”, no que se refere, principalmente, ao derramamento na economia, nesses lugares onde os dois aspectos coexistem.

1.1 Decolonizando o pensamento

Além do aporte oferecido por um desenvolvimento conceitual mais adequado à realidade que se observa, o chamado pensamento decolonial também produz uma análise crítica acerca da temática do extrativismo de modo que se torna importante trazer à baila suas contribuições, uma vez que as mesmas expandem ainda mais o conceito e a sua semântica, de modo que entendemos que tal perspectiva possui o condão de mudar de lugar algumas certezas.

No entanto, antes de adentrar nas concepções que o decolonialismo apresenta, especificamente sobre o extrativismo, faz-se necessária uma breve explanação dessa forma de pensar. Operando a partir do conceito de “Colonialidade do Poder”⁵, diversos pensadores questionam se superamos, de fato, as antigas hierarquias construídas pelo colonialismo moderno – racial, cultural, epistêmica, religiosa etc – ou se, ao contrário, estamos presenciando uma reiteração de reorganização pós-moderna das práticas coloniais (CASTRO-GOMEZ, 2006).

⁵ Uma das principais formulações realizada por pensadores latino-americanos decoloniais aponta para o fato de que ainda existe uma hierarquia rígida no mundo entre os diferentes sistemas de conhecimento, que possui suas raízes na experiência colonial europeia e, mais precisamente, na ideia de que o colonizador possui uma superioridade étnica e cognitiva sobre o colonizado. Destaca-se que as relações de colonialidade não se findaram com a destituição do colonialismo, através dos processos de independência. Um desses pensadores, Quijano, verifica que raça, gênero e trabalho, presentes no discurso que embasa a modernidade e a colonialidade a partir do século XVI, possuem centralidade nessa reflexão, pois o capitalismo se organizou em cima disso.

O conceito analítico de “colonialidade” se presta, portanto, à designação das relações de colonialidade nos campos político, social, econômico, cultural e epistemológico, que não findaram com o desmantelamento do colonialismo, enquanto um período histórico. Dessa maneira, através da “Colonialidade do Poder”, propagou-se “a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial” (GROSFOGUEL, 2008, p. 126). Apesar da ideia de um mundo pós-colonial ter ganhado espaço no imaginário coletivo, o sociólogo porto-riquenho Grosfoguel (2008) assevera que esta não passa de um mito, que nos incutiu a crença de que a descolonização do mundo seria realizada através da eliminação das administrações coloniais, das independências político-jurídicas. Dessa maneira, segundo essa narrativa, mudanças no sistema jurídico-político nos últimos 50 anos seriam capazes de desconstruir toda uma estrutura arraigada por 450 anos. Portanto, continuamos a viver com heranças dessa matriz de poder, que é um poder colonial. Com a suposta descolonização jurídico-política, migraríamos de um período de “colonialismo global” para um período de “colonialidade global”.

Ressalta-se ainda que a “Colonialidade do Poder” não se confunde com o colonialismo. O colonialismo trata de uma relação política e econômica, em um período histórico específico, na qual a soberania de um povo é submetida ao domínio de outro povo. Já a colonialidade diz respeito a um padrão de poder que emergiu conjuntamente com o colonialismo moderno. Ressalta-se que o termo não aponta, de uma forma mais restrita, para a um relacionamento de poder entre dois povos ou nações, mas, ao contrário, refere-se à maneira como o trabalho, o conhecimento, as relações intersubjetivas e de autoridade são encadeadas entre si através do mercado capitalista mundial e da diferença colonial. Nesse mesmo sentido, explana Grosfoguel:

É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” e “colonialidade”. A colonialidade permite-nos compreender a continuidade das formas coloniais de dominação após o fim das administrações coloniais, produzidas pelas culturas coloniais e pelas estruturas do sistema-mundo capitalista moderno/colonial. A expressão “colonialidade do poder” designa um processo fundamental de estruturação do sistema-mundo moderno/colonial, que articula os lugares periféricos da divisão internacional do trabalho com a hierarquia étnico-racial global e com a inscrição de migrantes do Terceiro Mundo na hierarquia étnico-racial das cidades metropolitanas globais. Os Estados-nação periféricos e os povos não-europeus vivem hoje sob o regime da “colonialidade global” imposto pelos Estados Unidos, através do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM), do Pentágono e da OTAN. As zonas periféricas mantêm-se numa situação colonial, ainda que já não estejam sujeitas a uma administração colonial (GROSFOGUEL, 2008, p. 126).

Sendo assim, a colonialidade faz referência a um certo padrão de dominação que a primeira independência não conseguiu extirpar, criando, dessa maneira, a necessidade de uma segunda descolonização (GROSFOGUEL, 2008). Tal padrão de dominação pode estar dentro das mentes impedindo ousadias conceituais e de método.

Nessa mesma seara, Mignolo, Edgardo Lander e outros membros do projeto de pesquisa “modernidad/ colonialidad”(M/C)⁶ alargaram o conceito de colonialidade, passando a tratar a matriz colonial do poder como uma estrutura complexa de níveis concatenados que abrange outros controles, a saber (MIGNOLO, 2010):

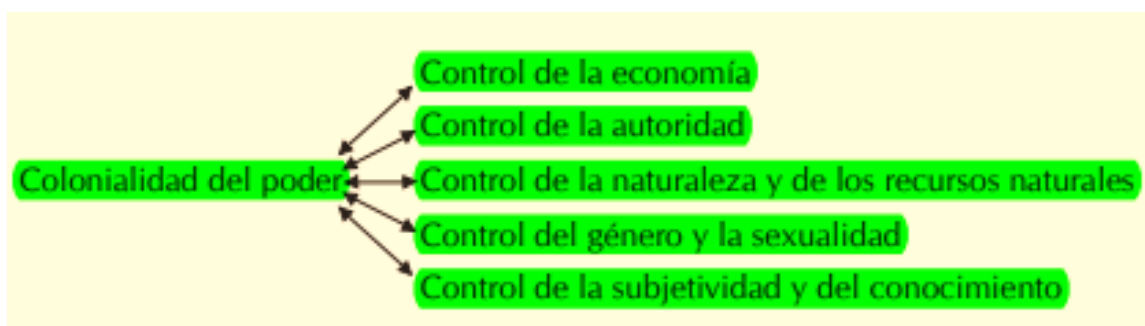


Figura 1: Matriz colonial do poder e sua estrutura de níveis.
Fonte: MIGNOLO, 2010, p.12.

Isto posto, um dos desdobramentos desse farto campo de estudos decoloniais é a reflexão sobre os extrativismos. Nesse seguimento, assim como fizeram com a colonialidade do poder, tais estudos acrescentaram dimensões desconhecidas ou pouco exploradas ao extrativismo, ampliando a semântica do conceito. Grosfoguel (2016), dialogando com outros autores, tais como Alberto Acosta, Silvia Rivera Cusicanqui e Leanne Betasamosake Simpson, afirmou a existência, para além da faceta econômica, do extrativismo (facilmente perceptível) de dimensões, do extrativismo epistêmico e extrativismo ontológico.

Nesse diapasão, o autor supracitado defende que os processos de extrativismo econômico não podem ser guiados por um tom economicista, sobrepondo-se aos processos de apropriação epistemológica do processo de extrativismo epistêmico e de destruição/subalternização humana do extrativismo ontológico, ou mesmo serem tratados como equivalentes em uma análise homogeneizante. Muito embora haja uma forte ligação entre eles, são processos heterogêneos com grandezas diferentes. Destaca-se que os elos de

⁶ Grupo Modernidade/Colonialidade (M/C), constituído no final dos anos 1990. Formado por intelectuais latino-americanos situados em diversas universidades das Américas, o coletivo realizou um movimento epistemológico fundamental para a renovação crítica e utópica das ciências sociais na América Latina no século XXI: a radicalização do argumento pós-colonial no continente por meio da noção de “giro decolonial” (BALLESTRIN, 2013).

ligação entre essas dimensões são as sensibilidades de mundos alteradas e reduzidas de forma abrupta em relações verticalmente impostas pelo poder colonial. Desse modo, incorporamos em nossas subjetividades a dinâmica das relações de poder coloniais, nas quais se coisifica e destrói as relações humanas e não humanas, numa toada de dominação. Assentado no antropocentrismo de feição europeia, passa-se a enxergar a realidade circundante – o que obviamente envolve outros seres que, no entanto, não são percebidos como tais, ou seja, enquanto sujeitos – como um mero meio para atingir determinados fins, isto é, com um objeto. Pensadores com o olhar decolonial têm apresentado uma perspectiva consonante com essa que fora narrada ao defenderem a “colonialidade da natureza”. Para Randomsky:

Se a noção geral de colonialidade, antes exposta, foi pensada inicialmente para o poder e para o conhecimento, por meio da colonialidade da natureza se reconhece o quanto natureza e selvageria se tornaram objetos de dominação humana, por um processo de objetificação (separação sujeito-objeto) que coloca o humano em uma esfera distinta e especial (separação natureza-cultura). A colonialidade da natureza inclui tanto a racionalização gerencial do ambiente como a ‘classificação em uma hierarquia [...] com os não modernos, primitivos e a natureza no patamar mais baixo da escala’ (ESCOBAR, 2008, p. 121). Escobar ainda afirma que no mesmo rol de problemas encontramos a subordinação do corpo e da natureza à mente e os produtos da terra compreendidos como gerados somente pela força de trabalho humano (como se a natureza não possuísse uma dinâmica própria), além de outros relacionados ao ambiente e aos diferentes corpos-objetos de dominação (mulheres, negros etc.). Essa tem sido uma noção potente para reflexões e pesquisas relacionadas a conflitos socioambientais ao mostrar, entre várias facetas, o quanto os programas e projetos de desenvolvimento envolvendo atores (empresas, por exemplo) transnacionais atualizam a colonialidade em novos formatos de exploração da natureza em países da África, América Latina, Oceania e Ásia (RADOMSKY, 2018, p. 68).

No caso da mineração, é repetida essa coisificação, transformando as múltiplas formas de produzir saberes, vivências, assim como as formas de vida humana e não humana, em meros objetos de extração e exploração, visando a acumulação de pequenos grupos, independente dos efeitos deletérios que isso possa provocar.

Nesse sentido, conforme aponta Grosfoguel (2016), uma possível saída para enxergar o elo entre essas dimensões é apontar que o "extrativismo epistêmico" e o "extrativismo ontológico" são as condições que possibilitam o "extrativismo econômico".

Talvez fosse mais apropriado ver o "extrativismo epistêmico" e o "Extrativismo ontológico" como as condições que possibilitam o "extrativismo econômico". O que todos têm em comum é uma atitude de coisificação e destruição produzida em nossa subjetividade e relações de poder pela civilização "capitalista / patriarcal / occidentalocêntrica / cristocêntrica moderna / colonial" em face do mundo da vida humana e não humana. A coisificação é o processo de transformar o conhecimento, formas de existência humana, formas de vida não humana e o que existe em nosso ambiente ecológico em "objetos" para instrumentalizar, com o propósito de extraí-

los e explorá-los para seu próprio benefício, não importa as consequências destrutivas que tal atividade pode ter em outros seres humanos e não humanos (GROSFOGUEL, 2016, p. 5, tradução nossa)⁷.

Uma das críticas mais agudas ao extrativismo é que a colonialidade reproduz um padrão de dominação que reduz todo caleidoscópio de saberes ancestrais e/ou populares a uma única maneira de conhecer o mundo, que, por sua vez, é hegemonizada pela racionalidade científico-técnica do Ocidente. Tal racionalidade se decreta como a única episteme válida, e, portanto, é a única capaz de gerar conhecimento válido sobre a natureza, a economia, a sociedade, os comportamentos, etc. Talvez ocorra uma miopia para outras formas de produzir conhecimento, de ser, viver e estar no mundo.

Esses modos de pensamentos, e as formas de ser e viver, foram inicialmente desqualificados pela teologia cristã e esta subalternização foi tomando mais corpo durante o Renascimento, se perpetuando por meio de filosofias seculares e ciências no reservatório da modernidade (Grécia, Roma, Renascimento e Ilustração). Se permanecemos nesse prisma da modernidade, permaneceremos acorrentados à ilusão de que não há outro modo de pensar, ser e viver. Esse caminho epistêmico reproduz a lógica da racialização que surgiu no século XVI, e que possui duas dimensões (ontológica e epistemológica) e um único objetivo: classificar como inferior e fora do domínio do conhecimento sistemático todas as línguas que não sejam a grega, latina e as seis línguas europeias modernas para manter o privilégio limitado de instituições, homens e categorias do pensamento europeu. Se o saber ou modo de ser e viver não são adequados ao pensamento dito “racional” (seja teológico ou secular), passam a ser considerados como algo que, por serem vistos com inferioridade, também demarcam inferioridade dos outros seres (MIGNOLO, 2013).

Nessa concepção de mundo, que é uma fechadura de apenas um segredo, o que está fora desses parâmetros lineares também está fora do mundo, porque não é dotado de validade. Como se não fosse suficiente desconsiderar e relegar ao lugar de inválido, de arcaico e primitivo, entre outros adjetivos, aquilo que é diferente da fórmula desenhada pela

⁷ “Quizás sería más adecuado ver el «extractivismo epistémico» y el «extractivismo ontológico» como las condiciones que hacen posible el «extractivismo económico». Lo que todos tienen en común es una actitud de cosificación y destrucción producida en nuestra subjetividad y en las relaciones de poder por la civilización «capitalista/patriarcal occidentalocéntrica/cristianocéntrica moderna/ colonial» frente al mundo de la vida humana y no-humana. La cosificación es el proceso de transformar los conocimientos, las formas de existencia humana, las formas de vida no-humana y lo que existe en nuestro entorno ecológico en «objetos» por instrumentalizar, con el propósito de extraerlos y explotarlos para beneficio propio sin importar las consecuencias destructivas que dicha actividad pueda tener sobre otros seres humanos y no-humanos” (GROSFOGUEL, 2016, p. 5, texto original).

racionalidade tecnocientífica do Ocidente, ocorre também uma imposição de conduta para conhecer e viver o mundo, uma vez que o cientificismo produz dogmas que tomam contornos de “camisa de força”.

Como se não bastasse todos os estigmas e imposições supracitadas, o extrativismo epistêmico espolia as ideias das comunidades originárias, sejam científicas ou socioambientais, retirando-as dos contextos em que foram produzidas para despolitizá-las e ressignificá-las pelo viés da lógica ocidental. Logo, o extrativismo tem como finalidade saquear as ideias produzidas pelas comunidades, em determinado contexto socioespacial, para mercantilizá-las e transformá-las em capital econômico ou mesmo para incorporar dentro da academia ocidental, visando ganhar capital simbólico ou legitimidade (GROSFOGUEL, 2016). Essa movimentação do extrativismo de saquear as ideias, retirando de todo o contexto nas quais foram produzidas, e transformá-las em capital econômico e/ou simbólico, esvazia também todos os seus sentidos, sobretudo os sentidos políticos. Dessa forma, as ideias e saberes são metamorfoseados em mercadorias que são apropriadas pelos setores extrativistas.

Faz-se necessário e importante sublinhar a perversidade dessas práticas. Ao se apropriar das ideias, dos conhecimentos e saberes produzidos pelas comunidades, sem que os povos que os produziram tenham anuído ou mesmo tenham ciência da apropriação (por isso chamamos de saque), convertem todo esse capital econômico, político e simbólico em proveito de outros grupos. Nesse espírito, explana Grosfoguel⁸:

Em ambos os casos, eles são descontextualizados para remover os conteúdos radicais e despolitizá-los com o objetivo de torná-los mais comercializáveis. Na "mentalidade extrativista" busca-se a apropriação do conhecimento tradicional para que as corporações transnacionais processem patentes privadas ou que acadêmicos de universidades ocidentalizadas simulem ter produzido ideias "originais" como se tivessem os "direitos autorais" da ideia. Nessa pilhagem e saque epistemológico, o aparato econômico ocidental / acadêmico / político / militar / imperial e seus

⁸ “En ambos casos, se los descontextualiza para quitarles contenidos radicales y despolitizarlos con el propósito de hacerlos más mercadeables. En la «mentalidad extractivista» se busca la apropiación de los conocimientos tradicionales para que las corporaciones transnacionales tramiten patentes privadas o para que los académicos de las universidades ocidentalizadas simulen haber producido ideas «originales» como si tuvieran los «copyrights» de la idea. En este pillaje y saqueo epistemológico son cómplices la maquinaria económica/ académica/ política/ militar imperial de Occidente y sus gobiernos títeres del tercer mundo dirigidos por las elites occidentalizadas. (...)

En la «mentalidad extractivista» todo objeto, tecnología o idea producida por las culturas indígenas que les sea útil es extraída y asimilada a la cultura de los colonizadores sin tomar en cuenta a los pueblos que produjeron dichos conocimientos. El saqueo se hace excluyendo de los circuitos de capital simbólico y económico a los pueblos productores de esos «objetos», tecnologías o conocimientos. De esa manera, se les extraen ideas, «objetos» y tecnologías para que otros se beneficien dejando a estos pueblos en la miseria absoluta. Además de ser pueblos expoliados de sus recursos y destruidos en su medio ambiente por el «extractivismo económico», son igualmente expoliados de sus conocimientos y tecnologías por el «extractivismo epistémico» (Grosfoguel, 2016, p. 133, texto original).

governos fantoches do Terceiro Mundo liderados pelas elites ocidentalizadas são cúmplices.

Na "mentalidade extrativista", todo objeto, tecnologia ou idéia produzida pelas culturas indígenas que lhes é útil é extraído e assimilado à cultura dos colonizadores, sem levar em conta os povos que produziram esse conhecimento. O saque é feito excluindo-se dos circuitos do capital simbólico e econômico os povos que produzem esses "objetos", tecnologias ou conhecimento. Desta forma, idéias, "objetos" e tecnologias são extraídos para que outros se beneficiem, deixando essas pessoas em absoluta miséria. Além de serem pessoas desprovidas de seus recursos e destruídas em seu ambiente pelo "extrativismo econômico", também são roubadas de seus conhecimentos e tecnologias pelo "extrativismo epistêmico" (GROSFOGUEL, 2016, p. 133, tradução nossa).

Portanto, o extrativismo se avulta e se expressa enquanto uma forma de ser e estar no mundo, a partir da qual se apropria das demais formas sem consentimento e sem qualquer preocupação com os impactos que possa gerar nas vidas dos outros seres. Estabelece-se uma relação ausente de alteridade e pautada apenas pela extração. Ressalta-se o caráter violento da extração, que é arrancar algo do lugar que está através da força. No contexto que estamos debatendo, é um saque das riquezas, do trabalho, dos saberes dos povos considerados racialmente inferiores para o proveito de uma pequena elite que se considera racialmente superior. Essa prática violadora de direitos, que reproduz uma forma de ser e estar no mundo, é uma constante das sociedades que possuem uma extensa história de dominação, imperialismo, colonialismo, capitalismo e patriarcado. A constante é alimentada porque tais sociedades vivem de espoliar, saquear e destruir as demais formas de vida. Além disso, foram constituídas e fundamentadas em "conquistas" de outros povos e destruição de outros seres. Nos dizeres do autor (2016, p. 138), a lógica da atitude do extrativismo ontológico é, "enquanto beneficie a mim, não me importa as consequências sobre os outros seres (humanos e não humanos)". Logo, é uma característica intrínseca desse modelo capitalista extrativista ter como baliza operativa de sua lógica predatória as formas de vida ocidentais em detrimento das demais e aniquilar todas as outras formas de vida que expressam diferenças.

Operando a partir de uma razão instrumental⁹, promovem a destruição para o progresso, calcados no antropocentrismo, consideram os seres humanos como algo alheio à ecologia. Caem no buraco negro da ganância e, anestesiados por esse desejo desenfreado da acumulação, não escutam os saberes das comunidades ancestrais que avisam que, ao destruir o todo, destroem a si mesmos, impossibilitando outras formas de vidas futuras.

⁹ Razão instrumental é a racionalidade predominante nos países saxões, se autodefine moderna, em oposição a razão histórica. Fundamenta-se na necessidade de se construir uma sociedade racional pela relação entre os fins e os meios. Postula o racional como sendo o útil, e a utilidade é significada pela perspectiva dominante, o poder, como produtividade e eficiência dos meios para os fins impostos pelo capital e pelo império. (QUIJANO, 1988, p. 16-24, tradução nossa).

Isto posto, os pensamentos decoloniais surgem não como panaceia para as questões apresentadas ao longo deste trabalho, mas como um instrumento teórico, que, ao recorrer a saberes outros invisibilizados ao longo da história, nos apresenta a possibilidade de coalizações epistêmicas e coexistências de modo ser e viver. São vocalizados saberes que nunca são (nem podem ser) totalizantes. Quijano (1992) propõe uma desobediência epistêmica em *Colonialidad y modernidad/ racionalidad*, visando romper com a hegemonia da imposição interna de conceitos modernos eurocentrados, enraizados nas categorias de conceitos gregos e latinos e nas experiências e subjetividades formadas dessas bases, tanto teológicas quanto seculares. Importante salientar que não é uma proposta de esgotar e superar os limites do marxismo, do freudismo e lacanismo, os limites do foucauldianismo; ou os limites da Escola de Frankfurt. Enfim, não se trata de “deslegitimar as idéias críticas européias ou as idéias pós-coloniais fundamentadas em Lacan, Foucault e Derrida” (MIGNOLO, 2008, p. 288). A opção decolonial é epistêmica, ou seja, ela se desvincula dos fundamentos genuínos dos conceitos ocidentais e da acumulação de conhecimento. Por desvinculamento epistêmico, não queremos dizer abandono ou ignorância do que já foi institucionalizado por todo o planeta. Nesse sentido, é importante elucidar que a desvinculação não consiste em um novo modelo de pretensão universalizante, que se colocaria como válido e verdadeiro, pois supera os demais previamente existentes, mas, ao contrário, ao propor uma desobediência epistêmica, o que se pretende é alterar o vetor que privilegia o princípio de destruição da vida para o princípio de respeito a todas formas de vida. Além disso, acrescenta-se o princípio da correspondência, defendido por Nina Pacari, que consiste no compartilhar de responsabilidades e a reciprocidade profunda como forma de ser e estar no mundo, são as alternativas que os pensamentos e sensibilidades decoloniais propõem, entendendo a reciprocidade profunda como a troca justa nas relações entre seres humanos e não humanos (GROSFOGUEL, 2016). Portanto, desobediência epistêmica diz respeito a possibilitar iniciativas que inovam nas formas de conhecer os mundos, sendo contestatórias, mas, simultaneamente, propositivas e criativas.

1.2 Extrativismo econômico, neoextrativismo e o mercado financeiro

Cabe agora reafirmar a ideia anteriormente aludida de que o "extrativismo epistêmico" e o "extrativismo ontológico" são as condições que possibilitam o "extrativismo econômico" e que os pensamentos decoloniais não pretendem deslegitimar as ideias críticas europeias ou as

ideias pós-coloniais, mas possibilitar a co-existência e a pluralidade epistemológica, para podermos nos debruçar nessa última categoria do extrativismo. Tendo por base a proposta de desobediência epistêmica, trabalhamos um debate sobre o contexto das *commodities* e como estas são uma faceta de uma dinâmica de acumulação que reproduz o mecanismo da economia dependente. Vamos desdobrar a intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista. Para tanto, detalhamos alguns conceitos, como o de dependência, estratégia econômica e dinâmica de acumulação, pontuando as estratégias nacionais, como o chamado neodesenvolvimentismo brasileiro. Ressalta-se o entendimento dos processos de acumulação por espoliação, que se apropriam de terras, de territórios, das produções camponesas e de agricultura familiar, de culturas e outros saberes, dos recursos minerais, transformando tudo em *commodities*, como um processo predatório que mercantiliza tudo. A leitura da conjuntura econômica, política e social facilita a compreensão nesse campo.

No cenário macroeconômico da América Latina, na década de 90 e início dos anos 2000, com a franca expansão do setor extrativista nos territórios, ocorreu um processo que alguns economistas classificam como a reprimarização da economia, que se define pela prioridade da exportação de produtos com baixo insumo tecnológico agregado (ZHOURI, 2016). Destaco o enlace das exportações de *commodities*, o processo de reprimarização e os programas neodesenvolvimentistas¹⁰, que emergiram no início do século XXI em vários países latino-americanos, calcados num forte ajuste fiscal, para atingir metas cada vez mais altas de superávit primário, aliados aos elevados índices de crescimento da China e a sua pantagruélica demanda por *commodities* (sobretudo minério e petróleo), que são obtidas através dos processos neoextrativistas – todavia, tiveram impacto positivo, em termos numéricos, e acumularam os excedentes para as economias latino-americanas nesse período. Prova disso é o índice geral do Fundo Monetário Internacional (FMI) que apontou um crescimento de 326% no preço das *commodities* entre dezembro de 2001 e abril de 2011.

O ciclo das *commodities* expandiu diversas economias latino-americanas e, posteriormente, no momento de ajuste, estas mesmas economias entraram em uma crise depressiva, das quais ainda não saíram. Neste processo, os setores mais dinâmicos de

¹⁰ O termo faz referência ao projeto nacional-desenvolvimentista dos anos 50, nos moldes da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que implantou um modelo econômico baseado no Estado planejado para apoiar o setor privado, com participação do capital estrangeiro, o que veio a gerar a crise da dívida nos anos 80. Hoje, o papel do Estado mantém a função de transferir mais-valia social para o setor privado, principalmente através da expansão do agronegócio e de projetos energéticos e de infraestrutura, centrados no controle da terra, água e minério.

acumulação, gerando crescimento econômico, foram aqueles ligados à exportação extrativista. Grandes empresas brasileiras da área, como a Vale do Rio Doce, não apenas cresceram e se valorizaram, como inflaram os setores econômicos vinculados à exportação de *commodities*, como mineração, agropecuária, petróleo, entre outros. Fomentou-se um ciclo de acumulação que foi estimulado pelo crescimento da renda da terra, dado por uma demanda crescente dos produtos ligados ao monopólio de um meio de produção, como é a terra, não reproduzível.

Esse processo alavancou setores extrativistas, expandindo, nas franjas desta dinâmica, a exploração por espoliação. Nessa linha: 1) houve um reforço da dependência em setores monopólicos que não geram um desenvolvimento integrado e consistente; 2) com a queda dos preços das *commodities*, vinculado à especulação dos preços, há desertificação econômica e aumento do desemprego, pois o modelo estava ligado à volatilidade de setores que não geram desenvolvimento produtivo nacional.

1.2.1 Diálogo do extrativismo econômico com a teoria marxista da dependência

Início com a percepção de Engels na obra *O socialismo jurídico*. Segundo o autor, relegar os fatos apenas ao campo jurídico - “terreno do direito” - não possibilitava eliminar as calamidades criadas pelo modo de produção burguês-capitalista, especialmente pela grande indústria moderna (ENGELS, 2012). Dessa maneira, ao pensar nas calamidades criadas pelo modo de produção burguês-capitalista e na insuficiência do “terreno do direito” para dirimir tais questões, saltam aos olhos as calamidades e impactos gerados pela atividade minerária e demais atividades extrativistas.

A mineração pode ser catalisadora da segregação, sobretudo da cidade, através de negociação/ mediação/ resolução de conflitos socioambientais, construindo “consensos”, que, revestidos desse “terreno do direito”, na verdade deslocam o foco da atuação do campo dos “direitos” para o campo dos “interesses”. Por conseguinte, ocorre uma flexibilização de direitos conquistados a duras penas por lutas sociais.

Logo, o direito nesses espaços de calamidades gerados pelo próprio modo de produção capitalista, ao contrário do que se possa pensar num primeiro momento, potencializa e/ou corrobora com as relações assimétricas e desiguais entre sujeitos. Ou seja, o jurídico é utilizado como ferramenta pelas correlações de forças hegemônicas. No mesmo sentido, Pachukanis (1998) defendeu que o direito não é um atributo da sociedade humana abstrata,

mas uma categoria histórica que corresponde a um regime social determinado, edificado sobre a posição de interesses privados.

Na obra supracitada, Engels afirma que a classe trabalhadora só poderá conhecer plenamente a sua condição de vida se enxergar a realidade das coisas, sem as coloridas lentes jurídicas (ENGELS, 2012). Ora, tratando-se da realidade dos trabalhadores do extrativismo, sobretudo no contexto latino-americano, uma tentativa de tirar essas “coloridas lentes jurídicas” e poder enxergar a realidade das coisas seria utilizar, ao abordar as questões relativas à mineração e ao extrativismo, uma leitura baseada na Teoria Marxista da Dependência, que fora dilatada por Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, entre outros.¹¹

A teoria marxista da dependência busca a compreensão do processo de formação socioeconômico na América Latina a partir de sua integração subordinada à economia capitalista mundial. À vista disso, o que se observa é uma relação desigual de controle hegemônico dos mercados por parte dos países dominantes e uma perda de controle dos dependentes sobre seus recursos, o que leva à transferência de renda dos segundos para os primeiros.

A inserção no capitalismo internacional de forma dependente faz com que, para melhorar suas condições de competitividade, as burguesias locais, incapacitadas de se valer da produtividade, implementem a superexploração do trabalho. Dessa maneira, realça o caráter deformado das condições de reprodução social na periferia, porque não pode contar com o mercado interno de consumo popular, concentrando a realização na alta esfera do consumo e na exportação. Ou seja, essa relação é desigual em sua essência, porque o desenvolvimento de certas partes do sistema ocorre às custas do subdesenvolvimento de outras.

Assim sendo, a teoria marxista da dependência, ao lançar luz sobre o lugar da América Latina no sistema mundial capitalista, contribui para pensar sua gênese, estruturas e dinâmicas de evolução. Portanto, ao pensar o extrativismo no diapasão da teoria marxista da dependência, nota-se que o mesmo mantém um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação da natureza, que alimenta uma rede produtiva muito pouco diversificada e fortemente dependente da inserção internacional como fornecedora de matérias-primas. Frantz Fanon (1968) já afirmava que essa nova condição de exportação para o mercado externo transformara a antiga colônia dominada em país economicamente dependente.

¹¹ Destaco *A dialética da dependência*, de Ruy Mauro Marini, sob a organização Emir Sader.

Logo, a região explorada permanece limitada à condição de um polo abastecedor de matérias-primas e alimentos para o mercado mundial, e sua economia continua assentada na exportação de produtos originários da exploração de suas vantagens naturais (petróleo, minérios e bens agrícolas). Por conseguinte, como defende Osorio, estão presentes na América Latina novas formas de organização reprodutiva que reeditam, sob novas condições, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a desconsiderar as necessidades da maioria da população” (OSÓRIO, 2012, p. 103-133).

Sendo assim, ocorre a reiteração da dependência, permanecendo numa posição subalterna que desconsidera as demandas da população.

1.2.2. Extrativismos econômico e o “consenso de *commodities*”

A crise de 2008 aprofundou uma relação entre aquecimento do mercado de derivado de *commodities*, inflação da renda da terra e acumulação mundial, expandindo formas de extração de excedente por despojo dos recursos naturais. Isto estimulou espaços de acumulação na América Latina, lugar da divisão internacional do trabalho com tradição de produção agroexportadora, o que reforçou o mecanismo histórico de dependência, onde se reafirma o poder de classes sociais associadas a formas de expropriações e maneiras predatórias de exploração dos recursos naturais e da força de trabalho (FONTES, 2010).

Este processo foi impulsionado pelo empuxe econômico chinês antes da dita crise. Entretanto, com a massa de excedentes econômicos cativa de espaços de valorização, devido à queda dos derivados do mercado imobiliário e da crise das dívidas dos países europeus, as *commodities* se apresentam como atrativas para os investimentos deste capital financeiro. Isto é, o fenômeno da inflação das *commodities* está associado à financiarização da economia¹², segundo a qual esquemas de valorização fictícia dos mercados de derivados têm um impacto na economia real, na produção e distribuição de mercadorias. Esta ideia pode ser verificada no Gráfico 1, em que há um crescimento dos preços das *commodities* a partir de 2002, com um pico a partir de 2007, chegando a 215,73 pontos no sexto semestre de 2008, auge da crise imobiliária. Logo, verifica-se uma queda, baixando para 98,18 pontos, em dezembro de 2008. Torna a subir no ano seguinte, chegando a 210,37 pontos em abril de 2011, logo, com tendência de ajuste, onde, para nós, se dá o choque de realidade da valorização real, ante as

¹² Para um debate extenso sobre financeirização, ver: Poweel (2013); Chesnais (1996); Lapavistas (2011).

expectativas especulativas dos mercados de derivados, chegando a 83,22, em janeiro de 2016, período de crise em diversos países latino-americanos.

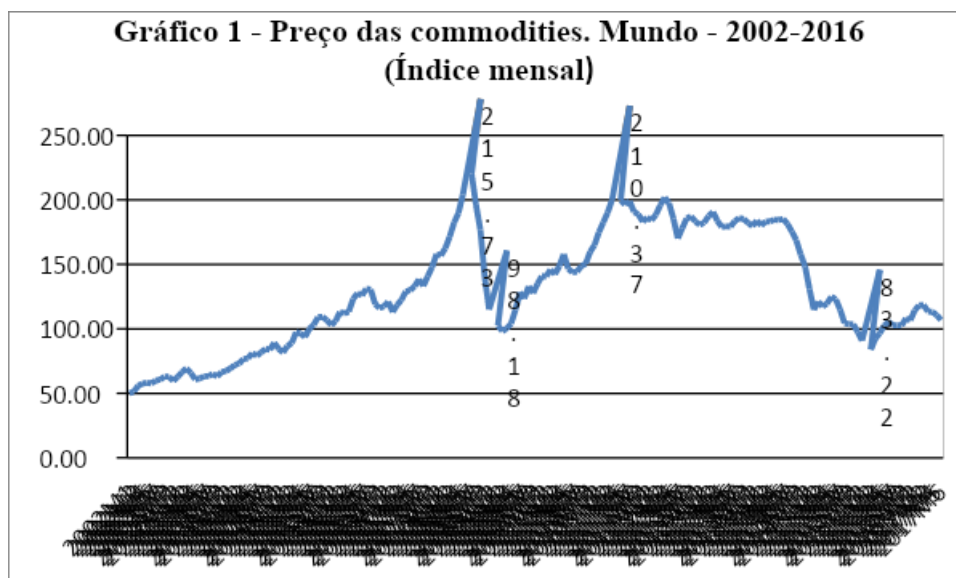


Figura 2: Gráfico 1 - Preço das *commodities*. Mundo – 2012-2016.

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do FMI.

Esta ideia de oportunidade lucrativa das *commodities* também pode ser verificada na variação do preço de alimentos. Segundo dados da FAO (Food and Agriculture Organization), uma variação intensa é percebida, entre 2007 e 2008, depois, uma queda, em 2009, e, na sequência, um crescente até 2012, que começa a apresentar uma evolução descendente. Se entre 2008 e 2007 os preços dos alimentos apresentaram uma variação total de 40%, entre 2011 e 2018 apresentaram uma variação negativa de 59%, quase retornando ao mesmo nível de 2007. Outra tendência a destacar é a diferença entre o índice nominal e o real medido pela FAO, deflacionado pelo valor unitário das manufaturas, isto é, o preço relativo dos alimentos frente aos produtos manufaturados. Segundo o Gráfico 2, uma tendência forte de crescimento é constatada a partir de 2003, o que, para nós, pode expressar uma redistribuição de excedente do setor industrial para o setor de alimentos, que, por ter como seus meios de produção a terra – um meio não reproduzível –, se apropria da renda à medida em que este setor é demandado acima de suas possibilidades. Este processo segue a tendência anterior, de maneira que, nos processos de intensa especulação financeira com as *commodities*, valorizou por cima das manufaturas, o que demonstra uma relação cumulativa entre expectativas especulativas da valorização dos alimentos, demanda de terra e inflação de rendas de dito setor.

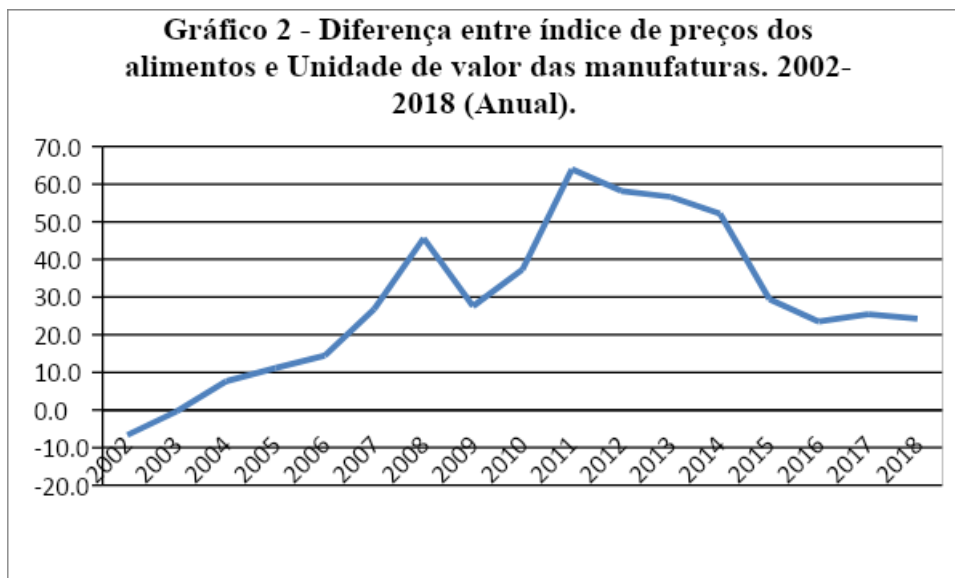


Figura 3: Gráfico 2 - Diferença entre índices de preços dos alimentos e Unidade de Valor das Manufaturas. 2002-2018.

Fonte: Elaborado pelo autor com base de dados da FAO.

Katz (2014) destaca que, além deste aspecto financeiro, houve também a divisão internacional do trabalho que pressionou a competição entre diversos países. Em Venâncio de Oliveira (2016) também se agrega a pressão exercida pelos tratados de livre comércio, que, sendo de caráter estrutural (BEJAR, 2017), tendem a distorcer a regulação do trabalho social e, por sua vez, as forças produtivas, eliminando a capacidade produtiva, o que pressiona a inflação da renda da terra e os preços de alimentos.

Sendo assim, digno de nota também o conceito que Svampa (2015) denomina de “consenso de *commodities*”, que ainda tem forte presença nos países latino-americanos. O conceito apresenta a entrada da América Latina na nova ordem mundial econômica e política ancorada pelo *boom* dos preços das *commodities* e dos bens de consumo que têm uma demanda crescente pelos países centrais e potências emergentes. Portanto, desenvolveu-se nesses países programas de economia pautados no extrativismo e agronegócio, focados na exportação em larga escala de bens primários com baixo valor agregado, sendo essa a estratégia principal de acumulação.

O “consenso de *commodities*” pode gerar como desdobramento uma “patologia” que alguns economistas denominam de “doença holandesa”. O termo foi utilizado para caracterizar o chamado processo de desindustrialização, que, nesse caso, ocorreu na Holanda, em meados da década de 1970. Nesse período descrito, a pauta de exportações da Holanda modificou de bens manufaturados para produtos primários, isso só ocorreu devido à descoberta de recursos naturais no país.

Ocorre a maldição dos recursos naturais (*natural resource curse*), que é um contrassenso do ponto de vista conceitual, já que, a princípio, a presença de recursos naturais aumentaria a produção de riqueza e o poder de compra sobre importações, ocasionando maior vulto de investimentos e taxa de crescimento. Entretanto, o que uma gama de economistas tem observado¹³ é que os países que possuem grandes reservas extrativas, tais como petróleo e minério, cuja renda agregada depende das exportações dessa matéria-prima, sofrem da doença holandesa, regredindo uma fase histórica e chegando, assim, à reprimarização da economia.

No caso dos países latino-americanos, Palma (2005) aponta que a “doença” não foi causada pela maldição dos recursos naturais, mas, sim, por mudanças na política econômica, em que se priorizou o “consenso das *commodities*”. Por fim, essa “doença” também se espalhou para alguns países latino-americanos; porém, a questão central, neste caso, é que ela não foi originada pela descoberta de recursos naturais ou pelo desenvolvimento do setor de exportação serviços, mas, principalmente, devido a uma drástica mudança no seu regime de política econômica.

Ressalta-se que, a partir de 2011, houve uma queda brusca na demanda por minérios. Uma amostragem disso é que os principais minérios exportados pelo Brasil caíram de preço. Dados do Banco Mundial demonstram tal afirmação: o minério de ferro, por exemplo, caiu 41%, o alumínio e o cobre, 20% (BANCO MUNDIAL, 2016).

1.2.3. Renovação da dependência e *commodities*

Esta mutação produzida pelo neoliberalismo, que implicou em um ciclo econômico, no qual a inflação das *commodities* alavancaram espaços de acumulação na América Latina, renovou, para nós, formas diferenciadas de inserção na divisão internacional de trabalho. Aqui partimos da ideia de que a mundialização do capital se reproduz por meio de uma organização de países que, com hegemonias políticas distintas, se ligam ao consenso neoliberal-financeiro, entendido como um conjunto de políticas que defendem a livre circulação de capitais, mercadorias, em que o Estado deva garantir medidas de valorização das corporações mundiais, por meio de câmbio flutuante, superávit primário (ou a busca dele) e estabilidade monetária.

Conforma-se uma estrutura internacional com um padrão financeiro de acumulação (CHESNAIS, 1996), através do qual a empresa transnacional salta, a partir dos anos setenta,

¹³ Cf. SQUEFF (2012). Desindustrialização: luzes e sombras no debate brasileiro (IPEA).

como importante espaço institucional de poder mundial (HOBSEBORN, 2003). Esta divisão internacional do trabalho é também a reprodução da diferença produtiva e institucional entre países, a partir da qual um Estado-nação se organiza e expressa importante espaço regional e política dividido entre centro e periferia (OSORIO, 2004).

Neste sentido, é útil o conceito de dependência de Marini (1991) como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, na qual se estabelece um marco de relações de produção que são modificadas ou recriadas para reproduzir esta relação de dependência. Isto é, elementos que condicionam o comportamento das burguesias latino-americanas, de maneira que as relações econômicas e políticas do imperialismo impõem limites em suas eleições, estratégias e possibilidades de dinâmicas de acumulação.

Este processo atribui aos países periféricos – por meio da condição de nações subordinadas ao imperialismo – desenvolvimento desigual. Aqui se dá a possibilidade de extração de excedente dos países periféricos por meio de um comércio desigual, articulada pela superexploração da força de trabalho dos países atrasados por estas burguesias. Para o autor:

diferentes mecanismos que permiten realizar transferencias de valor, pasando por encima de las leyes del intercambio, y que se expresan en la manera como se fijan los precios de mercado y los precios de producción de las mercancías. Conviene distinguir los mecanismos que operan en el interior de la misma esfera de producción (ya se trate de productos manufacturados o de materias primas) y los que actúan en el marco de distintas esferas que se interrelacionan. En el primer caso, las transferencias corresponden a aplicaciones específicas de las leyes del intercambio, en el segundo adoptan más abiertamente el carácter de transgresión de ellas (MARINI, 2011, p. 9).

Segundo Marini, portanto, se configura um modelo de reprodução dependente, em que a superexploração do trabalho se dá com o pagamento dos salários reais abaixo do seu valor. Dessa forma, a etapa da industrialização latino-americana do século passado correspondeu a uma etapa da divisão internacional do trabalho, quando se transferiu, aos países dependentes, etapas inferiores da produção industrial, reservando aos centros capitalistas etapas mais avançadas e o monopólio da tecnologia correspondente. Assim, a produção industrial se realizava no mercado de bens de consumo da burguesia e da classe média (funcionários públicos, setores médios da classe trabalhadora e pequena burguesia clássica), excluindo os trabalhadores precarizados, informais do consumo de bens duráveis produzidos por estes setores industriais com tecnologia do centro capitalista.

Para Quijano , o mecanismo da dependência está associado a heterogeneidade estrutural, a partir da qual esta transferência de setores avançados, por meio de um enxerto externo, se dá nas economias periféricas não sendo um “desenvolvimento orgânico dos setores e modalidades precedentes, na própria formação econômico-social latino-americana (QUIJANO, 2014, p.128), confluindo “interesses sociais predominantes nas formações dominantes do sistema” por “intermédio de agentes nativos, mas associados àqueles interesses” (QUIJANO, 2014, p. 128). Assim não houve um desenvolvimento de “um setor estrutural e integrado ou coerente como resultado de um processo que ocorre no interior das formações dominantes” (QUIJANO, 2014, p. 128). Este enxerto fragmentário socio-produtivo aparece “baixo uma modalidade monopolística de organização e neste sentido com um nível tecnológico relativamente elevado” (QUIJANO, 2014, p.129). De maneira que são importados como “produtos de uma tecnologia, em tanto que esta é um conjunto de atividades, de conhecimentos organizados institucionalmente e em processo de desenvolvimento” (QUIJANO, 2014, p. 129) elaborados externamente.

Dessa forma, estes enxertos importam capital constante de suas matrizes e não desenvolvem um processo de inovação interno e generalizado. Para isto, seria necessário um processo social de desenvolvimento, oferecido pelo próprio Estado, aindaque, para tanto, a importação de formas produtivas de outros países fosse necessária, desenvolvendo tecnologia autóctone, de maneira que as classes sociais dos países periféricos não não ficassem limitadas à compra dos bens de capital, e, sim, através da aplicação de um plano de desenvolvimento integrado, fossem capazes de produzi-los. Aqui o esquema de dependência se articula como um modelo produtivo, político e econômico, através do qual um processo se revela:

(...) de diversificación de niveles de producción, en cada uno de los sectores económicos, articulados bajo la hegemonía de una nueva modalidad de organización de la actividad económica. Así, por ejemplo, al injertarse la producción industrial no se erradica – como pretende la imagen convencional – la previa producción artesanal de manufacturas, sino que por el contrario tiende inclusive a expandirse y a modificarse conformando un nuevo nivel dentro de la producción manufacturera, articulado al nivel industrial. Del mismo modo, la agricultura de subsistencia no se erradica, sino que se deprime aún más y se modifica acordemente, al introducirse la producción agropecuaria bajo modalidades empresariales de gran escala (QUIJANO, 2014, p. 129).

Este debate é essencial para que possamos entender a relação entre atraso e desenvolvimento nas economias dependentes e sua articulação com a economia hegemônica, bem como para compreender os atuais processos de reconfiguração desta divisão internacional do trabalho e dos novos lugares ocupados pela periferia neste desenvolvimento

da corporação transnacional. Para tanto, é interessante o conceito de polo marginal de Quijano (2014, p. 140), como um setor onde impera a “falta de acesso estável aos recursos básicos de produção que servem aos níveis dominantes de cada um dos setores”, setor periférico que está articulado com os níveis centrais, numa “mesma trama estrutural”, mesmo que em “posições distintas” (QUIJANO, 2014, p. 141). Essa ausência dos meios de produção, encontrados no setor dominante, se insere numa lógica de desenvolvimento dos setores monopolísticos que controlam o acesso aos recursos produtivos das sociedades dependentes, isto é, seus interesses sociais correspondem ao “incremento e a concentração da acumulação de capital em mãos de poucas empresas monopolísticas e a transferência da maior parte do excedente para os centros metropolitanos do sistema e, em menor medida, aos grupos nativos subordinados àquelas, porém dominantes dentro da sociedade dependente” (QUIJANO, 2014, p. 141).

Este conceito do autor de polo marginal e sua articulação com os setores monopolísticos da economia e o competitivo nos ajuda a localizar o conceito de dependência como um mecanismo de inserção produtiva internacional, que determina uma trama de processos produtivos e relações entre as classes sociais, estreitando as condições de reprodução da força de trabalho dependente, de forma que:

(...) se produce así un sector creciente de mano de obra que respecto de las necesidades de los niveles hegemónicos de actividad, monopolísticamente organizados, es sobrante; respecto de los niveles intermedios, organizados bajo modalidad competitivas y en consecuencia marcado por la inestabilidad permanente de sus empresas más débiles, y de sus ocupaciones periféricas, esa mano de obra es flotante, pues tiene que estar, intermitentemente, ocupada o desocupada o subocupada, según las contingencias que afectan a este nivel económico. En consecuencia, no puede escapar a la tendencia de hacer permanente su obligado refugio en los roles característicos del polo marginal, en donde fluctúa entre una numerosa gama de ocupaciones y de relaciones de trabajo. En este sentido, la tendencia principal de esa de obra es convertirse en marginal, y a diferenciarse y a establecerse como tal dentro de la economía (QUIJANO, 2014, p. 153).

Quijano destaca que, nas economias dependentes, o polo marginal funcional para a economia competitiva como exército industrial de reserva, que permite manter deprimido os salários em dito setor, aumentando a extração de mais-valia, que é transferido aos setores monopolísticos por “vias normais da organização financeira do sistema” (QUIJANO, 2014, p. 166).

Assim, o fundamental é a relação dialética entre os mercados segmentados nacionais que com base em produtividades médias, que deviam de ser equiparáveis, mas reproduzem a heterogeneidade, criando condições de superexploração da reprodução da força de trabalho,

ao mesmo tempo que se criam condições e situações de precariedade trabalhista, e extração predatória de recursos naturais, que como externo às formas de exploração, pressionam aos mecanismos de valorização de capital, reforçando a acumulação como variável independente frente ao crescimento populacional.

Neste momento, pensando no atual estágio do capitalismo baixo a lógica do consenso neoliberal-financeiro e da lógica da corporação transnacional, podemos pensar que a exploração dos países periféricos se dá com a criação de cadeias de valor globais, capazes de usar das diferenças salariais e da abundância de recursos naturais, porém, que não consegue gerar um desenvolvimento integrado nestes países. Para o caso da expansão das *commodities* se generalizam formas produtivas avançadas nas etapas superiores da produção extrativista com a reprodução de formas precárias nas franjas produtivas, bem como, em generalização de formas de expropriações primárias de terra para expandir a acumulação nestas cadeias globais de natureza monopólica. Este processo reproduz formas de superexploração de trabalho principalmente pela precarização das condições de vida, com a generalização de heterogeneidade estrutural e pela estreita condição de desenvolvimento tecnológica, além de condicionamentos financeiros, que obrigam os Estados a acumular divisas para manter a taxa de câmbio e de juros estáveis. O que reforça ainda mais a exploração nos setores integrados à acumulação da cadeia global, para o caso do ciclo de *commodities*, principalmente nos países latino-americanos, como é o caso do Brasil, estes setores corresponderam aos setores neoextrativistas.

Dessa forma, este mecanismo da dependência se atualiza por meio da direção da lógica institucional, baseado nas classes sociais internacionais financeiras, expressadas nas políticas neoliberal-financeiras, elaboradas por instituições transnacionais, amplia formas de diferenciação geográfica e aproveitando destas diferenças salariais e da exploração dos recursos naturais para alimentar os excedentes financeiros, conforme visto no tópico anterior. A atualização da dependência na pauta de exportação dos chamados países periféricos, no âmbito da divisão internacional do trabalho, aliado aos processos de acumulação rentista, concebe o que Leda Paulani (2012) cunhou “dependência redobrada”. Outros autores, tais como Barton (2006), apontam essa relação de dependência como “ecodependência” relacionando às atividades de extração de recursos naturais voltado para exportação.

Assim, no espaço do mercado competitivo internacional, os agentes econômicos atuam segundo leis da valorização do capital real – expressas no desenvolvimento da dialética entre espaços nacionais e mundiais de acumulação – ou seja, estes mecanismos validam estratégias

adotadas por diferentes classes sociais nacionais, expressões de formas de capital. Os acordos políticos de caráter estrutural conformados pela hegemonia financeira-neoliberal, capazes de valorizar a corporação transnacional, reproduzem uma trama de modalidades distintas de acumulação, na medida que configuram formas de inserções subordinadas, com curtos ciclos financeiros-produtivos, pelos limites impostos pela condição de economia periférica e dependente, ou, como argumenta Lapavistas (2016), de financeirização subordinada. Desse modo, no estágio em que o capitalismo está situado, numa fase rentista, configurando a financeirização da economia, o Brasil tem uma inserção ativa e subordinada na acumulação rentista. Conforma-se uma plataforma emergente de valorização financeira, a garantir ganhos inigualáveis ao rentismo financeiro mediante elevação das taxas de juros, no âmbito da política monetária e cambial de ajuste, e uma inserção internacional periférica e subordinada nos processos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004), com base na produção de *commodities*, sobretudo agrícolas e minerais, formando uma intrincada relação entre o extrativismo e o mercado financeiro, fundamento do modelo rentista-neoextrativista (RIGOTTO et al., 2018, p. 20).

Por conseguinte, o neoextrativismo é uma dimensão de crescimento econômico conectada do rentismo em um processo crescente de financeirização do setor das *commodities*. Mais do que isso, há indícios de que para algumas *commodities* o comportamento dos preços e, conseqüentemente, da renda extrativa está se tornando mais vinculado às bolsas de ações e do mercado de futuro do que à economia real (RIGOTTO, 2011; MILANEZ, 2017). Os minérios passaram por uma valorização e desvalorização mais acentuada do que as *commodities* agrícolas, e o ferro mostrou uma variação ainda mais intensa do que a média dos minérios e metais. (RIGOTTO et al., 2018, p. 42). Logo, países, como o Brasil, do Sul Global, que se apoiam de forma crescente na exportação de *commodities* passam a depender dos mercados financeiros. Portanto, infere-se que a dependência não é só do modelo neoextrativista exportador, mas, sobretudo, é uma dependência do mercado financeiro.

Deste modo, a economia dependente expressa a reprodução da articulação entre moderno e atraso, em que setores de ponta da produtividade capitalista se alimentam da heterogeneidade estrutural dos setores produtivos atrasados. Luxemburgo (2010) expressou esta discussão com a necessidade do capitalismo de se reproduzir a partir da exportação de mercadorias para países pré-capitalistas. Pensamos que tanto a reprodução ampliada necessita da recriação de espaços virgens de acumulação (ou de acumulação primitiva) como a

produção da diferença é fundamental para ampliar espaços autônomos de valorização dos países dependentes.

1.3. Local e global: efeitos derrames dos neoextrativismos

Importante ressaltar que, mesmo na ótica econômica, o modelo neoextrativista não tem conseguido gerar os resultados que o próprio mercado projetava, como podemos constatar através dos dados demonstrados no item anterior. Ao longo dos anos 2000, o mercado global experimenta um período de *boom* (2003-2011) e *pós-boom* (a partir de 2012) das *commodities*. Entretanto, vai muito além disso, a opção por fomentar tal segmento também apresenta uma visão de mundo, de apropriação e uso instrumental da natureza, isto é, da semântica do desenvolvimento. Nesse seguimento, Gudynas aponta para o conceito que ele denomina “efeitos derrame”. Segundo o autor supracitado, o extrativismo, embora implique na esfera local, reverbera de forma mais ampla, influenciando o modo de desenvolvimento, a elaboração e aplicação de políticas públicas ambientais, sociais e econômicas e a percepção sobre natureza e justiça (GUDYNAS, 2015). Portanto, “derramam” em vários setores, com desdobramentos ambientais, territoriais, econômicos e sociais, afetando as estruturas e dinâmicas dos territórios. Sendo assim, os extrativismos convivem com essa coexistência de global e local. Logo, os impactos inerentes também obedecem a essa dualidade, acarretando “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que modificam a semântica sobre natureza, território e justiça.

Quanto aos efeitos derrame na dimensão econômica, sublinhamos que os extrativismos se organizam nas alcunhadas “economias de enclave”, que são modos dependentes da economia global e se assemelham a uma “ilha”, com escassas relações e vinculações com o resto da economia nacional. Soma-se a isso que as tecnologias e insumos são importados, assim como uma parcela significativa do quadro técnico (GUDYNAS, 2016). Outro ponto que merece destaque nas reflexões sobre efeito derrame na economia é que, frequentemente, os setores extrativistas tentam se legitimar com a opinião pública através do sofisma de que geram o retorno econômico que o país precisa. Por essa razão, seria o extrativismo um setor rentável, pois acarreta em renda para o país. Demonstrando, entretanto, que há um equívoco conceitual nesse debate sobre renda. Conforme explana Gudynas, um componente de análise no derrame econômico é a perda do patrimônio natural e sua conversão parcial em capital. Há dois tipos de benefícios que estão envolvidos: alguns

associados a recursos naturais que são renováveis (no caso dos extrativismos agrícolas) e outros aos não renováveis (como é o caso dos minerais). No primeiro caso, o que é entendido como um recurso natural pode ser recuperado (extrativismos agrícolas), enquanto no segundo caso há uma perda líquida de ativos (como é o caso da extração de minério, uma vez que a regeneração é impossível). Apesar do uso comum do conceito de renda ter sido focado no primeiro tipo de benefício (como a renda agrícola), ele foi estendido ao segundo tipo (falando, por exemplo, da renda do minério), incorrendo no equívoco conceitual. Ressalta-se que são grandezas muito diferentes. Por estas razões, é mais apropriado usar o conceito de excedente para extrativismos de recursos não renováveis, como é o caso da mineração (GUDYNAS, 2016, p. 33).

Dessa maneira, assinala-se um breve apontamento para o uso desses excedentes. Até mesmo nos governos ditos progressistas da América Latina, como no Brasil, com Lula, no Uruguai, com Mijuca, na Bolívia, com Evo, e na Venezuela, com Chávez, embora tenham contado com uma estrutura econômica um pouco mais diversa, houve o uso desses excedentes dos extrativismos para políticas sociais. Sendo assim, mantiveram a mesma semântica colonial. O extrativismo predatório, nos mesmos moldes dos idos tempos coloniais, praticando extração intensiva e em longa escala, localizada em enclaves, controlado por empresas transnacionais, com o apoio dos governos nacionais, em um processo de subalternização de Estados nacionais, num processo designado neocolonialista (MISOCZKY; BÖHM, 2013). Dessa maneira, reapresenta a acumulação primitiva em detrimento do bem viver, a prova disso é que, quando houve uma queda nos preços das *commodities*, os próprios governos incentivaram as mineradoras a intensificar os volumes de extração para compensar e manter os padrões de acumulação financeira. A perpetuação dessa lógica extrativista instiga conflitos fundiários, contamina as bacias hídricas e esgota os recursos naturais. Nesse contexto, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, removendo comunidades e inviabilizando formas tradicionais de reprodução social, violando, dessa maneira, os direitos humanos.

Nessa mesma toada da análise crítica neoextrativismo e da hegemonia do “consenso de *commoditie*”, Zhouiri, Bolados e Castro (2016) chamam atenção para um complexo processo que intitularam de “violência das afetações”. O processo trata de uma série de dinâmicas interligadas e definidas fora da localidade por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios.

Por fim, visando compreender essa coexistência de local e global, de processos mundiais que se materializam nos territórios, recorro a potência da poesia como instrumento de percepção alargada e de criação de mundos. No caso do itabirano Carlos Drummond de Andrade, isso é bem perceptível. A intrínseca relação do escritor com o território itabirano e, por conseguinte, com a mineração, ou melhor dizendo, com o “destino mineral” de Itabira do Mato Dentro, que nas lentes do poeta era um pequeno povoado de origem colonial esculpida entre imensas jazidas de ferro. Essa condição, que a pôs desde o início do século XX no alvo do interesse econômico internacional, fez da cidade um epicentro silencioso de uma acirrada disputa pelo controle da exploração ferrífera, envolvendo desde a miúda realidade local até o cenário político nacional e o mercado mundial de minério (WISNIK, 2018). A inter-relação entre tais fatos é tão relevante como pouco conhecida, por isso iremos narrar tais disputas no capítulo seguinte. A relação global e local da violência das afetações, porém, numa perspectiva literária drummondiana, é constante e central. Há um apego do escritor ao provinciano lugar de origem e, ao mesmo tempo, tão marcado por um sentimento cosmopolita do vasto mundo. O que dá ao poema um caráter sibilamente visionário: como o sertão, para Guimarães Rosa, a Itabira de Drummond também é o mundo – só que, nesse caso, um mundo em que o mundo vai engolindo o mundo, movido pela geoeconomia e pela tecnociência (WISNIK, 2018. p. 19).

Os extrativismos, em suas manifestações dimensionais, ou seja, econômica, epistemológica e ontológica, vai “derramar” no “mundo” e/ou no território Itabirano, reproduzindo as “violências das afetações” que implicam em expropriação, nos desmoronamentos de ecossistemas, na eliminação das economias locais, assim como na aniquilação dos modos de ser, fazer e viver territorializados, que poderão ser materializados e ilustrados com os processos de remoções forçadas que narraremos a seguir.

2 A CIDADE DO FERRO OU CIDADE DE FERRO?

*Olha a volta do rio virou vida
A água da fonte nossa tristeza
A sol no horizonte uma ferida
Olha o ouro da mina virou veneno
O sangue na terra virou brinquedo
E aquela criança ali sentada*

(Simples – álbum Minas, Milton Nascimento)



Figura 4: Vista aérea de Itabira – MG.
Fonte: Park Filmes (2018).

Se Itabira é o mundo, deverá ser compreendida como uma totalidade. Não pretendemos aqui reduzir a cidade a um processo único, tampouco a um único viés, ao extrativismo, como se a cidade estivesse fadada a este único fim, ao “destino mineral”¹⁴, tampouco incorrer naquilo que Ngozi Adichie chama de “perigo da história única”¹⁵.

¹⁴ A expressão é usada em “Vila de utopia”, crônica que foi escrita por Carlos Drummond de Andrade, em 1933, para celebrar o centenário da elevação de Itabira a vila, 20 anos depois de o poeta/cronista se ausentar da cidade natal. Foi publicada, originalmente, só em 1943, em seu primeiro livro de crônicas, *Confissões de Minas*.

¹⁵ A escritora nigeriana promoveu essa reflexão durante uma apresentação no TED (Technology, Entertainment, Design): “Mostre um povo como uma coisa, somente como uma coisa, repetidamente, e será o que eles se tornarão. Palavra da tribo Igbo, “nkali”, que se traduz como “ser maior que o outro”, como nosso mundo econômico e político, histórias também são definidas pelo princípio do “nkali”. Como são contadas, quem as conta, quando e quantas histórias são contadas, tudo realmente depende do poder. Entendendo poder como a habilidade de não só contar a história de uma outra pessoa, mas de fazê-la a história definitiva daquela pessoa. A história única cria estereótipos. O problema dos estereótipos não é que são mentiras, mas que eles sejam incompletos. Eles transformam uma história na única história. Disponível em: https://www.ted.com/talks/chimamanda_adichie_the_danger_of_a_single_story?language=pt-br.

Ao contrário, várias narrativas são possíveis, de vários mundos, que passam pelos quilombos, pelos congados, pelas comunidades indígenas e camponesas da região. Toda essa pluralidade reflete essa pedra reluzente chamada Itabira.

Contudo, pensar e vivenciar a cidade de Itabira sem se deparar com a atividade extrativista, relacionada de maneira imbricada com a sua produção espacial e histórica, é uma quimera. Como bem definiu Wisnik (2018, p.29), chegar em Itabira é perceber e sentir a amálgama da geologia e da história, no interior do Mato Dentro, “há no ar uma sensação de um crime não nomeado cometido a céu aberto”, ou, quem sabe, um crime que preferimos não nomear, que confidenciamos entre nós, itabiranos, nesse “alheamento do que na vida é porosidade e comunicação”.¹⁶

Chegar a esse lugar é sentir, de fato, o impacto da geologia e da história, acopladas. Algo de alucinado se passou e se passa naquele sítio, implicando uma torção desmedida entre a paisagem e a máquina mineradora, com quantidades monstruosas de ferro envolvidas. Há no ar a sensação de que um crime não nomeado, ligado à fatalidade de um “destino mineral”, foi cometido a céu aberto (WISNIK, 2018, p. 29).

(...) cenário de Itabira oferece uma conjunção conflitiva e desusada de conteúdos pessoais os mais íntimos, reverberados na caixa de ressonância da memória lírica, onde marcas da vida popular convivem com modelos oligárquicos da conformação social brasileira, tudo jogado contra o relevo de uma geologia impositiva. (...)

(...) lugar magnético da fantasia originária, num inconsciente social e telúrico de cujo interior é impossível sair (WISNIK, 2018, p. 34-35).

Nessas entranhas do Mato Dentro, que misturam memórias líricas e lúdicas, com marcas da vida popular e resquícios coloniais, tendo, como pano de fundo, uma geologia suntuosa, cria esse lugar magnético do qual é impossível sair. Quem está de fora do Mato Dentro talvez não tenha a percepção dessas dimensões e indague o que nós viemos fazer aqui. Mario de Andrade, em cartas trocadas com Carlos Drummond, conterrâneo ilustre, faz essa indagação:

Em Itabira a alma deve se sentir sozinha enquanto o corpo vai se sentindo amando a terra, amando a terra, amando a terra cada vez mais e por demais até que o espírito principia a se acabar e desaparece chupado pela terra boa e traiçoeira”. (...) Quê que você foi fazer aí?” (ANDRADE, 1982, p. 68).

Desse modo, respondendo à indagação “do que viemos fazer aqui”, ao adentrarmos nas entranhas do Mato Dentro, nesse capítulo nos deparemos com a atividade extrativista. Então, iremos narrar o início do processo de colonização do território e a sua historiografia

¹⁶ Trecho do poema “Cofidência do itabirano” publicado em ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 36-37.

oficial acompanhada pelo crescimento exponencial da atividade extrativista. Iremos narrar a imbricada história da Vale com a cidade. Por fim, iremos expor as apropriações e violações socioambientais que o extrativismo provoca no “mundo” itabirano, escolhemos pesquisar e relatar dois casos dessas violações que são materializadas pelas remoções forçadas de duas vilas: Vila Sagrado Coração de Jesus, “Explosivo”, e Vila Paciência.

2.1 Da pedra reluzente ao Pico do Cauê



Figura 5: Vista do Rio Doce, 1944.
Fonte: Vale, 2012. Disponível em:
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>.

O registro escrito mais antigo acerca de Itabira é de 1714 e está no livro *Geografia histórica e descritiva da capitania de Minas Gerais*, de José Joaquim da Rocha, publicado em 1778, que, ao descrever os limites da comarca de Sabará, cita o alto morro da Itabira. Quanto aos primeiros contatos de Itabira com o mundo colonial, há uma divergência de versões. Os documentos do Arquivo Público da Secretária de Patrimônio Histórico e Cultural de Itabira, pertencente à Prefeitura Municipal de Itabira (SPHC/PMI), registram que 1720 tornou-se o ano oficial de constituição do povoado, com a chegada dos irmãos Farias de Albernaz de uma expedição de bandeirantes saída da região de Itambé do Mato Dentro. No entanto, segundo a historiadora Jussara França (FRANÇA et.al, 1982), esse povoado já era conhecido em 1705. A historiadora fundamenta sua posição com base no relato de Cônego Raimundo Trindade, dizendo que o Padre Manoel do Rosário e João Teixeira Ramos descobriram ouro de aluvião

nesta região e lá construíram uma pequena capela, a Nossa Senhora do Rosário. Essa divergência de versões já era apontada pelo Padre Júlio Engrácia (ENGRÁCIA, 1898). Nessa fase inicial de exploração, fora formado um pequeno povoado nas margens da “Praia do Rosário”, nas margens do córrego, visando a exploração de ouro de aluvião, que não era abundante. As riquezas auríferas encontravam-se escondida nas serras. Logo, era mais difícil a exploração, exigindo técnicas e recursos mais sofisticados para a época. Sendo assim, formou-se apenas um pequeno arraial, às margens dos rios, com cabanas, acampamentos e a capela. A composição social era basicamente de mineradores, homens livres e escravizados (FRANÇA, 1982).

No fim do Século XVIII, ocorreu um novo ciclo aurífero em Itabira, passando à exploração das rochas através de minas nas serras de Conceição, Itabira e Santana. O pequeno arraial passou a atrair mais pessoas, sobretudo garimpeiros, e a circular mais recursos. Ademais, digno de nota é o papel que as irmandades religiosas desempenharam nesse processo, na região havia a Santíssimo Sacramento, Nossa Senhora das Dores e Nossa Senhora do Rosário. Cada uma dessas era representativa das classes locais, cada uma com suas igrejas e festas próprias. Realço aqui essa última irmandade pelo fato dos negros estarem associados a ela, o que garantia algum tom de humanidade e tolerância em tempos de escravidão, pois possibilitava que o povo preto se reunisse e manifestasse as suas formas de fé e cultura. Um pequeno suspiro de uma liberdade condicionada.

O fato de o negro associar-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário era dos mais significativos, pois oferecia-lhe condição de união e defesa, de agir como criatura humana e conviver socialmente com pessoas da sua própria raça e cultura, dando-lhe vazão às tendências místicas, ao sentimento religioso, e permitindo-lhe a dignidade de um enterro.

(...)

Quanto às festas religiosas, as mais significativas eram a do Divino Espírito Santo e a de Nossa Senhora do Rosário. De origem portuguesa, e tradicionalmente comemorada no Domingo de Pentecostes, a do Divino era promovida pela elite local, com eleição de um festeiro, o Imperador, responsável pela sua realização juntamente com a Imperatriz, por ele escolhida. Outros figurantes participavam dos festejos representando passagens litúrgicas e desfilando pelas ruas em procissão. Já a festa do Rosário, ou Congado, tem sua origem ligada ao escravo Chico-Rei, líder de tribo africana trazido para Vila Rica em princípios do século XVIII, que, se libertando e a outros de sua tribo, conseguiu formar um pequeno Estado congo organizado aos moldes do africano, dentro das Minas Gerais O congado, vinculado ao culto de Nossa Senhora do Rosário, é a reprodução simbólica da história tribal, com a coroação dos reis congos, a representação das lutas entre os negros e o escravizador branco, dentre outros detalhes expressivos. Originária de Vila Rica, esta festa alcançou grande representatividade em Itabira (...) a música floresceu, favorecida, sobretudo, devido ao desvelo das irmandades em zelar pelo bom nível musical de suas festas. Mas foi na arquitetura religiosa que Itabira conheceu a mais pujante de suas manifestações artísticas, destacando-se a igreja de Nossa Senhora do

Rosário, cujo forro constitui belo exemplar de pintura atribuída a um discípulo do grande mestre Athaíde (FRANÇA, 1985, p. 13).

Em que pese o arrefecimento do ciclo do Ouro na Capitania de Minas Gerais, Itabira vivia, no final do século XVIII e início do XIX, esse cenário de transformações, de maior densidade populacional, crescente povoamento e efervescência sociocultural. Nesse período, recebeu, por oito dias, a visita de Saint-Hilaire, que corroborou nesse sentido e se espantou com a capacidade de produção de apenas três lavras, o que levou ao hiperbolismo de acreditar que o ferro das montanhas de Minas Gerais é inesgotável:

Apesar da diminuição que poderia ter sofrido nos produtos das minas, esse distrito era ainda, por ocasião da minha viagem, um dos que mais ouro produziam; assim a povoação de Itabira se achava numa fase de notável esplendor. Nada aí fazia lembrar esse ar de decadência que aflige o viajante quando percorre os arredores de Vila Rica, ou mesmo, quando atravessa as povoações de Inficionado, Camargos e Catas Altas. Havia aí muitas casas lindas de sobrado, e construíam-se novas, apesar dos enormes dispêndios que era necessário fazer para retirar madeiras dos morros vizinhos. Quase todas eram construídas de baraúna ou braúna, madeira que se conserva tão bem que se considera incorruptível; as peças que formavam o arcabouço das construções repousavam sobre alicerces de pedra; os tetos avançavam, talvez, um pouco menos que os de Vila Rica, e as janelas não se superpunham uma às outras, como no Rio de Janeiro. Se três lavras, com trezentos operários, assim metamorfosearam um miserável povoado em uma importante povoação, o que será quando se explorarem os morros do Rio do Peixe, do Piçarrão, do Periquito e do Doze Vinténs, que, segundo todos os indícios, são abundantíssimos em ouro. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 239)

(...)

O ferro das montanhas de Minas Gerais pode de certo modo se considerar inesgotável. (SAINT-HILAIRE, 1938, p. 249)

Em Itabira, assim como muitos municípios das Minas Gerais, os núcleos populacionais foram crescendo nas proximidades das minas no século XVIII. Com as notícias de possibilidade de exploração aurífera, se tornavam cada vez mais frequentes, e foram se formando mais povoados. Esse contingente populacional era heterogêneo, abrigava pessoas de vários segmentos e ocupações, mineradores, agricultores, clérigos, artesãos, representantes da administração colonial, etc. O povoado passa a exigir uma demanda crescente de produtos e serviços. Dentre esses produtos, destaco aqueles ligados ao ferro, para produção de objetos de metal com fins variados, que vão desde a produção de ferramentas para a mineração, pecuária e demais ofícios até mesmo utensílios domésticos e edificações que estavam sendo construídos.

Entretanto, ressalto a dificuldade encontrada devido à proibição da produção de manufaturas no Brasil colonial decretada no alvará de 1775, que, por sua vez, inibia a prática de tais atividades de transformação do ferro. Contudo, a partir das primeiras décadas do

oitocentos, a vinda da corte portuguesa para o Brasil e as ligações ampliadas no centro-sul abrem novas demandas para a produção de transformação do ferro em Minas Gerais (BRITTO, 2012).

A atividade de exploração de jazidas de ferro itabiranas incrementou-se bastante no século XIX. Matéria prima abundante no local, sempre atraiu fortemente a população, mas seu aproveitamento manteve-se por muito tempo restrito ao fabrico de pequenos objetos para uso doméstico, já que a Coroa havia vedado a mineração do ferro afim de não desviar os esforços das minas do ouro. Em 1808, com a vinda da Família Real para o Brasil, sua exploração foi liberada. Surgiram então várias forjas em Itabira, que passaram a fabricar instrumentos para a mineração e para os trabalhos na lavoura, utensílios de uso doméstico e armas de pequeno porte. (...) Segundo Eschwege, um dos proprietários das forjas de Itabira foi o primeiro a estirar o ferro por meio de malho hidráulico, no ano de 1812 (sendo logo imitado por quatro pessoas do lugar, utilizando-se dos conhecimentos técnicos fornecidos por aquele mineralogista alemão). Apesar de sua atuação praticamente só para consumo, esses estabelecimentos foram muito relevantes para a economia local, e existiam em número considerável, contando Itabira em 1817 com treze forjas (FRANÇA, s/d, p. 15).

Sendo assim, presentes os elementos que possibilitaram o início de uma transformação do ferro, Itabira contou com duas significativas fabricas de ferro: a Fábrica do Girau e a Fábrica do Onça. Diante desse cenário de expansão e povoamento, Itabira do Mato Dentro ganha a condição de vila em 1833.¹⁷

A Constituição do Império de 1824 garantiu a plenitude do direito de propriedade, porém, foi omissa quanto à propriedade do subsolo. Posteriormente, foram editados decretos que permitiam ao proprietário do solo o direito de realizar pesquisas em suas terras sem autorização prévia, bem como a associação de estrangeiros e brasileiros. O efeito disso, associado aos resultados positivos da mineração no Brasil, atraíram a atenção dos ingleses, que, em dez anos, estabeleceram seis companhias no país (LINS et al, 2000)¹⁸.

Em 1875, D. Pedro II designou o físico e matemático Henri Gorceix para desenvolver e executar um projeto de uma “Escola de Mineiros”. Incumbido de tal missão, visitou Itabira, Sabará e Ouro Preto, concluindo por ser a então Capital da Província o lugar recomendável. Em 1876, a Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto foi fundada.¹⁹ No início do século XIX, fora criado o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (SGMB) que realizou um mapa geológico e econômico do Brasil, sendo as jazidas de Itabira então catalogadas. Paralelo a isso, a então Escola de Minas organizou uma Comissão Geológica do

¹⁷ Informação disponível em: <http://turismo.itabira.mg.gov.br/historia-de-itabira/>. Acesso em: 15 mai. 2019.

¹⁸ Cf. LINS, Fernando Antonio Freitas; LOUREIRO, Fracisco Eduardo de Vries Lapido; e ALBUQUERQUE, Gildo de Araújo Sá Cavalcanti de. **Brasil 500 anos** – a construção do Brasil e da América Latina pela Mineração. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2000, p. 61.

¹⁹ Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/escola-foi-instalada-em-ouro-preto-em-1876-depois-de-itabira-ser-descartada-pelo-seu-isolamento/>.

Brasil, com a direção do estadunidense Orville Derby, e, através da comissão, concluiu que existia cerca de 3 bilhões de toneladas nas reservas de minério de ferro em Minas (VALE, 2012). Diante de tais resultados, participaram de exposições mineralógicas internacionais. Apesar de não ter galgado condições suficientes para ser sede da Escola de Minas, Itabira foi objeto de estudos e exposições da Escola. Os resultados de Itabira foram apresentados no XI Congresso Internacional de Geologia, em Estocolmo, no ano de 1910. De posse dessas informações privilegiadas, engenheiros ingleses residentes no Brasil, imbuídos de má-fé, compraram extensas faixas de terras em Itabira, com potencial de exploração de minério já cartografadas. Os proprietários das terras, sem saber do teor das pesquisas e do valor do subsolo, venderam-nas por preços irrisórios (SILVA, 2002).

Esses mesmos ingleses fundam a Brazilian Hematite Syndicate e adquirem as principais jazidas de Itabira, totalizando uma área de 76,8 milhões de metros quadrados, com mais de um bilhão de toneladas de minério, uma das maiores reservas do país (SILVA, 2002). Salienta-se que o Pico do Cauê foi mapeado como a maior jazida de ferro do mundo (VALE, 2012). Em 1911, a Brazilian Hematite Syndicate funda a Itabira Iron Ore Company, que ganha autorização do governo brasileiro para controlar a exportação do minério de ferro de Itabira, pelo decreto nº 8.787, e também a Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) (VALE, 2012). Carlos Drummond de Andrade manifesta indignação com esse cenário em diversos poemas, com uma ironia que lhe é muito peculiar, em poemas como “Velhaco”, “Mrs. Cawley”, “Desfile”, “O negócio bem sortido”, “O inglês da mina” e “Itabira”. Mais do que demonstrações dessa situação narrada, os poemas alargam a visão dessa realidade e subvertem a leitura, mesclando a pequena e a grande história.

Itabira

Cada um de nós tem seu pedaço no pico do Cauê.
Na cidade toda de ferro as ferraduras batem como sinos.
Os meninos seguem para a escola.
Os homens olham para o chão.
Os ingleses compram a mina.

Só, na porta da venda, Tutu Caramujo cisma na derrota incomparável

(ANDRADE, 1930, p. 39).

Desfile

Desfile As terras foram vendidas
as terras abandonadas
onde o ferro cochilava e o mato-dentro adentrava.
Foram muito bem (?) vendidas
aos amáveis emissários
de Rothschild, Barry & Brothers

e compadres Iron Ore.
O dinheiro recebido
Deu pra saldar hipotecas,
velhas contas de armarinho
e de secos e molhados.
Inda sobrou um bocado pra gente se divertir
no faz-de-conta da vida
que devendo ser alegre
nem sempre é – quem, culpado?

(ANDRADE, 1998, p. 25)



Figura 6: Estátua de Carlos Drummond de Andrade no memorial dedicado ao poeta em Itabira.

Fonte: Marcelo Carnaval / Agência O Globo. 2019.

Nos anos seguintes, até 1942, as correlações de forças políticas e econômicas, nacionais e internacionais, se digladiaram quanto à consolidação do extrativismo na região. Grupos nacionalistas, tentando limitar a atuação dos grupos estrangeiros, e outro setor, de cunho liberal, se aliando ao setor externo. A Itabira Iron Ore Co. tinha obrigação contratual com o governo de instalar uma siderúrgica na região de Itabira, com capacidade de produção mínima de mil toneladas mês, mas adiava cumprir com o acordo em razão da ausência de recursos. Isso afetaria até o término da construção da Estrada de Ferro Vitória a Minas. Os meandros desse embate não interessam à reflexão aqui pretendida. O ponto crucial é que a partir da Era Vargas, ou seja, a partir de meados da década de 1930, foi-se endurecendo as regras para extrativismo estrangeiro, até culminar nos Acordos de Washington, firmados entre Brasil, Estados Unidos (EUA) e Inglaterra. Nesses acordos, o Brasil recebeu dos EUA empréstimos para a instalação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), além de aquisição de máquinas e utensílios necessários para a

conclusão e restauração da EFVM. Já o governo britânico se comprometeu a adquirir e transferir ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore Co, tendo, como contrapartida, o fornecimento de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro, incluindo os custos da produção, transporte e exportação (VALE, 2012).

2.2 A Vale e a Máquina do Mundo



Figura 7: Os leões da Vale extraíndo manualmente minério e carregando em cestos de palha. 1942.

Fonte: Vale, 2012. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/book-our-history/paginas/default.aspx>.

Getúlio Vargas assina o Decreto-Lei nº 4.352, de 1 de junho de 1942, que cria a Companhia do Vale do Rio Doce (CVRD), fruto dos Acordos de Washington (firmados em março de 1942, tendo como signatários o Brasil, a Inglaterra e os Estados Unidos), que previam a participação, em cargos estratégicos, de estrangeiros no comando da companhia. A ideia fundamental era criar as bases para a organização, no Brasil, de uma companhia de exportação de minério de ferro. O objetivo era viabilizar uma empresa capaz de alavancar o fornecimento de ferro para a indústria bélica americana (VALE, 2012, p. 42). Dessa maneira, a CVRD é criada para atender interesses de potências capitalistas, respondendo à demanda de

ferro para a indústria bélica, envolvida em uma guerra de dimensões continentais, da qual a gênese dos conflitos estava intimamente ligada às práticas neocoloniais. Portanto, mais uma vez, as práticas coloniais são reiteradas e jorradadas em Itabira, através da sistematização do extrativismo.

Portanto, a remota Itabira do Mato Dentro tem um lugar decisivo nesse cenário, mesmo que pouco visível, no fogo cruzado dessa grande maquinaria diplomática, econômica, militar e política (WINISK, 2018). Diplomática, pois uma das principais barganhas dos Acordos de Washington era o imbróglio da Itabira Iron Ore Company; econômica, porque culminou na criação da Companhia Vale do Rio Doce e de um complexo nacional de mineração voltado para exportação, com base em Itabira; militar, já que o motor das negociações era a necessidade de matérias-primas estratégicas e do ferro extraído do Cauê, para dar mais fôlego aos aliados no conflito armado; política, pois foi resultado desses acertos diplomáticos, econômicos e militares que o Brasil tomou posição e entrou na Segunda Guerra, abrindo espaço para a manifestação de embates internos contra a ditadura do Estado Novo, que transpunham a luta mundial antifascista para o cenário nacional (WINISK, 2018).

Quanto aos termos dos acordos, ressalta-se: 1) o governo britânico se obrigava a adquirir e transferir ao governo brasileiro as jazidas de minério de ferro pertencentes à Itabira Iron Ore Co., todas localizadas no município de Itabira - a saber, Cauê, Serra da Conceição, Dois Córregos, Dirão e Onça, Itabiruçu, João Coelho, Borrachudo, Santana, Sumidouro, Campestre-Manuel Anastácio e Rio do Peixe; 2) o governo norte-americano concedia um financiamento no valor de US\$ 14 milhões, por meio do Eximbank, porém, esses recursos teriam que ser utilizados para a compra, nos Estados Unidos, de equipamentos, máquinas e serviços necessários ao prolongamento e restauração da Vitória a Minas e ao aparelhamento das minas de Itabira e do Porto de Vitória; 3) a contrapartida Brasileira também seria o transporte e exportação de 1,5 milhão de toneladas anuais de minério de ferro, a serem compradas, em partes iguais, pelos Estados Unidos e pela Inglaterra, por um prazo de três anos, a preços bastante inferiores aos de mercado (incluído os custos da produção, transporte e exportação). Há, pelo menos, ainda mais uma cláusula merecedora de nota: o contrato trienal poderia ser renovado até o fim da guerra e, mesmo após a guerra e extinção do contrato, os Estados Unidos e a Inglaterra ainda manteriam a preferência no direito de aquisição do minério, porém a preços de mercado.

Logo, se analisarmos os termos desse acordo, até mesmo numa perspectiva nacional-desenvolvimentista, são termos que reforçam a subalternidade brasileira frente a interesses

estrangeiros e coloniais, haja vista que limita e muito a soberania nacional. Podemos afirmar isso devido as seguintes análises: 1) é transferido ao governo brasileiros terras que foram compradas de má-fé pelos ingleses, conforme já explanado no tópico anterior; 2) o Brasil é obrigado não só a fazer um empréstimo, como a condicionar a destinação da verba a finalidades de interesses externos pré-determinados e, enquanto não fosse liquidado o empréstimo, a direção da companhia seria conjunta entre brasileiros e estadunidenses; 3) uma contrapartida arbitrada exclusivamente pela demanda de minério de ferro da indústria bélica dos países “aliados”.

Dessa maneira, dialogando com os conceitos trabalhados no primeiro capítulo do presente trabalho, os desdobramentos dos Acordos de Washington reforçam as relações coloniais, sobretudo através do impulsionamento do extrativismo. Visando possibilitar a viabilidade do setor extrativista, na condição de fornecedor em escala mundial, os signatários dos Acordos impuseram uma série de interferências e violações no território. Destaca-se o fato de que os produtos do extrativismo econômico da CVRD eram voltados para o mercado externo, com a exportação de *commodities*, o que reforça também outro conceito já trabalhado no primeiro capítulo, o da teoria da dependência, quando explanamos o extrativismo econômico. Assim, a região a ser explorada, Itabira do Mato Dentro, permanece limitada à condição de um polo abastecedor de matérias-primas para o mercado mundial, e sua economia condicionada a ser assentada na exportação de produtos originários da exploração mineral. Por conseguinte, os velhos signos da dependência e do subdesenvolvimento como modalidades reprodutivas que tendem a desconsiderar as necessidades da maioria da população, são endossados nesse processo. Além disso, também há outros efeitos menos visibilizados pelas letras dos Acordos: entidades naturais e simbólicas são sacrificadas silenciosamente em prol desse progresso. Nesse sentido, a observação de Winisk é pertinente:

Vale repetir: o “sono rancoroso dos minérios” era acordado do seu torpor imemorial para ir à luta, passando por um duplo batismo de fogo – o da guerra, da linha da chegada, e o das dinamitações no pico do Cauê, na linha de partida. Se os americanos entravam com os dólares do financiamento milionário, e os ingleses arcavam financeiramente com a devolução das jazidas de propriedade anglo-americana, o Brasil entrava, afinal com a montanha de ferro Itabira: estoque bruto a ser expressamente sacado como capital in natura, ao mesmo tempo que entidade natural e simbólica a ser tacitamente sacrificada. O caráter sacrificial da operação é a parte silenciada e evidentemente não contabilizada nos contratos (WISNIK, 2018, p. 107).

Isto posto, continuamos a narrativa da trajetória da Vale no território itabirano. A primeira fase que compreende o período de 1942-1951 é o período de instalação e

consolidação da Companhia. Nos três primeiros anos da Companhia, a exportação de minério de ferro foi uma realidade muito distante das mesas de negociação diplomática, a expectativa prevista em Washington foi frustrada: a quantidade de exportação de minério de ferro foi dez vezes menor do que o previsto nos Acordos. O conflito bélico acabou antes que a CVRD terminasse de se instalar e consolidar, também ocorreram atrasos na chegada dos equipamentos importados, dificuldades com a logística das ferrovias e outro fator determinante: o exaustivo trabalho braçal nessa fase, devido ao processo manual rudimentar da extração. Minayo (2004) denomina essa fase de “época do muque” pelas exigências do processo de trabalho que beirava os limites da força humana, numa tarefa hercúlea que coloca esses primeiros trabalhadores na memória operária como “Leões da Vale”. Foram recrutados cerca de 6.000 trabalhadores, que em sua maioria eram pretos e analfabetos, vindos do campo (MINAYO, 2004) e submetidos a uma jornada exaustiva. Eram duas turmas alternando dois turnos de 7:00 às 16:00 e de 16:00 às 23:00, num ritmo alucinante em que “a marreta não para e o suor escorre, marcando cada rocha com o esforço sobre-humano que a pulveriza” (MINAYO, 2004), com condições precarizadas, um trabalho predominantemente manual, sem equipamentos de segurança, em ambiente insalubre e perigoso. Tudo isso fez com que esses “Leões da Vale” ganhassem a alcunha também de “Homens de Ferro”, com uma dualidade que, entretanto, permeia até os dias atuais. Por um lado, orgulhosos e gratos por serem “fichados” e, com isso, terem a garantia de alguma estabilidade e do acesso a determinados direitos sociais, que haviam sido de consolidados na CLT, de 1943, e, por outro, cientes da aguda espoliação a que eram submetidos. Esse sentimento híbrido, tão presente nos trabalhadores da Vale em Itabira, também é percebido e narrado por Minayo:

De um lado está seu orgulho de produzir, alimentado pelo sonho, desde o início cultivado de que “A Companhia é nossa”; de outro, o sentimento de explorado, marcando-lhe o corpo recurvado e o espírito submetido, por sua revolta surda, poucas vezes confessada, de que o “valor de nosso suor e de nossa vida nunca foi suficientemente reconhecido”. Na consciência prática desses mineiros sempre imperou uma ilusão profunda e acalentada de que o capital tenha alma, coração e saberá agradecer (MINAYO, 2004, p. 106).

Esses sentimentos híbridos, aliados a um período instável de crise, de fortes dificuldades de instalação e consolidação da Companhia, que cumpre apenas um décimo do acordado com EUA e Inglaterra, e inseridos num contexto de depressão econômica no período pós-guerra, que faz diminuir as vendas, culminam, em 1945: 1) no cancelamento de contratos de compras por parte da Inglaterra; 2) nos EUA se mostrando cada vez menos colaborativo nos acordos; 3) em atrasos no envio dos equipamentos para aparelhar as

ferrovias e as minas; 4) no vencimento das dívidas com o Eximbank. Tudo isso levaria a Companhia a adotar uma política de contenção de gastos e aumentar ainda mais a pressão nos trabalhadores. Resultado disso foi uma resposta dos trabalhadores através da “revolta surda” dos mineradores, a primeira greve na CVRD, realizada em 1945 (MINAYO, 2004). Os motivos alegados para a paralisação eram os constantes atrasos no pagamento de salários, as duras condições de trabalho, as excessivas exigências de produção e a falta de transporte para locomoção até o alto do Cauê.

Conta-se que sob a liderança de quatro feitores, os trabalhadores fizeram ações diretas utilizando ferramentas de trabalho como instrumentos de depredação do patrimônio da CVRD e de coação dos dirigentes e dos colegas fura-greve. A revolta ganha corpo e nem a empresa ou a polícia local dão conta de conter o movimento. Foi necessário requisitar um contingente de 60 policiais vindos de Belo Horizonte. Não se tem registros formais e há poucos relatos orais do ocorrido e, sobretudo, dos efeitos da greve. O pouco que se sabe é que os líderes do motim foram sumariamente demitidos, porém nada se sabe do paradeiro deles. Nas conversas e entrevistas realizadas, encontrei a mesma dificuldade que outros pesquisadores, como é o caso de Minayo (2004). As respostas sempre eram evasivas ou reafirmações de álibis para não ter participado do movimento. Pareceu-me mais uma das confidências de itabirano, que, mesmo sendo conterrâneo e, em alguns casos, tendo laços familiares, não me foi confidenciado. O não dizer também expressa uma posição interessante de análise e traz consigo alguns significados. Os mecanismos de repressão e silenciamento dessa grande Companhia varreram para debaixo do tapete situações que necessitavam de diálogo e construção de um entendimento, o que pode deixar essa indignação latente e voltar à tona em outros momentos de crise. Minayo (2004) aponta que a revolta de 1945 teria sido um “mito de origem” tratado como tabu, compreendendo esse mito de origem como um vínculo interno com o passado fundador, ou seja, o passado continua presente, construindo um espaço atemporal na memória que serve como referência. Logo, o “mito” se remodela e se repete. Sendo assim, a “greve-mito” se transfigura em “greve-tabu” de uma história e passa a figurar como lugar inacessível, censurando as pessoas e a coletividade, cuidadosamente escondido e interditado. Porém, essas operações deixam cicatrizes e rastros, que podem guiar novamente ao caminho. Um desses rastros, a herança da greve de 1945, foi a criação do Sindicato Metabase, tendo a iniciativa da criação partido do presidente da Companhia.

Esta estratégia foi parecida com a que Getúlio Vargas adotou anos antes sobre a CLT. Pressagiando um caminho inexorável de conquistas de direitos da classe trabalhadora,

antecipa a institucionalização da conquista de direitos. Com isso, além de capitalizar politicamente, promulgando a CLT com uma prática clientelista, interfere nas estruturas que nasceram. Portanto, dessa maneira, reforçou os mecanismos de controle e poder. No caso da greve é uma reprodução disso, na tentativa da Companhia “domesticar os leões da Vale” e ainda criar a imagem de “Mãe-Vale”.

No final da década de 1940, foram adotadas políticas de organização dos trabalhadores e da produção além de recursos obtidos com o Banco do Brasil e venda de debentures no mercado internacional. A Companhia reuniu condições para intensificar o programa de obras indispensáveis à operação da estrada de ferro, à extração e à exportação de minério. O plano Marshall, em 1947, e a Guerra da Coreia, em 1950, influenciam na demanda internacional de minério de ferro.²⁰

O aumento das vendas se traduziu também na contribuição cada vez maior da CVRD no total das exportações brasileiras de minério de ferro. Se no primeiro ano de operação, 1942, a Companhia respondeu por pouco mais de 11%, no final do ano, após algumas oscilações, seu peso percentual ascendeu a mais de 80%. A Tabela 1 retrata, ano a ano, a participação da Vale do Rio Doce nas exportações brasileiras de minério de ferro com base no confronto dos dados de exportação do país e da própria Companhia (VALE, 2012).

PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DE MINÉRIO DE FERRO DA CVRD NO TOTAL NACIONAL

ANOS	CVRD (t)	BRASIL (t)	CVRD/BRASIL (%)
1942	35.407	316.033	11,2
1943	62.928	322.802	19,5
1944	127.194	205.798	61,8
1945	101.694	299.994	33,9
1946	40.962	64.413	63,6
1947	174.290	196.737	88,6
1948	385.252	599.289	64,3
1949	471.947	675.574	69,9
1950	721.765	890.125	81,8

Fonte: Relatórios de Diretoria, 1943-1951.

Figura 8: Tabela 1 - Participação das exportações de Minério de Ferro da CRVD no total Nacional.
Fonte: VALE, 2012.

O segundo período de atividade da CVRD é compreendido entre o início da década de 1950 e o início da década de 1970. Trata-se de uma fase de consolidação, mecanização da CVRD e de diversificação de compradores no mercado internacional. Em decorrência disso a Vale ganha os holofotes do mercado mundial começando a ser conhecida e a ostentar o título

²⁰ Em 1948, obteve, pela primeira vez, um saldo positivo de 4.214.592,63 cruzeiros (VALE, 2012).

de maior empresa de mineração a céu aberto no mundo. Minayo (2004) denomina esse período como “O Império das Máquinas”. Segundo a antropóloga, nesse período as grandes maquinarias começam a se impor, substituindo os meios manuais de extração de minério. Por conseguinte, finda um ciclo do modo de produção extrativista, e começa a intensificar uma passagem para uma produção cada vez menos submetida a processos manuais e mais atrelada aos processos de mecanização e automação. As relações dos trabalhadores com a Companhia também se transformam, exigindo dos trabalhadores uma maior disciplina, produtividade e obediência hierárquica. A expansão da CVRD e a competitividade no mercado externo conduzem as estruturas tecnológicas e de organização do trabalho a patamares cada vez mais complexos.

Sob seu império, as novas relações entre homens e máquinas se constroem, se estranham e se entranham. É o tempo de crescimento, de desenvolvimento econômico e de expansão empresarial da Companhia Vale do Rio Doce, que vai se firmando no mercado internacional como uma marca respeitada e reconhecida. (...) Sua identidade é forjada no ferro de emoções, de conflitos e de orgulho pela pertença à família da Vale-Mãe, essa criatura-criadora de uma cultura institucional urdida na ética, na disciplina do trabalho, e do empreendedorismo obediente, assim como no autoritarismo, no clientelismo e no corporativismo, marcas indelévels na cultura política nacional-desenvolvimentista (MINAYO, 2004, p. 81).

O terceiro período tem como marco temporal o início da década de 1970, com a implantação do Projeto Cauê, e vai até meados da década de 1990, com a privatização da CVRD. Nesse período, amplia-se o expansionismo da Vale, que, de fato, se torna uma sociedade anônima. Completa a transição da mecanização para automação, a estrutura produtiva cada vez mais automatizada, hierarquia e divisão do trabalho cada vez mais segmentado com diversos escalões e controles. Visando aumentar solidez e competitividade da empresa no mercado externo, o epicentro da Companhia passa para os escritórios centrais que analisam, planejam, calculam as vantagens comparativas de seus produtos, interesses, alterações de cenários nacional e internacional na esfera econômica, política, cultural, tecnológica e simbólica (MINAYO, 2004).

A CVRD, que inicialmente atuava de maneira mais pontual no território (Itabira do Mato Dentro), começa a ganhar sucursais, efetivando a migração de uma estatal para uma multinacional. Dessa forma, as relações passam a se tornar cada vez mais distantes e impessoais, o sentimento de pertencimento da família “Mãe-Vale” ou “Mãe-Doce” vai sendo relativizado, principalmente pela perda de certos direitos sociais e conjunturas econômicas

desfavoráveis, devido a políticas de gestão que priorizariam menos capital humano e assegurar empregos.

Aquele sentimento híbrido vai expondo cada vez mais as contradições. O mito-originário, que se tornou mito-tabu, estava cuidadosamente escondido pela montanha, porém foi descoberto pela sua pulverização, culminando numa nova greve histórica, datada de 1989. A ideia da Companhia-Mãe dos funcionários, da produtividade como ato heroico nacionalista, desse desenho patriótico construído desde a origem da Companhia por Vargas e reforçado pelos governos da ditadura civil-militar das décadas seguintes, embaraça a visão dos trabalhadores e serve como instrumento de legitimidade da Companhia, inclusive na cidade. Teceu-se a falácia de uma identidade comum entre governo, povo e nação, “cuidadosamente semeada, cimenta fortemente a base da cultura institucional da Vale” (MINAYO, 2004). Torna-se presente no cotidiano dos mineiros o medo da livre associação. A permanência de uma visão ambígua, de que a Companhia representa também os trabalhadores, nos ajuda a entender em partes os 44 anos sem outra manifestação ou greve. Faz-se necessário recordar que, nesse caso, o patrão, para os operários da CVRD, até 1997, é o próprio governo brasileiro.

O quarto período é o que compreende a privatização e a pós-privatização, com a flexibilização dos processos produtivos, dos direitos sociais dos trabalhadores (diminuição dos empregos e predominância para terceirizados). Período em que também houve uma primazia da bolsa de valores, mercado externo e expansão para outros territórios, já que esse momento também marca a exaustão da Mina do Cauê, em 2003. Ademais, guiada por uma obsessão em se tornar uma marca internacional, o “Rio Doce” é retirado do nome da Companhia. Ao longo de 2007, as ações da Vale foram as mais negociadas entre todas as empresas estrangeiras no pregão da Bolsa de Nova York, batendo até as da BHP Billiton, líder mundial no setor de mineração (VALE, 2012)²¹. Depois de 70 anos, a Vale se fazia presente em países como África do Sul, Angola, Argentina, Austrália, Áustria, Barbados, Canadá, Cazaquistão, Chile, China, Cingapura, Coreia do Sul, Emirados Árabes Unidos, Estados Unidos, Filipinas, França, Gabão, Guiné, Índia, Indonésia, Japão, Libéria, Malásia, Malauí, Moçambique, Mongólia, Nova Caledônia, Omã, Paraguai, Peru, Reino Unido, República Democrática do Congo, Suíça, Tailândia, Taiwan e Zâmbia.

Diante desse “vasto mundo” que se tornou a Vale, Itabira vira só mais um pontinho do mapa de negócios. O local e o global alternam-se ou coexistem, da cidadezinha de Mato

²¹ “Vale é a ação estrangeira mais negociada na Bolsa de Nova York”, Folha de S. Paulo, Mercado Aberto, 30 jan. 2008.

Dentro para um ponto crucial dos Acordos de Washington, com a maior mina do hemisfério ocidental. No saque a céu aberto ininterrupto por mais de setenta anos, as montanhas foram pulverizadas e as violações de direitos ficam mais nítidas. Wisnik sintetiza bem esse cenário de violações e da relação ingrata da Vale com seu berço:

A cidade, acoplada simbioticamente a essa potência nascida das suas entranhas, vive na dependência econômica e política dos ditames da companhia, sem ter se beneficiado, nem de longe, de um retorno correspondente ao gigantismo da empresa que gerou. A inusual promiscuidade de origem do sítio minerador com núcleo urbano acarreta um impacto ambiental que se traduz em altos níveis de poeira de ferro em suspensão, imóveis afetados pela dinamitação das rochas e assoreamento das fontes de água. Longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade que é posta, na prática, no lugar de intrusa, no momento em que bairros construídos sobre veios de minério de ferro são obrigados a se deslocarem para permitir a continuidade da exploração até o esgotamento total do estoque (WISNIK, 2018, p. 120-121).

Conforme demonstrado, a Vale sempre dispôs e se apropriou do território de Itabira de acordo com seus interesses, à medida que seus empreendimentos sofriam mudanças. Uma delas foi a de condicionar a vida dos moradores, sobretudo dos moradores funcionários da empresa, a viver conforme esta ditava.

A expansão da mineração na malha urbana itabirana realiza remoções de moradias, aproxima vilas e bairros operários com as minas, gerando assim problemas socioambientais graves, como a abrupta alteração da paisagem, o barulho das máquinas e das explosões, o aumento da emissão de partículas na atmosfera, a contaminação dos lençóis freáticos, rachaduras e os abalos estruturais nas casas, dentre outros. Dessa maneira, é potencializada uma situação de vulnerabilidade social e reforça a subalternidade. Isso caracteriza como mais uma forma de violação de direitos, o direito à moradia adequada²² e à terra urbanizada, que compreendem o arcabouço do direito à cidade. A partir do exposto, vou trazer os casos de

²² Para que o direito à moradia adequada seja satisfeito, há alguns critérios que devem ser atendidos. O Comentário nº 4 do Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais define o que considera uma moradia adequada: 1) Segurança da posse; 2) Disponibilidade de serviços, materiais, instalações e infraestrutura; 3) Economicidade; 4) Habitabilidade; 5) Acessibilidade; 6) Localização; 7) Adequação cultural; A melhor forma de entender o direito à moradia adequada é entender que ele é composto por três elementos: liberdades, garantias e proteções. Quanto as liberdades são: 1) Proteção contra a remoção forçada, a destruição arbitrária e a demolição da própria casa; 2) O direito de ser livre de interferências na sua casa, à privacidade e à família; 3) O direito de escolher a própria residência, de determinar onde viver e de ter liberdade de movimento. Quanto as garantias: Segurança da posse; Restituição da moradia, da terra e da propriedade; Acesso igualitário e não discriminatório à moradia adequada; Participação, em níveis internacional e comunitário, na tomada de decisões referentes à moradia. Por fim, o direito à moradia adequada também inclui proteções: Proteção contra remoção forçada é um elemento-chave do direito à moradia adequada e está intimamente ligada à segurança da posse. Remoções forçadas são definidas como a remoção permanente ou temporária contra a vontade dos indivíduos, famílias e/ou comunidades das casas e/ou terras que ocupam, sem a provisão e o acesso a formas adequadas de proteção jurídica ou outra (UNITED NATIONS, 1997).

duas Vilas removidas, Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) e a Vila Paciência, que serão trabalhados na próxima sessão.

2.3 As remoções forçadas: os casos das Vilas Explosivo e Paciência



Figura 9: O acoplamento do extrativismo com a cidade.

Fonte: Acervo pessoal do autor. (2019)

A presença de uma empresa estatal do porte da CVRD na cidade passa a influenciar diretamente à vida itabirana, em seus mais variados aspectos: social, espacial, econômico e político (SOUZA, 2003). Segundo a antropóloga, “a sensação é que a CVRD penetra todos os cantos da sociedade local, a cidade passa a ser encarada como uma “cidade invadida”, alterando radicalmente as redes de relações e as concepções de mundo” (MINAYO, 2004). (Wisnik, 2018) complementa que tal percepção do trecho mencionado, Itabira longe de ser reconhecida como vítima de uma intrusão abusiva, é a cidade que é posta, na prática, no lugar de intrusa. A CVRD é a expressão do Extrativismo, ao permear todos os cantos da cidade e alterar drasticamente o modo de viver da população manifesta o extrativismo nas suas três dimensões que trabalhamos no capítulo 01, extrativismo econômico, epistêmico e ontológico. Transfigura-se a paisagem, a dinâmica socioeconômica, os modos de pensar, ser e viver dos povos que habitam o território.

Diferentemente do conceito weberiano de “aldeia industrial” e “cidade-empresa” (PIQUET, 1998), Itabira não se enquadraria tanto nessa definição quanto aquela, sobretudo

pelo seu passado bicentenário, que se diferencia das cidades que surgiram para atender exclusivamente a essa atividade industrial. Em conformidade, no início da década de 1940, a Itabira que a CVRD encontra é rica em experiências e histórias, porém, uma cidade economicamente decadente, apresentando algumas similaridades com outras cidades mineiras que têm sua trajetória inicialmente ligada à exploração do ouro (MINAYO, 2004).

Além disso, ao contrário de outras áreas de mineração em que a exploração ocorre fora do perímetro urbano, o extrativismo, no caso itabirano, se instalou junto à cidade, que já existia muito antes da instalação da CVRD, entrelaçado ao sítio urbano. Corroborando com tal asserção a drástica redução da área física do município, que por sua vez, é cedida para aumento das áreas de servidão para mineração. Dados elaborados pela Fundação João Pinheiro apontam que a área física do município em 1950 era de 310.495 ha, já em 1980 foi para 208.450 há (FJP, 1981). Devido a essa dinâmica entrelaçada com o urbano, entendendo por urbano como espaço construído e vivido, a correlação da cidade e mineração transfigura o espaço da cidade. Dessa forma, tudo o que havia antes da presença da mineradora adapta-se às suas formas de agir e de interagir, mesmo que isso provoque distorções no entorno preexistente. No momento em que se instala em Itabira uma empresa estatal do porte da CVRD, os interesses externos ao município sobrepõem-se aos locais. Sendo assim, as estruturas política, socioeconômica e urbana amoldam-se em virtude das exigências e necessidades geradas pelo funcionamento da empresa (SOUZA, 2003). O extrativismo desenvolve uma relação parasitária com o município de Itabira.

Assim sendo, ao confrontar os interesses locais com a atividade hegemônica, evidencia-se que a cidade se torna o “palco de conflitos pressupondo a construção permanente de um espaço público de mediação e negociação” (ROLNIK, 2000, p. 07). Em consonância com a ideia do urbano como palco de conflitos, encontros, interesses e contradições, Lefebvre assevera:

O urbano como forma e realidade nada tem de harmonioso. Ele também reúne os conflitos. Sem excluir os de classes. Mais que isso, ele só pode ser concebido como oposição à segregação que tenta acabar com os conflitos separando os elementos no terreno (...). O urbano se apresenta ao contrário, como lugar dos encontros e confrontações, unidade das contradições (LEFEBVRE, 2004, p. 160).

Por conseguinte, pode-se apontar como uma forma dessa transfiguração a criação nos anos 1950 de bairros funcionais na cidade, iniciando um processo de segregação e hierarquização espacial de maneira imposta (SOUZA, 2003). Nesse período houve uma intensificação da produção da CVRD visando consolidar a companhia e garantir a produção

projetada pelo mercado internacional, conforme já foi narrado. Para viabilizar tal empreitada foi necessário atrair mão-de-obra de outros locais, ocorrendo um processo de migração. A infraestrutura da cidade naquele momento era tímida para suportar esse fluxo migratório. Os alojamentos rústicos nos quais uma parte dos trabalhadores da Companhia vivia, relata os anais da CVRD de 1943, eram insalubres e precários, repletos de doenças graves para época, tais como tuberculose, desnutrição, malária e tifo. Esse mesmo documento da empresa conclui que esse quadro precarizado conduz à baixa produtividade dos trabalhadores. Não obstante, para propiciar os projetos de expansão da CVRD da década de 50 a Companhia decide construir bairros e vilas para o quadro técnico e operários. Sendo assim, a expansão das atividades minerárias culminou um modelo de urbanismo concebido e construído pela Companhia. Passa a existir duas cidades diferenciadas: a “cidade pública” anterior à Vale, constituída de maneira mais “orgânica”, e a “cidade privada” (COSTA, 1979, p. 65), planejada e construída pela empresa para abrigar parte de seus empregados. Destaca-se que os bairros de empregados de baixa qualificação profissional, as vilas operárias, foram instalados próximos às áreas de mineração, inicialmente vizinhos das minas de Conceição e do pico do Cauê, seguindo uma lógica capitalista que objetiva deixar os operários disponíveis e de prontidão (MINAYO, 2004).

Já os bairros de categoria funcional média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. Por consequência, na cidade passa a existir a mesma hierarquia do interior da empresa, porém de maneira espacial. Dessa forma, observa-se um processo de isolamento, sobretudo, dos bairros operários. A CVRD construía escolas, farmácias, lojas, toda uma infraestrutura necessária a uma vida comedida para os operários não precisarem ir a “cidade pública” e, assim sendo, criar laços de dependência com a empresa em detrimento de vínculos e vivências com a cidade. Nesse sentido, Souza (2003) analisa essas alterações no espaço urbano de Itabira:

Na relação entre cidade/minas/mineração tem início alterações significativas no espaço urbano da cidade. Esse vai-se constituindo e se transformando, inserido na lógica de produção industrial capitalista. As serras e picos destruídos pela mineração enquanto o espaço urbano vai-se remodelando em função das necessidades da indústria mineral, tanto em termos de estrutura econômica quanto em termos dos espaços necessários para abrigar parte da força de trabalho crescente na mineradora. (...) Os bairros operários situavam-se próximos às minas de Conceição e do pico Cauê, obedecendo a uma lógica empresarial que disponibilizava e deixava em prontidão aqueles operários, trabalhadores essenciais ao funcionamento dos equipamentos industriais como: mecânicos, escavadeiras, tratoristas, entre outros. Outros bairros funcionais destinados aos empregados de categoria funcional média e superior localizavam-se longe das instalações industriais. A estratégia, nesse caso,

era manter esses funcionários distantes dos subalternos, garantir-lhes sossego e melhores condições de vida (SOUZA, 2003, p. 41-42).

De maneira concomitante, a parcela da população que não está “fichada”, os excluídos da mineração, acabam construindo de forma espontânea, sem infraestrutura, “contando com a ajuda uns dos outros para construir seus barracos em mutirão, em alguns casos, como no Machado e João XXIII com o auxílio de congregações religiosas” (FERREIRA, 2015. p. 72), o que demonstra que a ausência de políticas públicas de habitação no município é uma constante.

Durante a pesquisa e trabalho de campo em Itabira, foram elencadas duas vilas, uma vila operária, Vila Sagrado Coração de Jesus, e outra fruto da consolidação de ocupação urbana, Vila Paciência, pois representam dois casos em que houve processo de remoção em momentos distintos de atuação da empresa na cidade, respectivamente a década de 1970 e os anos de 1980 e 2000.

Nesse cenário, trazemos o caso da Vila Sagrado Coração de Jesus, popularmente conhecida como “Explosivo”.

2.2.3 Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo)

“Na casa dos outros não manda, né? A gente tem que pedir”

(JWM, ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)



Figura 10: Explosivo entre 1946 e 1951.

Fonte: Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

A Vila Sagrada Coração de Jesus, uma vila operária construída pela CVRD na década de 1950, popularmente conhecida como “Explosivo”, pois, ficava próximo a Mina do Cauê, onde ocorriam explosões de pedras. Segundo relato de ex-moradores, não era incomum que caísse algumas pedras no quintal das casas, reflexo das explosões da mineração no entorno da Vila.

Realizei entrevistas com dois ex-moradores e duas ex-moradoras do Explosivo, alguns pontos foram convergentes nos relatos orais: a começar pela convivência entre os moradores do bairro Vila Sagrado Coração de Jesus, todos relatam que era muita harmônica, com fortes laços comunitários, histórias de vida semelhantes, com cargos parecidos na CVRD, frequentavam a mesma igreja, escola, os mesmos locais de lazer e cultura, o que colaborava para a construção dos vínculos coletivos. Mesmo anos após as remoções, mantêm fortes vínculos, organizando, inclusive, encontros para relembrar e recontar as histórias.

Morava lá no Explosivo. Todo mundo unido. Naquela época era todo mundo unido. Meus colega de infância, não pode “recrampa” não, porque a vida era boa, todo mundo conhecia todo mundo, tempo de andar com estilingue no pescoço, era uma vida 100% brasileira.

(...) a relação dos vizinhos era muito boa, todo mundo era amigo, tanto que quando tem festa no Valério²³ que reuni todo mundo de novo, todo mundo conhece todo mundo, mãe de cada um, infância como foi, monte de causo longe pra contar, entendeu? (J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Os vizinhos eram muito bons, inclusive perto de mim mora um punhado que morou lá, somos amigos até hoje, graças a deus.

Mas, muitos foram espalhados, a gente era igual irmã de amizade. Olha que benção que era, nosso deus, era bom demais. Aqui também não posso “recrampa”. Graças a deus vivo muito bem com meus vizinhos. Quando adoecia ou ia ganhar menino as outras vizinhas ajudava, ficava com a gente o tempo que precisava (M.V.M., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

²³ Valério Doce Esporte Clube é um clube da cidade de Itabira.



Figura 11: Cartaz do Encontro de ex-moradores do Explosivo em 2012.
Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

Outro ponto em comum entre todos os entrevistados foi o modo de viver, que possibilitava resgatar o modo campesino que muitos traziam em suas histórias de vida. Era uma espécie de zonas rurubanas, nas quais cada casa possuía um quintal onde os moradores podiam plantavam a sua horta, pomar, construir um galinheiro ou uma pocilga, desenvolver culturas de subsistência, criar brinquedos rústicos para as crianças, etc. Ressalta-se que era um período histórico em que a população rural era predominante no país. Entretanto, pode-se perceber uma relação cautelosa com o território, como se tivesse que pedir licença para Vale para se apropriar da terra, pois ela que construiu e era “dona”. Logo, era a Vale que “dava liberdade pra prantá”

porque na verdade se eu ficasse lá, na comparação, às vezes podia tá melhor por causa da liberdade que a Vale dava de “pranta”, eu lembro que tinha um quintal bem grande que se tenta ajudar a sustentar nós e tinha de tudo que cê pensar no quintal, tinha de tudo, porque meu pai “trabaiava” e tinha boa vontade de “pranta”. Naquela época tinha mandioca, batata-doce, manga, banana, cana, abacaxi o que você precisar saia dali, e gostava de “prantar” naquela época (Ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).



Figura 12: Foto de ex-moradores do “Explosivo”, s/d.
Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/explosivense/>.

Essa relação cautelosa com o território e o sentimento que está na casa dos “outros”, como se tivesse que pedir licença para se apropriar das terras, também foi um ponto de contato entre as entrevistas. Corroborar com isso que ao serem indagados sobre a remoção, como foi o processo, se sentiram injustiçados ou com vontade de resistir, todos respondem também no mesmo sentido, que a “Vale precisava” já que a “Mãe-Doce” precisa, tem de haver compreensão, porque ela que era dona e havia dar outra solução também. “Na casa dos outros não manda, né? A gente tem que pedir”

P: O senhor se lembra do motivo que apresentaram para vocês terem sair?

R: Saímos porque a Vale precisava do terreno, né? aí Começou a indenizar, fizeram as casas aqui no bairro Amazonas pra gente ir pagando aos pouquinhos até acabar, né?(MGM ,ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

P: Vocês queriam sair do explosivo? como é que foi? Sentiram injustiçados?

R: Não. Querer sair a gente não queria não, aquela época a coisa ainda era boa, mas, como a Vale precisou do terreno...

E: Ai ninguém engrossou a voz ?

aí ninguém engrossou, não engrossou porque precisava do terreno. Na casa dos outros não manda, né? a gente tem que pedir, então a gente sentiu muito na época, porque a gente não queria que acabasse não, por causa da união né do pessoal. Tinha muita água nascente na frente, muita liberdade para ir pros mato, entendeu? Mas, era tempo bom, nada pra recriar na época não. (MGM, ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Primeiro fui morar lá no Pará, morei lá um ano e pouco, de lá mudei pro explosivo, aí fiquei até vir pra cá, porque a Vale precisou do lugar, né? Aí nos “compramos” essa casa aqui e “mudamos” pra cá.

E: Pediram pra vocês saírem do explosivo? e como foi isso?

Não exigiram a gente sair não, mas, a gente sabia que tinha que sair, né? Porque estava assim de firma, sabe? muita poeira, a gente tava precisando mesmo de sair de lá, embora a gente gostava de lá, mas, não podia ficar. Aí ela opta de fazer essa aqui com menos preço pra gente ter condição de pagar., porque se fosse uma casa muito cara a gente não ia aguentar pagar, aí ela controlou assim, sabe?

Quando mudei pra aqui o piso era grosso, sem cimento, as paredes sem reboco. Aos poucos os meninos foram “trabalhando”, ajudando e fomos mexendo aos poucos aqui. Minha vida sempre foi assim, graças a Deus (MPMS, ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Sem embargo, nota-se também, em diferentes formas e colocações, aquele sentimento híbrido no que diz respeito à Companhia, já apresentado e trabalhado no tópico anterior. Ao mesmo tempo que existe uma relação de gratidão com a CVRD, por proporcionais certos direitos sociais, nesse caso, a moradia, há também ciência das limitações e imposições da Vale, que alteram e precarizam o modo de viver.

E hoje na comparação, a terra não dá por conta do veneno, naquela época não tinha poluição do minério, não tinha avançado tanto o minério igual hoje, de máquina não tinha quase nada, pra ter nada para mudar de lugar e tal. Então tinha muito lugar bom, que tinha muita banana, muito abacate. então a terra era boa sem “recramar” de alimentação. Ajudou muito a criar menino, quando a gente era pequeno, a gente não “recramava” nada, a gente não escolhia para comer, era batata doce, inhame entendeu? (J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

E: E como era a vida lá no explosivo?

R: Ah muito bom, muita poeira, faltava água em casa, a gente ia longe lavar roupa nas bicas, andar longe com as bacia de roupa. Mas, mesmo assim gostava de lá.

E: poeira do minério?

É poeira do minério, mas, eu gostava de lá, todo mundo que saiu de lá sentiu falta de lá, sabe?

E: Quando vocês tiveram que sair foram avisados? Teve alguma conversa da Vale? Como que foi?

R: Não, teve não. Só entregamos as casas, porque era da Vale, né? Ela mandou construir, pos firma pra construir. Entregamos as chaves e mudamos, sem problemas.

E: A senhora sentiu falta?

R: No início senti, mas, depois acostumei, hoje eu gosto muito daqui, posso “recrama” não.

E: E como era a relação da Vale com o bairro?

Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém incomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Aí a gente deu vontade de sair tbm. Aí mudamos para uma outra casa no explosivo mesmo, mais embaixo, lá já era melhor, aí eu passei a dar pensão. Tinha muitos pensionista, trabalhava demais, eu e as meninas, levantávamos 5 horas para colocar o café porque já tinha peão esperando. Levantávamos cedo pra fazer o café, punha na mesa, quando era de almoço, a mesma coisa, e assim foi levando. Porque com o dinheiro da pensão movimentava e comprava as coisinhas pra meninas,

sabe? Levei a vida assim, graças a deus, trabalhando honestamente, sem confusão (M.G.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Além disso, conforme também foi narrado nas entrevistas, a Vila abrigava muitas casas e, dependendo da disposição espacial, possuía padrões construtivos diferentes. Portanto, as hierarquias presentes na Companhia eram reproduzidas nas vilas, mesmo dentro das vilas operárias. Os critérios de escolha da casa com padrão “x” ou “y” refletiam, além do cargo dentro da empresa, o comportamento que a CVRD desejava, fomentando, dessa forma, a disciplina e a submissão do trabalho. Os antigos moradores relatam que as moradias mais “simples” ficavam nos locais com maior vulnerabilidade socioambiental, na parte “velha”, “de cima”, o que aponta para uma divisão socioespacial da degradação ambiental, a partir da qual os mais despossuídos são aqueles que carregam o fardo ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

E: E como era a relação da Vale com o bairro?

Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém incomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Ai a gente deu vontade de sair também. Ai mudamos para uma outra casa no “explosivo” mesmo, mais embaixo, lá já era melhor, ai eu passei a dar pensão. Tinha muitos pensionista, trabalhava demais, eu e as meninas, levantávamos 5 horas para colocar o café porque já tinha peão esperando. Levantávamos cedo pra fazer o café, punha na mesa, quando era de almoço, a mesma coisa, e assim foi levando. Porque com o dinheiro da pensão movimentava e comprava as coisinhas pra meninas, sabe? Levei a vida assim, graças a deus, trabalhando honestamente, sem confusão (MVM, ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Outra questão importante presente nas entrevistas é a distância que a Vila ficava da “cidade pública”. A CVRD construiu a Vila na proximidade com a Mina do Cauê, local de trabalho, em detrimento dos locais públicos, aonde concentram a maior parte da oferta de serviços públicos e são locais de encontros e trocas também. Segundo os relatos, ocorria um isolamento e uma alienação em relações as questões políticas locais, por não ter acesso as notícias, informações e pouco convívio fora da Vila. A escassa oferta de transporte público também contribuía para esse isolamento, relatam que havia apenas uma linha que atendia a Vila. Outros relatos apontaram que o fato da Vila ser bem afastada da “cidade pública”, pouco urbanizada, ruas sem calçamento, de terra batida, e a intensa poeira da mina no entorno deixavam os moradores sempre com os pés vermelhos. À vista disso, os moradores da Vila foram apelidados de “pé de pomba” pelos demais moradores da cidade. O constrangimento era tamanho que uma moradora relatou que sempre que iria para fora do Explosivo levava um pano úmido na sacola para limpar os pés quando chegasse na “cidade”.

Gostava, porque era terra vermelha, chamavam de pé de pomba aquele pedaço do “exprovisado” e era terra boa rapaz, todo mundo é unido, não vi a briga e não via morte, não tinha violência, não tinha droga, tinha nada viu, entendeu? (Ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Lá era terra batida, né? Ai quando ia fazer alguma coisinha na cidade a gente levava um pano molhado na sacola e um outro sapato, para quando chegasse na cidade limpar a poeira, porque a poeira rachava o pé todo, ficava tudo vermelho, por isso chamavam de “pé de pomba” (M.P.M.S., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).



Figura 13: Vila Sagrado Coração de Jesus, década de 1950.

Fonte: Acervo do grupo “Ex-moradores do Explosivo”. Disponível em:

<https://www.facebook.com/groups/explosivenses/>.

Em que pese a Vila estar localizada perto da Mina, estava também longe do centro da cidade e dos locais onde estava a maior parte dos equipamentos públicos. Dessa maneira, a prioridade era bem definida: deixar os trabalhadores perto do seu local de trabalho e oferecer uma infraestrutura comedida, próxima, mas afastada da cidade. Assim, desestimulava a busca de contato e a interação dos moradores com sujeitos que vivessem fora desse mundo criado pelo extrativismo, nesse caso, a CVRD. As pessoas perdiam a noção do todo, das vivências que a cidade poderia oferecer.

Acrescenta-se que, posteriormente, com o decorrer dos anos, essas vilas e bairros próximos das minas foram destruídos para a expansão do extrativismo, ocorrendo um processo de expansão da mineração na malha urbana. O poder de decisão outorgado à CVRD,

protegida por legislação federal,²⁴ sobre a concessão de lavras, autorização, licenciamento e permissão, fez com que bairros como Explosivo, Vila Paciência de Cima, Camarinha, 105, Sagrado Coração e outros tendem a desaparecer para dar lugar à mineração (SOUZA, 2003). Assim, pelo Decreto Expropriatório 29/06/1975, concedido pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) à CVRD, desapropriou uma parcela considerável do sítio urbano. Nessa área estava a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo) (SOUZA, 2003; FERREIRA, 2015).

Além dos mecanismos legais, a Vale fez uso de outros mecanismos, como, por exemplo, conceder o direito de uso aos moradores das vilas operárias, porém, mantendo a propriedade dos imóveis no patrimônio da Companhia, reafirma, nesse caso, a concepção que atrela, reduz e sobrepõe o direito à moradia ao direito de propriedade. Ao não conceder a titularidade da propriedade aos moradores, a CVRD apresenta a estratégia de reafirmação de uma posição de poder, de proprietária, e que em detrimento do direito à moradia poderá, a qualquer momento e de acordo com a sua conveniência, dispor das áreas ocupadas. Dessa maneira, reafirma o papel legitimador do direito na violência simbólica, que pode substituir a violência física, para impor uma forma de pensamento. Nesse caso é o pensamento que o direito de propriedade se sobrepõe ao de moradia. Uma das formas de dominação que o extrativismo epistemológico manifesta. E, mais perverso ainda, mantém o controle e a dependência não só dos trabalhadores, como de seus familiares. Por conseguinte, esse mecanismo consolida uma prática clientelista ou paternalista: já que não há política habitacional, a CVRD realiza habitação de interesse social, porém, ela detém a propriedade, o controle de quem pode acessar, manter e ser excluído da moradia. Evitava emigração do trabalhador no contexto de consolidação da empresa, buscando disciplinar e controlar a mão-de-obra.

Esse processo de remoção do Explosivo foi carregado de violências. Percebemos nos depoimentos dos ex-moradores, por exemplo, que, antes mesmo da desapropriação ser formalizada, a companhia já fazia sua imposição de maneira física, vai expandindo a atividade, deixando o território com condições inabitáveis, até os próprios moradores cederem.

²⁴ Fundamentados no novo Código de Mineração decretado durante a Ditadura Militar, que revogou o Código de Minas de 1940 e regulamentou um novo através do Decreto-lei nº 227 de 1967. O outro instrumento normativo utilizado foi a letra “f” do artigo 5º do Decreto Lei 3.365, de 21 de junho de 1941, dispõe nesse sentido, vejamos: Art. 5º Consideram-se casos de utilidade pública: f) o aproveitamento industrial das minas e das jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

E: E como era a relação da Vale com o bairro?

Eles não amolavam a gente não. Era uma coisa muito natural. Ninguém incomodava ninguém, depois ficou muito ruim, sabe porque? Quando começou aquelas firma mexendo lá, mexia em tudo, quando chovia descia água até dentro de casa. Ai a gente deu vontade de sair também (M.V.M., ex-moradora da Vila Sagrado Coração de Jesus).

A vila foi diminuindo, as firma foram aumentando lá perto, foi crescendo, crescendo, derrubando casa. Uns saiu mais de pressa, outros ficaram, ai era muita poeira, entulho das casa, começou a faltar água, ai tínhamos que ir até a bica. Vou ficando complicado, até o dia que a gente cansa e sai por conta própria mesmo (J.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Quanto ao reassentamento dos moradores, também não houve uma preocupação tanto da CVRD quanto por parte do poder público. Por conseguinte, cada família teve que se desdobrar sozinha e se dispersaram por toda a cidade, buscando regiões e situações que lhes possibilitasse condições de sobrevivência. Não houve indenização pecuniária ou apoio financeira, a única atenuante foi uma mediação e facilitação de crédito imobiliário aos trabalhadores, via fundação da própria companhia, através da VALIA (Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social). Ou seja, além de despejar as famílias, a CVRD lucra com a situação por auferir juros de financiamentos imobiliários. Portanto, o trabalhador, além de despejado, fica endividado e com a sensação de que a companhia está ajudando ele a conquistar a tão sonhada casa própria.

2.2.4 Vila Paciência

(...) depois é serviço braçal mesmo e fui levando até que pegar uma profissão não é fácil, é muita luta. A gente achava que a gente vencia ia era no biliskão e no Machado. Achava que conseguia vencer, mas quem estuda vence mais fácil (J.M., ex-morador da Vila Paciência).

A Vila Paciência não se constituiu como um bairro funcional da CVRD, como ocorreu com a Vila Sagrado Coração de Jesus (Explosivo), pois trata-se de um processo de consolidação de ocupação urbana²⁵, impelida pelo crescimento espontâneo da cidade. Assim sendo, embora ficar próximo às áreas de mineração não tenha sido uma deliberação da empresa, essa situação de vulnerabilidade socioambiental é ressonância da desigualdade

²⁵O grupo de pesquisa “Pelo direito à moradia adequada: mapeamento das ocupações urbanas de Belo Horizonte e Região Metropolitana”, do Programa Cidade e Alteridade: convivência multicultural e justiça urbana da Faculdade de Direito da UFMG, entende “ocupações urbanas” como identidades territorializadas que exercem posse planejada, pacífica e informal em espaços urbanos não utilizados, subutilizados ou não edificados, e se mantêm em mobilização continuada pelo acesso à terra urbana e pelo exercício dos direitos à moradia e à cidade. DIAS et.al., Revista de Ciências Humanas (UFSC), v. 49, p. 205-223, 2015.

histórica e estrutural arraigada no país e em Itabira. Conforme foi narrado anteriormente, no município não havia uma política urbana habitacional, o que leva as pessoas sem-teto²⁶ a acharem as soluções possíveis e que estão ao seu alcance para sanar um direito social básico que é a moradia. A respeito desses processos, Ermínia Maricato ressalta que a maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público ou aparato técnico de profissionais como arquitetos e engenheiros (MARICATO, 2001; INSTITUTO CIDADANIA, 2000). A autora ainda acrescenta que o povo pobre trabalhador irá só conseguirá morar nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário, regiões desvalorizadas e cercadas de vários tipos de riscos, em beira de córregos, margem de estradas, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes, regiões poluídas, e outros tipos de riscos (MARICATO, 2003). A Vila Paciência, que surgiu nos finais da década de 1957 cercada pela Estrada Cento e Cinco e a pela linha férrea da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM), se emoldura, exatamente, nessa situação. Isso corrobora com a constatação de que ocupar “não é uma escolha, é uma necessidade para muita gente. E, mesmo com repressão, a necessidade sempre bate à porta” (BOULOS, 2012, p. 46). Dessa maneira, mesmo cercadas por rodovias, linhas férreas e minas de minério, essas pessoas não tiveram outra escolha senão de ocupar a porção de terra possível para construir as suas moradias.

A Vila é dividida em duas partes: a Vila Paciência de Cima, que era próxima da Mina do Crachinha, possuía sete ruas, com 123 moradias de tamanhos variados, entre 98m² e 3433m², numa área que correspondia a 26 lotes de propriedade da CVRD (SOUZA, 2003), e a Vila Paciência de Baixo, que fica próxima de outros bairros da cidade, como o Pará e o Penha, possui cerca de 300 famílias, o que separa as duas partes da Vila é a Rodovia 105 e a EFVM.

Realizei quatro entrevistas, com uma ex-moradora e um ex-morador da Vila Paciência de Cima, que foram removidos em meados da década de 1980, e outras com uma moradora e um morador da Vila Paciência de Baixo, que resistem ao processo de remoção. Foi notório alguns pontos convergentes dos relatos: primeiro, a existência de um forte sentimento comunitário, a vila contava com a presença de associação de moradores e outros grupos coletivos, tais como time de futebol (Itabira Vila Paciência Atlético Clube IVIPA), grupo de

²⁶ Guilherme Boulos apresenta uma importante reflexão sobre o quem são os sem-teto, a saber: É preciso, primeiramente, deixar de lado a visão equivocada de que sem-teto são somente aqueles que moram na rua, em situação de extrema miséria e mendicância. Esse grupo é aquele que chegou ao limite da degradação causada pela falta de moradia, pelo desemprego e outros males do sistema capitalista. A maioria dos sem-teto, no entanto, não está em situação de rua e trabalha, ainda que muitas vezes na informalidade e sem direitos assegurados (BOULOS, 2012, p. 14).

seresta, grupo de jovens, etc. Nas entrevistas podemos notar o pertencimento que os moradores tinham e têm com o território:

A vizinhança era muito boa, todo mundo era muito unido, todo mundo se conhecia, conhecia a família um do outro, sabe? Às vezes a gente sente falta dessa irmandade, dessa comunhão, sabe como é? (G.M.S., ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

A relação entre os vizinhos era boa demais, muita gente boa, honesta, sem maldade. Tanto é que mesmo agora morando longe a gente mantém a amizade, os “vizinho” era tudo compadre um do outro. Amizade sincera mesmo, hoje em dia isso é mais difícil.

(...) a gente sente saudade daqueles tempos, domingo era jogo cedo no campinho, depois aqueles almoço farto de mesa cheia, né? Família reunia toda, era muito gostoso (A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima).

Aqui é todo mundo é unido, senão quem sai perdemos “é” nós mesmos. A Vale vem com tudo pra tirar a gente daqui, se a gente não for unido e dar força um pro outro “vamo” amolecer e ter sair, igual fizeram com o pessoal lá de cima (B.S.P., moradora da Vila Paciência de Baixo).

O segundo ponto é que, assim como ocorria no Explosivo, na Vila Paciência as áreas transitavam entre o urbano e rural, possibilitando modos de viver que resgatem as origens camponesas. Além desse resgate do modo viver, são esses espaços, com quintal, horta, pomar e galinheiro, que ajudam na subsistência de muitas famílias.

A gente plantava nossas coisinha, era uma fruta, umas “foia”, uma banana, uma mandioca, essas coisinha que não dá pra gente ficar comprando todo dia. Ajudava bem porque sempre as criança tavam pedindo.

(A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima)

A gente cresceu nos “quintal” a fora, brincava de esconde, pega, tudo no quintal, tinha vizinho que nem tinha cerca, ai gente ficava pegando fruta daqui, fruta dali, tinha época que era de manga, depois vinha época de abacate, depois de goiaba e assim ia, era uma farra só (H.F.R., ex-morador da Vila Paciência de Cima).

Outro ponto de contato entre as vivências é que ambas as partes da Vila conviveram com a precariedade de infraestrutura urbana básica, tais como esgoto, água, pavimentação de vias, coleta de lixo e acesso a transporte público. Um relato muito rico que merece menção foi o abordado em SOUZA (2003), que explica a origem do nome da Vila:

Nos primeiros anos da Vila Paciência, tinha umas cinco a seis casas, tinha muita poeira, quase um palmo - pouca água e com tudo isso os moradores viviam em harmonia, tinha paciência de tolerar esperando o outro para encher a bacia, encher as latas (Relato de uma ex-moradora da Vila Paciência de Cima apud SOUZA, 2003, p. 56).

Tinha uma biquinha, a gente buscou durante muitos anos, água. Então a gente tinha de ter muita paciência para buscar água; tinha muita gente na frente da gente – para torcer roupa e a terra era vermelhinha, vermelhinha! Então eles falavam assim:

paciência! A gente tinha que ter paciência; eles brincavam que a gente era o segundo pé de pomba, pois já tinha outro aqui na cidade. Descíamos com um paninho e chegava no bairro Pará limpávamos o sapato. O nome Vila Paciência é pela paciência que a gente tinha que ter para morar lá (Relato de uma ex-moradora da Vila Paciência de Cima apud SOUZA, 2003, p. 56).

Interessante sublinhar que assim como acontecia na Vila Sagrado Coração de Jesus, os moradores da Vila Paciência, por não terem pavimentação nas vias, tinham que conviver com a poeira e com a estigmatização dos outros moradores da cidade: (...) “a gente era o segundo pé de pomba, pois já tinha outro na cidade”, é uma menção ao Explosivo, história que já foi narrada no subitem anterior. A Vila Paciência só foi reconhecida como bairro legalizado pelo poder público em meados da década de 1970, por mais de uma década a Vila viveu na ilegalidade urbanística, durante o mesmo período que ocorreu o Plano de Desenvolvimento Urbano de Itabira (1975), elaborado pelo convênio entre Prefeitura, Fundação João Pinheiro e Companhia Vale do Rio Doce²⁷. Nesse sentido, Ermínia Maricato aponta que há uma gigantesca cidade ilegal em que a exceção é a regra e a regra é a exceção.

A produção do ambiente construído e, em especial o ambiente urbano, escancara a simbiose entre modernização e desenvolvimento do atraso. Padrões modernistas detalhados de construção e ocupação do solo, presentes nas leis de zoneamento, código de obras, leis de parcelamento do solo, entre outras, convivem com a gigantesca cidade ilegal onde a contravenção é regra. Como lembram Schwarz e Arantes, inspirados em Brecht, “a exceção é a regra e a regra é exceção” numa sociedade onde a maioria não alcança a condição de cidadania (MARICATO, 2003, p. 153).

Ademais, nota-se como as histórias narradas por moradores de vilas diferentes se complementam e marcam as histórias de vida. Em meados da década 1980, aquele mesmo Decreto Expropriatório de 29/06/1975, concedido pelo Departamento Nacional de Pesquisas Minerais (DNPM) à CVRD, que fundamentou a remoção da Vila Sagrado Coração de Jesus, também foi utilizado para remover a Vila Paciência de Cima, pois área abarcada pelo decreto era ampla. Assim como ocorreu no Explosivo, a remoção aconteceu com uma gama de violações de direitos. Com uma roupagem de legalidade para embasar a expansão da exploração de minério na mina do Chacrinha, respaldada em diplomas legais, tanto federais como municipais, a CVRD removeu 123 imóveis da Vila Paciência, situados na parte superior da linha férrea e da Estrada Cento e Cinco (Souza, 2003). Em consonância com esse papel da ilegalidade como regra e a roupagem de legalidade para legitimar violações de direitos que

²⁷ Disponível em: <http://www.itabira.mg.gov.br/portal/wp-content/uploads/2018/09/LEI-N%C3%82%C2%BA-1700.pdf>.

perpetuam a dominação dos interesses das mesmas classes dominantes colonizadoras, Maricato (2003) elucida:

A ilegalidade em relação à propriedade da terra, entretanto, tem sido um dos principais agentes da segregação ambiental, no campo ou na cidade. Miguel Baldez lembra que até 1850, a ocupação de terra no Brasil era forma legítima de conseguir sua posse. A emergência do trabalhador livre é acompanhada da emergência de legislação sobre a terra que irá garantir a continuidade do domínio dos latifundiários, sobre a produção (Baldez, 1986 e Osório Silva, 1996). A legislação urbana não surgirá senão quando se torna necessária para a estruturação do mercado imobiliário urbano, de corte capitalista. Os Códigos Municipais de Posturas, elaborados no final do século XIX tiveram um claro papel de subordinar certas áreas da cidade ao capital imobiliário acarretando a expulsão da massa trabalhadora pobre do centro da cidade. (MARICATO, 2003, p. 154)

Nesse caso, vai além do mercado imobiliário, pois aqui é representada pelo avanço do extrativismo, que mercantiliza a cidade assim como o mercado imobiliário faz nos centros urbanos brasileiros, fazendo uso dessa mesma falácia legalista.

Ressalta-se que, no caso da Vila Paciência de Cima, o processo de remoção foi bem diferente do que ocorreu no Explosivo por vários motivos, um deles é a composição mais heterogênea da Vila. Por não ser uma vila operária, a CVRD não possuía o título de propriedade das casas ou do terreno, tampouco a totalidade das famílias estavam subordinadas a CVRD por relação de trabalho. Logo, a ingerência do extrativismo de maneira direta nesse território era menor, muito embora na vila habitassem muitos empregados da companhia que temiam travar resistência e afrontar o seu empregador.

Outro motivo é a ocorrência pretérita de outros processos de remoções na cidade, todos promovidos pela expansão do extrativismo. Dessa maneira, os moradores já estavam mais atentos e sensíveis às questões das remoções, inclusive com trocas de experiências e vivências. Em 1984, Itabira sediou o I Encontro das Cidades Mineradoras. Entretanto, cabe ponderar que essas experiências anteriores também serviram de bagagem para o setor extrativista, que inclusive aprimorou os seus instrumentos de dominação. Nos relatos dos moradores, percebemos essa mudança do *modus operandi* da companhia nessas situações de remoções: primeiro, busca respaldo em instrumentos legais; depois, demonstra a prerrogativa do uso da força. Nesse caso em análise, que ocorreu durante os anos de chumbo, houve até mesmo a presença do exército. Passado isso, oscila demonstrando uma aparência de razoabilidade, de diálogo, mas sempre escutando apenas as lideranças comunitárias numa nítida tentativa de cooptação delas. Por fim, depois de ter feito esses passos, oferta o valor da indenização que desconsidera a posse, o modo de vida e até mesmo o valor de mercado.

Portanto, desconsidera o valor de uso e também o valor de troca²⁸ (HARVEY, 1980), posto que, gozando de privilégios legislativos, pode ofertar um valor bem inferior ao valor de troca, que é expressado nesse caso pelo valor de mercado. Sendo assim, os moradores encontraram grandes dificuldades para se reassentar e realocar na cidade, sendo cada vez mais empurrados para áreas periféricas e/ou inóspitas. Ademais, relataram também a ausência ou confusão de informações dadas pela CVRD e pelo poder público, além da completa supressão da participação dos moradores nesse processo.

E: Tem notícias dos vizinhos? Pra onde foram, se conseguiram comprar outra casa, ou realocar na cidade?

Conseguiu, aqueles que era mais estudado, mais sabido, Itabira formou muito engenheiro na época, né? Tinha Senai, os moleque novo tudo entrou no Senai, entendeu? Aprenderam profissão e foram trabalhar com 14 anos, tudo aposentaram novo, ajustagem, mecânica, muitos dele se deram bem na época. A Vale ajudava, entendeu?

E: E o pessoal mais simples?

O pessoal mais simples pastaram, até que viveu, na verdade a gente pensava que trabalhar era vantagem trabalhar entendeu? mas a gente não usava a mente de estudar né? achava que a gente vencia ia era no biliskão e no Machado. Achava que conseguia vencer, mas quem estuda vence mais fácil. porque vence mais fácil, se eu levo 10 anos para fazer minha vida, compra um terreno, fazer uma casa, e tal se eu eu ganho 1. 500 você ganha 10, 20 mil, você vai na minha frente, está sempre evoluindo, quando eu tô trabalhando tô evoluindo, mas, não com ampla visão estou eu não tô assim previsão de querer fazer para melhorar tem que estudar. Isso aí é isso aí manda muito entendeu? que a coisa hoje não é isso não, entendeu? que ter “conheciência” do empreendimento, entendeu? O conselho que dou hoje pros jovens que não estuda. Eu se formar, voltasse a estudar, eu vou me transformar num Doutô, porque hoje eu sei o que é dificuldade. Ai esse pessoal, que é igual eu, que não estudou teve muita luta pra conseguir uma casinha nova, porque o que eles pagaram era mixaria e nem todo mundo pode escolher se ia ganhar era dinheiro ou casa, entendeu? (A.A.M., ex-morador da Vila Paciência de Cima).

Fomos pegos de surpresa, né? “Tavam tocando a gente igual toca galinha”, num dia tivemos reunião com a associação de moradores, no outro já recebemos uma cartinha dizendo que tínhamos tantos dias pra sair, no outro já tinha caminhão das firmas, no outro já tinha polícia e até exército. Não deu tempo nem de pensar. Todo dia era uma informação diferente, parece que queria confundir a nossa mente pra gente aceitar mais depressa (B.S.P., ex-moradora da Vila Paciência de Cima).

Destaca-se que a Vila Paciência possuía uma mobilização comunitária e contava, inclusive, com uma associação de moradores já constituída. Esse processo não ocorreu na Vila Sagrado Coração de Jesus, que, por ser uma vila operária, possuía grande ingerência da CVRD. Importante destacar esse papel comunitário, pois, embora com atuação e eficácia limitadas, considerando as proporções do conflito, conseguiu alguns avanços. Exemplo disso

²⁸ Para uma reflexão mais aprofundada nesses conceitos, ver: HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

é que a CVRD, diferente do que fez no Explosivo, em que não ofertou nenhuma indenização ou reassentamento, propôs, na Vila Paciência, a indenização ou a construção de uma nova casa no bairro novo, Amazonas, através da Fundação Vale do Rio Doce (FVRD). Esses avanços, considerando a experiência de remoção anterior, foram possibilitados devido às negociações da associação de moradores. Entretanto, cabe ponderar que, embora tenha existido negociações, o processo foi conflituoso e, violando direitos, esses avanços foram apenas reduções de danos.

Outro fato observado nas falas dos moradores é o sentimento de onipotência frente uma das maiores mineradoras do mundo e a falta de mediação do poder público. Assim como ocorreu no Explosivo, a Prefeitura apenas endossou as remoções, não realizando nenhuma escuta dos moradores ou uma mediação do conflito, a mesma postura adotada pela câmara municipal. O recém-criado Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA)²⁹, além de poder deliberativo limitado, foi instituído a partir de uma estreita relação com uma das secretarias municipais, possuindo, portanto, uma autonomia bem relativa. Na composição do CODEMA, embora as indicações partissem da sociedade civil e das instituições, a homologação da nomeação era feita pelo prefeito. Portanto, o desamparo também foi um sintoma notado nos moradores:

Era nós por nós, mesmo. Muita gente foi até na justiça, mas, não deu em nada não. Esperar de quem? O prefeito dependia da Vale pra tudo, os vereadores não quiseram comprar a briga, tivemos que aceitar. Começaram a fazer obras, monte de entulho das casas caindo, poeira aumentando vindo do chacrinha, água começando a faltar, o jeito foi aceitar mesmo e começar de novo no lugar que eles tavam dando pra nós (H.F.R., ex-morador da Vila Paciência).

Outro efeito agressivo desse processo foi a precarização das condições de vida na parte da Vila que não foi atingida pela remoção, a Vila Paciência de Baixo, que fica do outro lado da Estrada Cento e Cinco e da EFVM. Dessa forma, com a expansão das atividades extrativas da Mina do Chacrinha, essa parte da vila fica cada vez mais ameaçada, tendo a atividade extrativa como vizinha de porta, haja vista que uma parte da mina do Chacrinha fica a 50 metros da Vila.

Os depoimentos denunciam uma série de violações que vem acontecendo desde a década de 1980. Com a expansão e aumento crescente da atividade extrativa na Mina do Chacrinha, ocorrem problemas de várias escalas: aumento da poluição atmosférica, efeito da

²⁹ O Conselho Municipal de Meio Ambiente (CODEMA) foi instituído no município de Itabira pela Lei Municipal n. 2.324, de 03 de setembro de 1985.

maior extração do minério de ferro, tremores de terras e barulhos estrondosos que são efeitos das máquinas pesadas e explosivos utilizados, rachaduras nas paredes das casas, escassez de água como fruto do rebaixamento do lençol freático, desvalorização dos imóveis, etc.

Hoje a vida aqui tá bem mais difícil. É muito barulho, das máquina passando, das dinamite que todo dia estoura e a gente sente daqui, com o tempo nossas parede vão rachando, vai dando infiltração, a gente tenta acostumar mais é difícil, né? Até as roupa no varal não é todo dia que dá pra colocar, porque tem vez que ficam pretas da poeirada toda vindo de lá. Tem dia que a gente fica cansado, dá vontade de sair, mas, nós “vamo” pra onde? Uma vida toda construída aqui, é difícil sair também (B.S.P., moradora da Vila Paciência de Baixo).

Meu netinho já não mora mais aqui, não deu conta, a poeira aqui é muita e ele tem muita alergia, bronquite, essas coisa. (A.A.M., morador da Vila Paciência de Baixo).

Os moradores da Vila Paciência, organizados através da Associação de Moradores, se mobilizam e travam uma luta hercúlea contra a Vale. Desde a década de 1980, vêm acionando e pressionando o poder público local, os conselhos, ministério público, imprensa e universidade em busca de uma solução para essas violações. No ano de 1988, em decorrência dessa movimentação contínua da Vila, conquistaram, através da prefeitura, o estabelecimento de uma comissão composta pela presidência do CODEMA, por engenheiros e técnicos da prefeitura com a finalidade de apurar a natureza e a extensão do dano que a CVRD promovia na comunidade. Os relatórios da comissão ratificaram, além do que foi narrado acima, o que os moradores vinham denunciando: insegurança da posse, tremores no decorrer do dia, poluição atmosférica, rachadura nas construções, insegurança hídrica, e outros danos diversos, inclusive ao patrimônio público, já que as melhorias urbanísticas também estavam sendo afetadas. Enfim, constataram uma situação de vulnerabilidade socioambiental e sugeriram à prefeitura acionar o Ministério Público para instaurar algum procedimento coletivo de investigação. O encaminhamento foi feito e o Ministério Público acolheu as denúncias, instaurando um inquérito civil, que, posteriormente, culminaria numa Ação Civil Pública. Foi a primeira vez que os moradores da Vila Paciência obtiveram uma resposta do poder público acerca de problemas coletivos gerados pela atividade de extrativismo mineral.

Anos depois, no início da década de 1990, um dos desdobramentos dessas ações foi o desenho de um possível acordo da CVRD com o Ministério Público e os moradores. Visando garantir maior visibilidade e publicidade nas informações, foi realizado um seminário aberto à população para definição dos termos desse possível acordo. Algo inédito até então também no município, contou com a participação de representantes de órgãos e conselhos ambientais,

FEAM, AMDA, CODEMA, além das associações de bairros, entidades de classe, prefeitura municipal, da câmara de vereadores e a imprensa. O resultado foi um acordo com uma série de condicionantes para a Companhia cumprir, com várias sanções em caso de descumprimento. Muito embora a empresa tenha se mostrado muito resistente durante todo o processo, esquivando das responsabilidades e, muitas vezes, culpando os próprios moradores ao argumentar que os problemas relatados e constatados eram em virtude de casas com baixo padrão construtivo.

Apesar do importante marco histórico que esse acordo representou na composição dos conflitos socioambientais itabiranos, ele não foi cumprido integralmente. Dessa maneira, a luta dos moradores da Vila Paciência continuou e continua. Diversas audiências públicas têm sido realizadas desde essa época em vários âmbitos, municipais e estaduais, no entanto, o imbróglio ainda persiste. A Vale utiliza de vários mecanismos para protelar as responsabilidades e soluções, desde assinaturas de Licença de Operação Corretiva (LOC) e Termo de Ajuste de Condutas (TAC) que são descumpridos reiteradamente. Outro fator que deve ser levado em conta são as estratégias não institucionais que a empresa realiza, tais como cooptação de lideranças comunitárias, através de uma conversa bilateral, ou negociações individuais com moradores por indenizações. Nesse sentido, apontou a gravidade de tal estratégia, em que uma ação coletiva judicial estava tramitava em 2009, porém, a mineradora “começou a negociar com moradores individualmente e em 2013 já havia comprado 77 imóveis, dos 117 existentes na Vila, cerca de 66%” (FERREIRA, 2015, p. 77). Portanto, ao realizar tal conduta, desmobiliza a comunidade, enfraquece a luta coletiva através do poder econômico e reduz os ganhos ou reparos de danos coletivos.

Isto posto, após as reflexões acerca dos dois casos acima narrados, relevante realizar algumas considerações a respeito das violações e situações apresentadas. A primeira delas é que os processos de violações narrados são manifestações de práticas coloniais que o extrativismo continua reproduzindo e expressando no ambiente urbano. Com isso, concentra poder, informações, terras, promove remoções, realiza práticas sociais oligárquicas com caráter coronelista e clientelista, tudo isso visando garantir o privilégio de poucos em detrimento do direito de muitos. Nesse sentido, há um diálogo possível e urgente dos pensamentos decoloniais que trabalhamos no primeiro capítulo e o debate acerca das questões urbanas: “universo urbano não superou algumas características dos períodos colonial e imperial, marcados pela concentração de terra, renda e poder, pelo exercício do coronelismo ou política do favor e pela aplicação arbitrária da lei” (MARICATO, 2003, p. 151).

Conforme foi abordado no primeiro capítulo, uma das consequências do extrativismo é o que Gudynas chama de “efeitos derrame”. No caso em tela, o extrativismo derrama seus efeitos na cidade, na vida urbana de Itabira. Para garantir a expansão da atividade dilacera relações, viola direitos, oprime outras formas de viver, como foi apontado nos casos das vilas com as remoções. O extrativismo, aqui manifestado pela Vale, vende a ideia para opinião pública que é um mal necessário, pois, gera renda, traz o progresso e tira as cidades mineiras da decadência econômica. Ora, como bem ressalta Gudynas (2015), o extrativismo não produz renda, gera excedentes, que por sua vez, são arrestados para o mercado internacional. Se cairmos nesses sofismas, incorremos no risco de contentar com as migalhas dos excedentes e ainda ser gratos disso. É a mesma tática narramos no tópico do Explosivo em que além de despejar as famílias a CVRD lucrou com a situação, por gozar dos juros de financiamentos imobiliários. Nesse momento é que entra essa tática perversa, as pessoas, além de despejadas e endividadas, saem gratas com o extrativismo por ele estar ajudando a conquistar determinados direitos sociais. Portanto, entrar na lógica de contentamento com parcela dos excedentes é perpetuar privilégios coloniais. Nesse sentido, Maricato (2003) assevera:

a divisão repartida (externa e interna) do excedente econômico, continuidade de privilégios senhoriais na formação da mentalidade burguesa e, portanto, adaptação de heranças coloniais no processo de modernização, a exclusão das classes “baixas” dos processos históricos e sociais (negando inclusive sua existência como classe com direitos a serem respeitados como ocorreu no capitalismo “maduro”) (MARICATO, 2003, p. 153).

Uma das materializações dessas exclusões das classes mais pobres, que faz parte de um processo histórico social, são as remoções. Podemos observar uma sucessão de violações de direitos nos processos analisados, destaco as seguintes: 1) Na fase anterior as remoções: a) o poder público e a CVRD não demonstraram que utilizaram todos os meios apropriados para evitar as remoções, não houveram laudos técnicos individualizado que comprovasse que não havia outra possibilidade ou de reduzir ou eliminar os riscos³⁰; b) tampouco comprovaram a real necessidade das obras de expansão das minas e quais as motivações para o interesse público da obra se sobrepor a permanência dos moradores, levando em conta todos os danos sofridos; c) Ausência de processos administrativos que garantissem acesso à todas informações aos moradores; d) Omissão e contradição de informações, foram ausentes quanto a justificativa para a remoção, não apresentaram cronograma e as prioridades para a remoção,

³⁰ O artigo 9º, II, da Resolução 01/86 do CONAMA, já havia previsão no que diz respeito à necessidade de comprovação de que não existem alternativas técnicas e locacionais.

nem as condições para o reassentamento e a definição dos parâmetros de indenização; e) Ausência de assistência jurídica aos moradores. Não há defensoria pública no município, e também não foram nomeados advogados dativos para acompanhar os casos. 2) Durante as remoções: a) Não foram apresentados laudos com assistência social para levantar casos de risco à vida dos moradores, caso de idosos, pessoas com deficiência, enfermos; b) Não foi realizado por servidores públicos devidamente identificados; c) Ausência de garantia de transporte e guarda dos bens móveis dos moradores; d) Presença de coação física e moral, através de corte do fornecimento de água e energia, suspensão de coleta de lixo, não retirada de entulhos; e) pressão para celebração de acordos de remoção; f) Ausência de comunicação prévia de no mínimo 90 dias³¹. 3) Pós-remoção: a) Ausência de garantia de reassentamento; b) Ausência de assistência social e técnica aos moradores reassentados.

Por fim, aponta-se que com a negação do direito à moradia e do acesso à habitação, o pertencimento à cidade também é negado (TAVOLARI, 2016). Os mecanismos de controle ampliado da mineradora restringem a vida dos moradores entre a mina e a vila. A cidade torna-se algo estrangeiro, distante e que não pode ser usufruído, até mesmo porque com as reiteradas remoções, poderá perder o sentimento de pertencimento a determinado território. Nesse sentido, situa-se o direito à cidade na perspectiva de Lefebvre, compreendendo tal conceito como a luta pelo direito à criação e plena fruição do espaço social. O direito à cidade nesse diapasão consistiria no direito de todos os habitantes da cidade de usufruir plenamente da vida urbana, abrangendo todos os serviços e vantagens, tais como o direito à moradia adequada, assim como o poder de participar e decidir nos rumos da cidade (FERNANDES, 2007). Agrega-se a essa perspectiva o direito à cidade apresentado em 2006, no Fórum Social Mundial, a partir da Carta Mundial do Direito à Cidade, que conceitua esse direito como:

(...) o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social. É um direito coletivo dos habitantes das cidades, em especial dos grupos vulneráveis e desfavorecidos, que lhes confere legitimidade de ação e organização, baseado em seus usos e costumes, com o objetivo de alcançar o pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a um padrão de vida adequado. (Fórum Social Mundial, 2006).

Portanto, através da luta pelo direito à cidade, entendo a cidade como o palco dos conflitos e um ambiente democrático para buscar equidade, justiça social, abre-se fissuras

³¹ Item 15, “b”, do Comentário Geral, nº 07, do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das Nações Unidas

para ecoar gritos de insubmissões, resistências e insurgências, garantindo legitimidade de ação e organização para os grupos vulneráveis que estão sendo subalternizados.

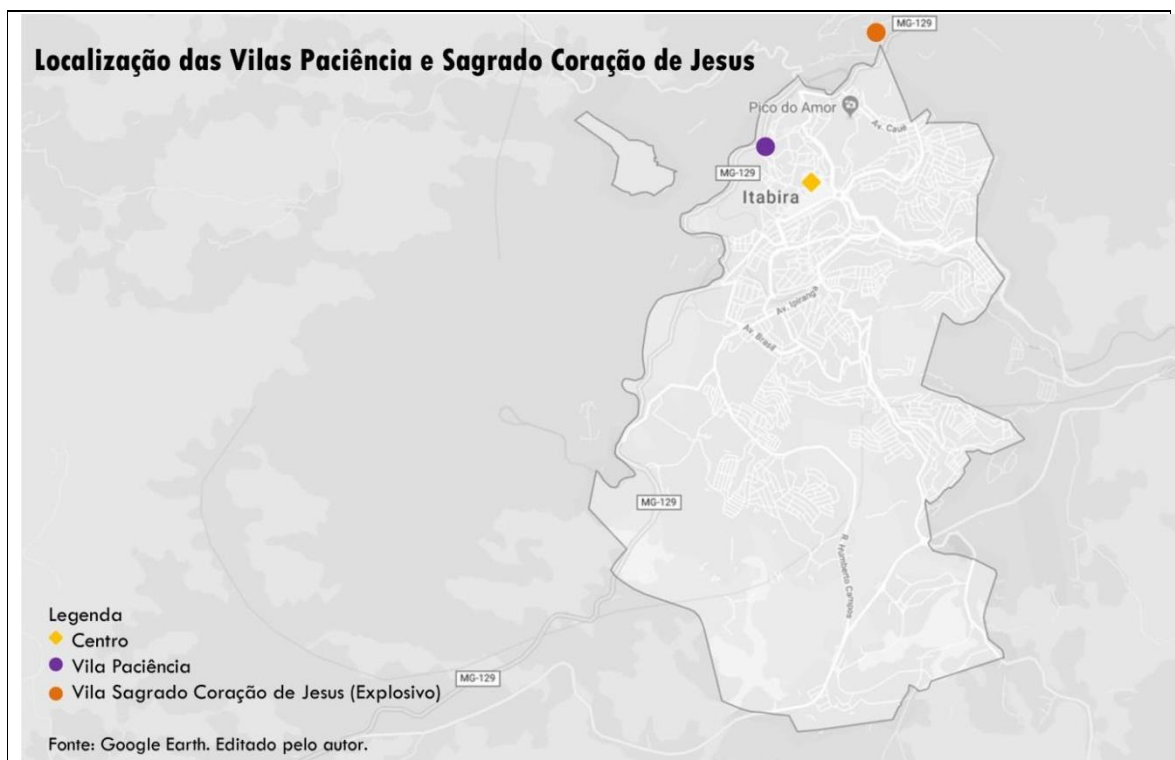


Figura 14: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Mapa.

Fonte: Google Earth. Editado pelo autor.



Figura 15: Localização aproximada das Vilas Paciência e Sagrado Coração de Jesus no distrito sede de Itabira. Vista aérea.

Fonte: Google Earth (2019). Editado pelo autor.

3 QUANTAS LÁGRIMAS DISFARÇAMOS SEM BERRO?

INSUBMISSÕES E DIREITO À CIDADE EM ITABIRA

*Quem cala morre contigo
Mais morto que estás agora
Relógio no chão da praça
Batendo, avisando a hora
Que a raiva traçou
No incêndio repetindo
O brilho de teu cabelo
Quem grita vive contigo!*

(Menino, álbum Geraes, Milton Nascimento)

Abertas as fissuras para ecoar os gritos e insubmissões contra a lógica predatória dos extrativismos minerário, nesse capítulo iremos vocalizar os protestos legítimos da população itabirana, a partir de denúncias da atual conjuntura. Dessa maneira, começamos narrando a carregada relação da cidade de Itabira com a mineração, apontaremos a apreensão dos seus moradores com os novos desdobramentos e efeitos acumulados dessa atividade extrativista.

Procuraremos demonstrar outras formas de violações provocadas pelo extrativismo minerário, no aspecto subjetivo da insegurança da vida, e também a reiteração de violações históricas e estruturais, no aspecto objetivo, as remoções forçadas. Além disso, apresentaremos uma outra forma de promoção de remoções forçadas no município, através do terrorismo empresarial de barragens. Desse modo, evidencia-se que as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos minerários em Itabira. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo do tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); e em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens).

Considerando que os conflitos socioambientais são pautados em relações de poder profundamente assimétricas, é um cenário que faz florescer resistências, lutas e disputas de sentidos para fazer valer outras cosmovisões e modos de vida. Dessa maneira, em seguida iremos expor a materialidade das insubmissões do povo itabirano através de ações que organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamentos aos extrativismos predatórios em Itabira, que durante a pesquisa tivemos a oportunidade de acompanhar. Logo, iremos reverberar as pautas dos movimentos sociais do território.

Por fim, partindo dessa lógica do território, do local, iremos demonstrar o reforço da coexistência entre local e global nos extrativismos. Isso será feito através do apontamento dos “efeitos derrame” diversos e multidimensionais, que derramam no território flexibilizações de direitos diversas e acarretam também em processos de desterritorialização.

3.1 Nem um minuto de silêncio, mas, toda uma vida de luta: terrorismo empresarial de barragens e as resistências em Itabira

Itabira atualmente, que deixou de ser do Mato Dentro, já não convive com aquela vida inconsciente e calma da Vila de Utopia.³² Ao contrário, convive com a possibilidade de um desastre apocalíptico. Os itabiranos acompanharam apreensivos os crimes socioambientais cometidos pelos Extrativismos em Mariana-MG, com o colapso da barragem de rejeitos da Samarco, uma *joint venture* de duas gigantes da mineração internacional, Vale e BHP Billiton, em 2015, promoveu o maior desastre da mineração (em volume de rejeitos) na América Latina; e em Brumadinho, outro desastre envolvendo o colapso de uma barragem de rejeitos, também de propriedade da Vale, caracterizou o pior acidente coletivo de trabalho da história do país.

A cidade que serviu de laboratório para os empreendimentos de megamineração conta com 15 barragens de rejeitos cercando a cidade. Salienta-se que 5 ficam próximas do perímetro urbano – entre elas, as duas maiores, Pontal e Itabiruçu – e as casas, em alguns bairros, terminam onde começa a represa de rejeitos de minério de ferro. Esta conta com 130 milhões de metros cúbicos de rejeitos, porém, conta com o processo de ampliação de capacidade em andamento, a previsão é que em 2020 possa abrigar 230 milhões metros cúbicos – cinco vezes o total que vazou de Fundão, em Mariana, em 2015. Enquanto aquela construída rente a outros bairros da área urbana, muito mais populosos tem capacidade para 220 milhões de metros cúbicos de rejeitos, 18 vezes mais do que havia em Brumadinho.

Em que pese a maioria das barragens terem avaliação no cadastro da Agência Nacional de Mineração (ANM) como de alto dano potencial em caso de ruptura, todas são classificadas como de baixo risco. Todavia, recorda-se que as barragens do Fundão em Mariana e em Brumadinho, também tinham avaliação da ANM como de baixo risco.

³² A crônica “Vila de Utopia” foi escrita em 1933, para celebrar o centenário da elevação de Itabira a vila, 20 anos depois de o poeta/cronista se ausentar da cidade natal. Foi publicada, originalmente, só em 1943, em seu primeiro livro de crônicas, com o título “Confissões de Minas”.

Uma cidade cercada por barragens

Itabira tem 15 depósitos de rejeitos de mineração da Vale, cinco deles bem próximos do seu perímetro urbano

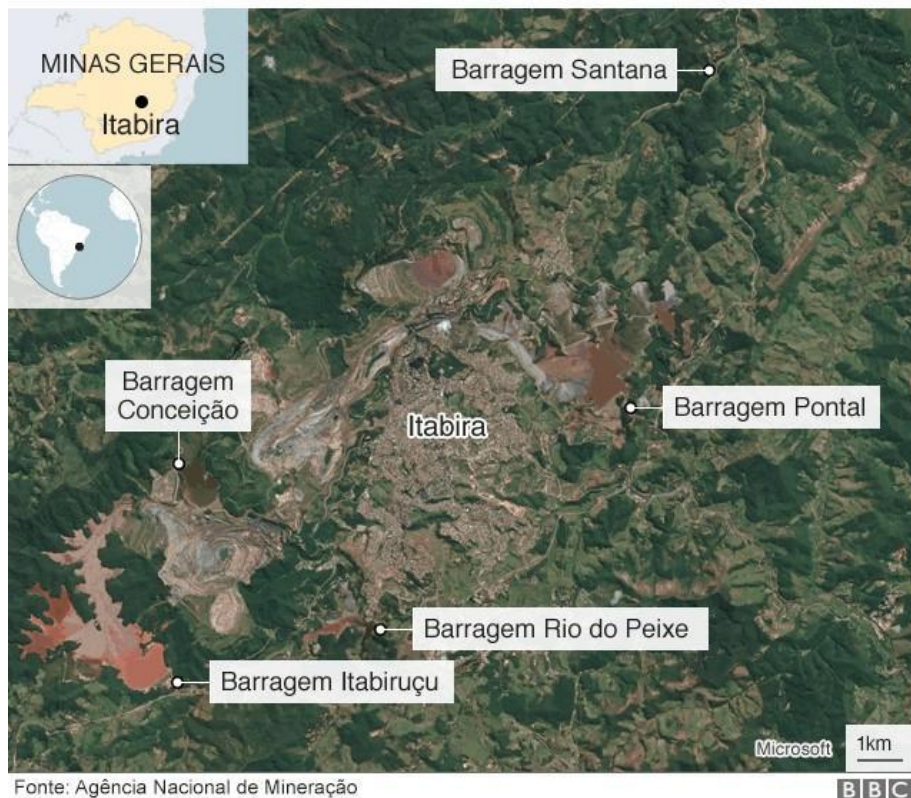


Figura 16: Barragens de rejeitos no entorno de Itabira.

Fonte: ANM. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47220855>>.

Ressalta-se que as barragens, construídas ou alteadas com diferentes métodos, não são homogêneas, possuem diferentes idades, ritmos e velocidade de preenchimento e ampliação de volumes. Há muitas barragens construídas sobre áreas cársticas ou sujeitas a constantes movimentações sísmicas, outras situadas acima de comunidades, bairros e estruturas de trabalho e produção. Insta frisar as fiscalizações precárias dessas barragens, ou quando, não poucas delas, sequer fiscalizadas e monitoradas pelo poder público desde sua implantação.

Consultorias e especialistas afirmaram em recentes notas públicas, entrevistas à imprensa, depoimentos a CPIs que o sistema de auditoria deve ser radicalmente revisto.³³ Empresas deixaram de prestar tais serviços à Vale, não faltaram testemunhos de pressões ou

³³Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2019/02/05/interna_gerais,1027913/empresa-pediu-reparos-na-barragem-que-rompeu-em-brumadinho.shtml. Acesso em: 20 jun. 2019.

Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/consultores-analisam-situacoes-de-risco-das-barragens-no-vale-do-rio-de-peixe-em-itabira/>. Acesso em 20 jun. 2019.

Disponível em: <https://www.correiodopovo.com.br/not%C3%ADcias/geral/rompimento-da-barragem-em-bar%C3%A3o-de-cocais-est%C3%A1-pr%C3%B3ximo-de-ocorrer-1.340229>. Acesso em: 20 jun. 2019.

recusa de relatórios desfavoráveis ou inconclusivos sobre a estabilidade das estruturas.³⁴ Algumas destas atividades e licenças, apuraram inquéritos do Ministério Público e relatório de CPIs, foram obtidas com gestão direta e autorizações granjeadas ou prometidas em reuniões de gabinete.³⁵ As estatísticas demonstram que vários elementos concorrem para o rompimento de barragens, inclusive o silêncio e a omissão de autoridades, órgãos de representação empresarial e profissional, além, é claro, da precipitação de medidas irresponsáveis para atender a interesses econômicos das mineradoras ou de fornecedores e prestadores de serviços delas.

Dessa forma, associações, comparações e temores são inevitáveis, pois é a mesma empresa que cometeu tais crimes, a mesma que construiu e mantém todas as barragens do município itabirano: “há no ar uma sensação de um crime não nomeado cometido a céu aberto” (WISNIK, 2018, p. 29).

Realça-se que uma das responsabilizações impostas à Vale foi a obrigação de preparar as cidades com barragens consideradas instáveis para lidar com situações de possíveis desastres. Ou, como a própria empresa diz aos habitantes de Itabira, será necessário criar uma cultura de prontidão para a emergência.

Quando a barragem B1 de Brumadinho rompeu, Itabira já preparava a expansão de sua segunda megabarragem, embora ainda não tivesse implementado um plano emergencial tampouco orientado a população a esse respeito. O desastre acelerou o processo, marcado por erros que assustaram ainda mais a população. A área urbana de Itabira e sua zona rural convivem com a implementação de milhares de sinalizações e rotas de fuga e a instalação de 28 sirenes importadas da Eslováquia e com características das usadas em guerra, além do cadastro de moradores e da realização de um simulado para orientar a população numa situação de emergência real. Em março, semanas após o desastre de Brumadinho, que fica a 159 quilômetros de Itabira, as sirenes da barragem de Itabiruçu soaram no meio da noite, indicando o iminente rompimento. O pânico coletivo durou alguns eternos minutos até terminar com um pedido de desculpa da empresa, que acionou as sirenes por engano³⁶. O

³⁴Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/04/em-cpi-empresa-diz-que-vale-mudou-calculo-para-obter-atestado-em-brumadinho.shtml>. Acesso em: 20 jun. 2019.

³⁵ Disponível em:

https://www.almg.gov.br/acompanhe/noticias/arquivos/2019/05/30_cpi_funcionarios_vale.html. Acesso em: 20 jun. 2019.

Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/02/21/politica/1550770949_599589.html. Acesso em 20 jun. 2019.

³⁶ Disponível em: <https://www.otempo.com.br/cidades/vale-acionou-sirene-de-forma-irresponsavel-em-itabira-diz-defesa-civil-1.2155817>. Acesso em 20 jun. 2019.

falso alarme causou danos psicológicos aos moradores, sendo registrado um leve aumento no atendimento de saúde mental do município por ansiedade e dificuldades para dormir. O que aconteceu em Itabira também ocorreram em municípios vizinhos, como Barão de Cocais e outro municípios mineiros, tais como Itatiaiuçu e Macacos.³⁷

Numa ação compartilhada entre Vale e Defesa Civil, mais de 10 mil moradores estão sendo entrevistados. Perguntas como “Há parentes ou amigos na cidade que possam abrigar a família em caso de emergência?” fazem parte do questionário. Entre as recomendações, estão: a) reunir todas as pessoas que estiverem em casa; b) pegar apenas objetos pessoais que sejam de extrema importância e que caibam em uma sacola; c) deixar sua residência seguindo pelas rotas de fuga até o ponto de encontro mais próximo. Além disso, a mineradora ainda entregou uma pasta de plástico aos moradores para que eles guardem documentos pessoais e escrituras dos imóveis, com a orientação de deixá-la vedada e em local de fácil acesso caso seja necessário abandonar a propriedade imediatamente.³⁸

Assim sendo, instaurou-se um clima de pânico, terror, medo, angústia, mal-estar, insegurança nas diversas comunidades ameaçadas por barragens de rejeitos. Fundamentado na realização de descomissionamento de barragens, que é a descaracterização ou desmonte das barragens³⁹, mineradoras estão promovendo um “terrorismo de barragens” ou “terrorismo empresarial de barragens”⁴⁰ realizando gradativamente, ou como já reportado de maneira abrupta através de sirenes no meio da noite, remoções forçadas de pessoas por conta da falta de segurança das estruturas, nas chamadas manchas ou áreas de inundação das barragens de rejeitos. Logo, as pessoas são simplesmente retiradas dos seus lares sem qualquer preparação, cronograma, plano, feito de maneira desordenada, violenta e ilegal.

Disponível em: <https://www.defatoonline.com.br/sirenes-da-vale-tocam-por-engano-em-itabira/>. Acesso em 20 jun. 2019.

Disponível em: <https://www.hojeemdia.com.br/horizontes/sirenes-da-vale-s%C3%A3o-acionadas-por-engano-em-itabira-1.703736> Acesso em 20 jun. 2019

³⁷Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/vale-inicia-plano-de-evacuacao-em-barao-dos-cocais-mg.shtml>. Acesso em 20 jun. 2019

³⁸Disponível em: <https://epoca.globo.com/o-cotidiano-do-medo-em-itabira-terra-de-drummond-23799092> Acessado em 20 jun. 2019.

³⁹Para melhor entendimento do termo técnico, acessar: Disponível em: <http://www.anm.gov.br/assuntos/barragens/perguntas-e-respostas-sobre-barragens-de-mineracao-e-o-caso-de-brumadinho>. Acesso em 21 jun. 2019. Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/o-que-significa-o-descomissionamento-de-barragens>. Acesso em 21/06/2019.

⁴⁰ Termo utilizado pelo Projeto Manuelzão da UFMG e Gabinete de Crise da Sociedade Civil para designar esse conjuntos de violações de direitos provocados pela eminência do colapso de barragens de rejeitos. Disponível em: <https://manuelzao.ufmg.br/coletiva-de-imprensa-gabinete-de-crise-sociedade-civil-denuncia-terrorismo-de-barragens-e-violacao-de-direitos/>. Acesso em: 21 jun. 2019.

Disponível em: <https://ufmg.br/comunicacao/noticias/mineradoras-promovem-terrorismo-de-barragem-afirma-colunista>.

Portanto, as remoções forçadas não são ações isoladas dos extrativismos. São práticas reiteradas e alimentadas pelas mineradoras ao longo do tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais,); e em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Em todos os casos foram violados diversos diplomas legais, tratados internacionais de direitos humanos.⁴¹

Após os episódios narrados, evidenciou-se a falácia que as mineradoras sustentavam ao omitirem as reais situações das barragens, contando com a anuência do poder público, que não exercia a sua função fiscalizadora. Sendo assim, o Ministério Público (MP) de Minas Gerais abriu quatro investigações, inquéritos civis e ação civil pública, para apurar a segurança das barragens em Itabira. Por decisão da própria Promotoria local, as apurações estão sob sigilo. Diante de tal cenário calamitoso, a justiça concedeu tutela de urgência em determinadas ações ajuizadas pelo MP e determinou a suspensão de qualquer tipo de atividade de construção, alteamento ou obras de qualquer natureza (exceto reparatórias ou de implementação da segurança) no complexo de Barragens do Pontal/Cauê. Precedente histórico em Itabira, em Minas Gerais e no país⁴².

Diante da realidade estabelecida, que sinteticamente pode ser sistematizado: 1) a administração de barragens classificadas com Categorias de Risco e/ou Danos Potenciais médios ou altos; 2) as recorrentes de falhas de avaliação técnica autogovernadas pelas empresas; 3) aliado ao amplo noticiário sobre o estado de espírito, adoecimento e vulnerabilidade de pessoas nos locais ameaçados, mais a emissão de alarmes falsos agravantes; 4) Remoção compulsória dos atingidos sem amplo acesso a informação e fundamentação das motivações; Todo esse cenário urge às autoridades competentes e à sociedade civil a obrigação de implementar medidas eficazes que determinem prontamente às empresas responsáveis a retirada das populações das zonas de Alto Risco de Morte Morte ou

⁴¹ Podemos citar: art. 6º, caput; 37, caput, CF; e art.2, item 1 e art. 11, item 7, Dec. 591/92; item 1, art. 9º, II, Resolução 01/86, do CONAMA; Resolução 1993/77, da Comissão de Direitos Humanos da ONU; Resolução 13/10, Conselho de Direitos Humanos/ONU; Item 15, “c”, Comentário Geral nº 07 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU; Item 12 do Comentário Geral nº 04 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais da ONU; item 16 do Comentário Geral nº 07 do Comitê sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais das ONU; ONU HABITAT, 2014, p. 38; (item 4 da Resolução 1993/77 – Comissão de Direitos Humanos/ONU.

⁴² Processo nº 5000406 54 2019 813 0317. Disponível em: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/justica-suspende-atividades-de-barragens-em-itabira.htm>. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/6367685/vale-paralisa-obras-em-barragem-de-mina-em-itabira-mg>. Acessado em 21 jun.2019.

“autossalvamento”⁴³ (ZAS), principal ou secundário das dezenas ou centenas de barragens. Tais construções já são popularmente chamadas de “bombas relógio” e foram implantadas sobretudo na região central de Minas Gerais, a montante de cidades, de comunidades, de empresas e estruturas de produção, de infraestruturas de abastecimento de água, entre outras riquezas de que dispomos.

Muito além do exame de consciência dos desfeitos ou malfeitos, é prática cruel, que explora, desrespeita, oprime e violenta comunidades, famílias e os segmentos populacionais mais vulneráveis, que fere sua liberdade e dignidade, sua saúde e bem-estar. Acrescenta-se que a manutenção dessas barragens em zonas de incerteza, de extermínio pessoal direto ou de entes queridos, de ameaça permanente da lama invisível, mas que, sem aviso prévio, torna-se implacável para extirpar vidas e arrasar o meio ambiente. O fazer das autoridades aquém de seu poder de determinar a salvaguarda da população potencialmente atingível pela lama de rejeitos real dos reservatórios e barragens de rejeitos, auxilia a zona de conforto das empresas e de desconforto e comprometimento segurança e da saúde física e mental das comunidades.

Salienta-se que direitos são relativizados e pessoas são sacrificadas para satisfazer os desejos e interesses dos extrativismos. Há uma relação evidente entre degradação ambiental e a racionalidade capitalista, na perspectiva do pensamento colonial da dominação da natureza visando o progresso. O caso itabirano, e aqui, mais especificamente, da população pobre que vive em vilas, é carregado de injustiças, dentre elas, a injustiça ambiental. A Teoria da Injustiça Ambiental, segundo a contribuição dada por Acsehrad, Mello e Bezerra, é o mecanismo em que sociedades desiguais destinam a maior carga dos danos ambientais do desenvolvimento a grupos sociais de trabalhadores, de baixa renda, vulneráveis, grupos raciais discriminados, e marginalizados (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2002). Nesse sentido, ratifica o pensamento que vigora uma divisão socioespacial da degradação ambiental, em que os mais despossuídos são aqueles que carregam o fardo ambiental (ACSELRAD; MELLO; BEZERRA, 2009).

Assim, diante dessa patente injustiça ambiental, é inaceitável a continuidade dos processos de licenciamento e autorização de funcionamento da mineração similares aos que conduziram aos resultados já verificados. De igual modo, também é inadmissível mais uma forma de negligência a retenção de informações – por organizações do poder público e pelas mineradoras – que devem permitir aos cidadãos e às organizações e movimentos da sociedade civil promoverem, junto à sociedade em geral, a autodefesa de suas próprias vidas, de suas

⁴³ Denominação perversa que as mineradoras colocam, pois, representa a delegação de responsabilidade por sobreviver aos atingidos.

famílias e comunidades. Os erros que conduziram a tal situação de coisas – isto é, à adoção de tecnologias de beneficiamento e à proliferação irresponsável de barragens de rejeitos, tenham eles consequências econômicas, despertem a atenção para os riscos que alcançam milhares de pessoas, percentuais maiores ou menores de cidades, povoados e comunidades – não são responsabilidade dos atingidos. No entanto, as deliberações sobre proteção e defesa dos atingidos e das cidades não é exclusiva de nenhuma autoridade ou órgão público – embora muitas deles detenham as informações e não as disponibilizem de forma clara, técnica, transparente, como se consortes ou mais preocupados com a sorte dos responsáveis por tal situação.

Destarte, rompeu-se “o silêncio grave envolvia todas as casas”⁴⁴, ou talvez, simplesmente vocalizaram as várias vozes que ecoam no Mato Dentro. Dessa maneira aponta-se que os múltiplos processos das ‘violências das afetações’ promovidas pela mineração em larga escala fazem emergir contextos de lutas e de resistência que entrecruzam distintas trajetórias de ativistas, grupos atingidos, militantes e pesquisadores (ZHOURI, 2017, p.17). Nesse sentido, a população itabirana tem cobrado que se ponha um fim ao princípio e domínio do automonitoramento em situações que envolvem tais riscos de calamidade e destruição. Durante o desenvolvimento da pesquisa pode acompanhar o ambiente, rotina e ações de algumas das organizações da sociedade civil que atuam na resistência e enfrentamento aos extrativismos predatório em Itabira.

Começo relatando a atuação e trabalho de base social que a Diocese de Itabira/Coronel Fabriciano tem promovido no território. Para além de sermões com tons críticos aos extrativismos, a diocese tem demonstrado um importante aliado dos movimentos sócias no município e demonstrado apoio institucional aos movimentos de resistência da cidade. Além disso, também realiza mobilização e formação política e de cidadania na cidade de Itabirana. Dessa maneira, há um presença e trabalho cotidiano no Município dos vários segmentos da Igreja, tais como Cáritas Diocesana, das Comunidades Eclesiais de Base (CEB) nos bairros e vilas, a Comissão Justiça e Paz que faz parcerias e busca consertos em prol da promoção dos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Ambientais e Culturais, Clube das Mães⁴⁵, Pastoral Carcerária, Pastoral Afro Brasileira, Pastoral da Juventude e Comissão Pastoral da Terra.

⁴⁴ Menção a trecho da crônica “Vila de Utopia”, de Carlos Drummond de Andrade, publicada, originalmente, em 1943, no livro *Confissões de Minas*.

⁴⁵ Criado na década de 1970 em Itabira, são parte integrante das lutas sociais. É composto por mulheres que trabalham na área da assistência social, atendendo mães com depressão, atuando na área da Igreja com visitas domiciliares e apoio às famílias e trabalham com economia popular solidária a partir de artesanatos e quitandas. Em 2015, foi instituído o dia municipal dos Clubes de Mães na cidade de Itabira, sendo dia 20 de maio.

Uma das materializações e confluências desse trabalho amplo da igreja nos territórios é a Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce. São realizadas desde 2016, como contestação ao desastre socioambiental na Bacia do Rio Doce, as Províncias Eclesiásticas dos municípios que abrangem a bacia supracitada realizam a Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce. A primeira edição foi realizada no dia 5 de junho de 2016, na cidade de Resplendor (MG), Diocese de Valadares. A segunda edição foi promovida no dia 4 de junho de 2017, em Caratinga (MG), na Diocese de Caratinga, e a terceira edição foi acolhida pela arquidiocese de Mariana, no dia 3 de junho de 2018, em Ponte Nova (MG) e, em 2019, devido ao contexto de terrorismo empresarial de barragens narrados no item anterior, foi realizado no dia 02 de junho, em Itabira. O tema da 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce teve como tema “Bacia do Rio Doce, Nossa Casa Comum” e o lema “Vão-se os bens da Criação, ficam miséria e destruição! E agora José?” O bispo da diocese de Itabira/Coronel Fabriciano, Dom Marco Aurélio Gubiotti, disse publicamente que com essa romaria a igreja quer ser uma voz profética e fazer ecoar uma forte denúncia do descaso para com a vida e a dignidade do ser humano. “Bem como à fauna e à flora, o desrespeito aos direitos dos atingidos e os graves danos causados ao meio ambiente”, afirmou. “Exigimos enquanto Igreja anunciadora e denunciadora a responsabilização dos criminosos e o devido reparo aos danos causados ao meio ambiente”, concluiu. Mais de 10 mil pessoas estiveram as ruas de Itabira durante a Romaria.⁴⁶ Dentre essas 7 mil pessoas, havia uma composição plural com a presença de atingidos, sem-terra, sem-teto, indígenas, quilombolas, camponeses e operários. Também foi coletado um abaixo-assinado na romaria com mais de 5 mil assinaturas, pedindo ao Ministério Público Estadual ações para impedir o alteamento da barragem Itabiruçu, em Itabira. Por fim, foi elaborada uma carta aberta da Romaria que faz duras críticas ao atual modelo extrativista predatório:

(...) Condenamos o atual modelo econômico devastador e destruidor, que é voraz, orientado apenas para o lucro: Vão-se os bens da criação, ficam miséria e destruição! Propomos uma mudança de paradigma em todas as nossas atividades econômicas, incluindo a mineração, pois somos responsáveis por entregar às gerações futuras um mundo melhor do que este que recebemos. Temos conhecimentos e condições suficientes para reorganizar a vida em sociedade para

⁴⁶ Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/com-criticas-a-atuacao-da-vale-romeiros-reunidos-em-itabira-se-solidarizam-com-vitimas-da-mineracao/#prettyPhoto>. Acesso em: 25 jul. 2019.
Disponível em: <https://www.viacomercial.com.br/2019/06/02/igreja-milhares-de-fieis-se-encontram-em-itabira-na-iv-romaria-das-aguas-e-da-terra/>. Acesso em: 25 jul. 2019.

além do sistema extrativista, materialista, individualista e consumista, que quer a todos devorar (CARTA DA ROMARIA DAS ÁGUAS, 2019).⁴⁷



Figura 17: Reprodução do banner de convocação para a 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.

Fonte: Diocese de Itabira e Coronel Fabriciano.



Figura 18: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.

Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.

⁴⁷ Disponível em: <http://cebsdobrasil.com.br/2019/06/02/carta-da-4a-romaria-das-aguas-e-da-terra-da-bacia-do-rio-doce/>. Acesso em: 25 jul. 2019.



Figura 19: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019. Sede do Valério Esporte Clube.
Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 20: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.
Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 21: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.
Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.



Figura 22: 4ª Romaria das Águas e da Terra da Bacia do Rio Doce, 2019.
Fonte: Acervo pessoal do autor. Junho/2019.

Ressalta-se o alcance e impacto dessa atuação, uma vez que, de acordo com o último censo do IBGE, de 2010, Minas Gerais tem 70,4% da população professando a fé católica e, em Itabira, o número chega a 78%.

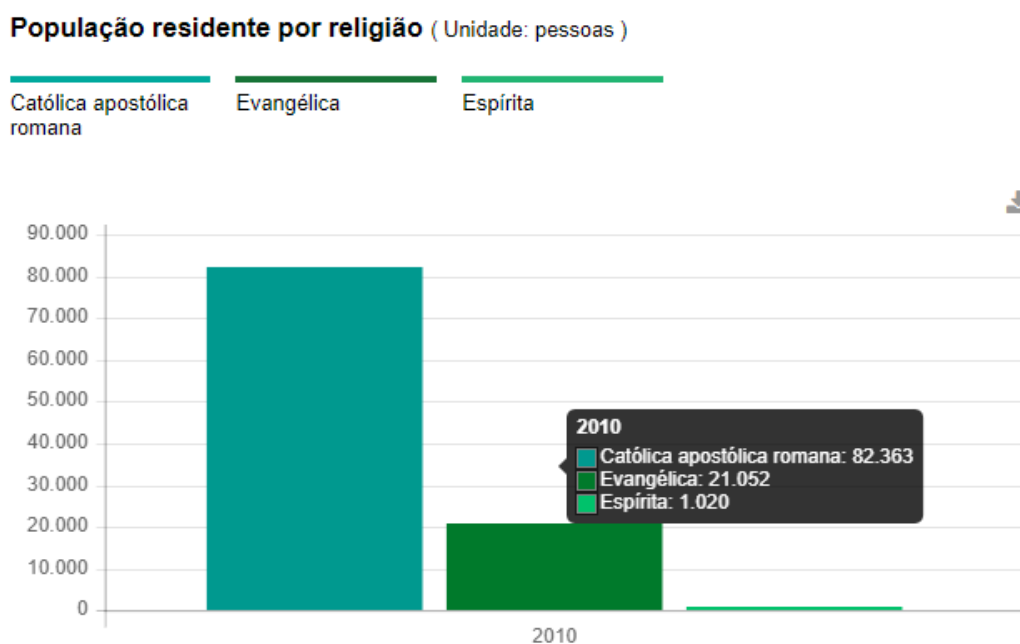


Figura 23: Dados da população residente de Itabira por religião.
Fonte: IBGE, 2010.

Outra organização da sociedade civil sobre a qual a pesquisa se debruçou é o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região. Foi criado no início do ano de 2019 e vem tendo uma atuação destacada na resistência e enfrentamentos, protocolando requerimentos e requisições junto ao MP, Secretarias Municipais, CODEMA, CPIs, com participação combativa em audiências públicas no município e na ALMG, denunciando uma série de violações no município, a saber: 1) o excessivo uso de água pela mineradora no município, bem como a Parceria Público Privada (PPP) da água aprovada na Câmara Municipal de Itabira; 2) a pressão e a chantagem que a Vale exerce no município com anúncios, de tempos em tempos, do fim das atividades minerárias na cidade, assim obtém a leniência do poder público municipal, e do CODEMA, no que se refere à cobrança da execução das condicionantes determinadas nos processos de licenciamento ambiental, sobretudo da Licença de Operação Corretiva, de 2000; 3) o desmonte dos órgãos municipais e estaduais de licenciamento e fiscalização ambiental, a incapacidade e ineficácia da Agência Nacional de Mineração (ANM) em cumprir seu papel de regramento e fiscalização de barragens de rejeitos e a prática da mineradora Vale de não pagar multas ambientais e não cumprir condicionantes previstas em licenciamentos, haja vista o cumprimento parcial e insatisfatório das 52 condicionantes da Licença Operacional Corretiva, de 18 de maio de 2000; 4) relatam que há três barragens (a saber, 105-1, Ipoema e Piteiras) que não possuem classificação quanto à categoria de risco e ao dano potencial associado, não estando, por isso,

inseridas na Política Nacional de Segurança de Barragens; 5) Os sofrimentos sociais em virtude da falta de transparência das informações a respeito dos materiais distribuídos como Plano de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) distribuídos nas comunidades.

Além das denúncias, o Comitê vem reivindicando nos referidos espaços: a) a obrigação legal e constitucional da Vale de prestar informações completas, claras e verídicas das reais situações de fato e de direito atinentes às barragens de rejeitos e ao Plano de Ação de Emergência para Barragem de Mineração (PAEBM) de cada uma das barragens; b) da Defesa Civil de Itabira e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente que disponibilize de imediato, em formato digital no sítio da internet da Prefeitura Municipal de Itabira, em link de fácil acesso e de forma organizada, a íntegra dos documentos de licenciamento ambiental aprovados e pendentes, assim como os EIAs e RIMAs de cada empreendimento minerário do município, e todas versões do Plano de Emergência de Barragens de Mineração (PAEBM) das barragens existentes em Itabira; c) reassentamento populacional das famílias que se encontram nas “Zonas de Autossalvamento” – na distância de até 100 km dos barramentos; d) reassentamento das escolas e serviços de saúde que se encontram nas “Zonas de Autossalvamento” – na distância de até 100 km dos barramentos; e) relatório e atestado de estabilidade de todas as barragens existentes em Itabira, bem como o nome das empresas de consultoria e profissionais técnicos que assinam os mesmos; f) reelaboração do PAEBM e do estudo técnico das áreas de possíveis inundações, contando com participação dos atingidos; g) elaboração de estudo técnico de diagnóstico participativo da saúde mental da população, bem como a elaboração e execução de uma política pública de atenção à saúde mental voltada aos atingidos pela mineração em Itabira; h) a elaboração de estudo técnico sobre a saúde respiratória da população de Itabira e da emissão de particulado atmosférico proveniente das atividades operacionais da Vale; i) a elaboração de estudo técnico sobre os impactos da vibração proveniente das explosões para extração de minério de ferro nas minas da Vale sobre as casas e infraestrutura urbana em um raio de 2km das minas, a ser realizada por instituição indicada pelo Ministério Público em conjunto com o Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região.

Além dessa atuação institucional, o Comitê tem realizado encontros, frequentemente, em diferentes locais da cidade, tem promovido reuniões públicas, convocando e dialogando com a população para pensarem e construírem, de maneira coletiva, alternativas e resistências

nesse contexto delicado.⁴⁸ São movimentações importantes e históricas na cidade, no sentido de maior controle social sob a atividade mineradora e a ampliação de participação popular nesses processos. Corrobora-se com o entendimento de que os processos das ‘violências das afetações’ promovidas pela mineração em larga escala fazem emergir contextos de lutas e de resistência que entrecruzam distintas trajetórias. Logo, se a violência das afetações é um processo que trata de uma série de dinâmicas interligadas, que são definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios, as resistências, insurgências e insubmissões também são materializadas nos territórios nesse entrecruzamento de distintas trajetórias.



Figura 24: Reunião Pública realizada pelo Comitê Popular dos Atingidos pela Mineração em Itabira e Região. Auditório da Funesi, em junho de 2019.

Fonte: Vila de Utopia. Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/relatos-de-violacao-de-direitos-pela-mineracao-em-itabira-serao-encaminhados-a-comissao-de-direitos-humanos-da-assembly-de-minas-gerais/>.

Acesso em: jun. 2019.

3.2 Os efeitos derrame no “berço da Vale”

“quando era vale mesmo era vale de verdade, era Vale do rio doce, tinha doce no meio. Hoje...”.

(Ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus)

Em conformidade com que foi trabalhado no capítulo 01, reafirma-se que os extrativismos estão atrelados à globalização, pois, compõe o primeiro degrau de toda uma cadeia de produção e comercialização global – são commodities. Todavia, os extrativismos

⁴⁸ Notícias dessas atividades e da atuação do Comitê na imprensa local. Disponível em: <https://www.defatoonline.com.br/comite-popular-de-itabira-cobra-respostas-da-vale-em-documento-entregue-ao-ministerio-publico/>. Acesso em: 24 jul.2019.

Disponível em: <http://www.viladeutopia.com.br/relatos-de-violacao-de-direitos-pela-mineracao-em-itabira-serao-encaminhados-a-comissao-de-direitos-humanos-da-assembly-de-minas-gerais/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

Disponível em: http://www.radioitabira.com.br/pg.php?id_cat=3&&id=1818#.XUBtOuhKjIU. Acesso em: 24 jul. 2019.

são sempre locais, haja vista que a extração dos recursos naturais sempre acontecerá em um lugar específico (GUDYNAS, 2015). Portanto, os extrativismos convivem com essa dualidade de global e local. Logo, os impactos inerentes também obedecem a essa dualidade, acarretando “efeitos derrames” diversos e multidimensionais, que modificam a semântica sobre natureza, território, justiça.

Quanto à natureza, as afetações podem extrapolar ao território do empreendimento extrativista. Percebemos isso com muita nitidez no caso de Itabira, o modelo extrativista implementado pela CVRD no município serviu como laboratório de teste, inclusive de impactos, e, posteriormente repetir tais práticas em diversos outros territórios, promovendo projetos extrativistas ainda mais ambiciosos.

Após a instalação da CVRD, em 1942, foi construída a Estrada de Ferro Vitória a Minas e também o Porto de Tubarão, em Vitória (ES), para possibilitar o escoamento e exportação da extração. Durante a década de 1970, a produção da companhia se apoiava na exploração da mina do Cauê, em Itabira, que era a maior mina do hemisfério ocidental naquele momento. Foram testadas várias ferramentas tecnológicas materiais e sociais, para se apropriar do território e viabilizar a exploração da atividade extrativista. De posse dessa experiência localizada em Itabira e de seus acúmulos econômicos, tecnológicos materiais e sociais, mecanismos de cooptação de lideranças comunitárias, flexibilização da legislação ambiental, entre outras práticas, o setor extrativista “derramou” em diversos municípios tanto de Minas, sobretudo no Quadrilátero Ferrífero⁴⁹, quanto no estado do Pará, destaco os municípios que compõe a Serra dos Carajás. Esse último, o setor extrativista, na época hegemonizado pela CVRD, aliado ao regime civil-militar com seu desenvolvimentismo autoritário, promoveu na região da Serra dos Carajás o Projeto Grande Carajás, no final da década de 1970 e início da década de 1980, com uma gama de subprojetos, tais como o Complexo Minerário de Carajás, Projeto Rio Doce Manganês, Projeto Igarapé-Bahia, Projeto Salobo, Projeto Ferro Carajás S11D (antigo Projeto Serra Sul), Mineração Onça Puma e Projeto Serra do Sossego. “Derramou”, por 900 mil km², numa área que corresponde a um décimo do território brasileiro, e que é cortada pelos rios Xingu, Tocantins e Araguaia, e engloba terras do sudeste do Pará, norte de Tocantins e sudoeste do Maranhão. Para possibilitar a viabilidade desse ambicioso projeto, foi implantada uma infraestrutura faraônica, que incluiu a Usina hidrelétrica de Tucuruí, a Estrada de Ferro

⁴⁹ A designação “Quadrilátero” é função do arranjo geométrico de sua morfoestrutura e foi utilizada em 1933 pelo geólogo Luiz Flores de Moraes Rego, para definir a área onde estão concentradas “As jazidas de ferro do centro de Minas Gerais”, em artigo assim intitulado (Machado, 2009).

Carajás e o Porto de Ponta da Madeira, a Mineração Rio do Norte (MRN), complexo de alumínio a Albras e a Alunorte. Seus investimentos eram de quase US\$ 230 bilhões (IBASE, 1983).

Portanto, o precedente criado em Itabira, de relativização e negociação de direitos, flexibilização de normas ambientais e urbanas, não só serviu de exemplo para outros empreendimentos em outros locais, como já mencionado, como também incorporou em definitivo nos marcos regulatórios nacionais. Destaca-se no caso supracitado, que após a intensa atividade da CVRD em Itabira, as flexibilizações e rearranjos feitos para possibilitar a exploração da mina do Cauê, reverberou na criação de um novo Código de Minas de 1967, que, por sua vez, revogou o de Código de 1940 elaborado na Era Vargas (COSTA, 2015).

Perdeu-se o caráter mais restritivo e nacionalista do código anterior, antes só podia participar do setor minerário empresas nacionais e limitava à cinco autorizações de pesquisa. Com a experiência obtida no território citado, aliado aos Acordos de Washington e a busca por expandir o setor extrativista na perspectiva do desenvolvimentismo autoritário do regime civil-militar da época, passou a permitir a participação de empresas estrangeiras no setor e abriu todas as portas para atrair-las ao não limitar o número de pesquisas por empresas. Dessa maneira, corrobora com os entendimentos dos efeitos derrame apontados por Gudynas e outros autores, a saber:

Quando uma flexibilização ambiental é aplicada para permitir um empreendimento extrativo em determinado local, essa flexibilização também é usada por outros projetos em outras áreas e em outros locais do país. O resultado é uma redução na qualidade ambiental em todo o país e para todos os setores (GUDYNAS et al, 2015, p. 28, tradução nossa).⁵⁰

As flexibilizações ambientais não são contidas como concessões a um projeto extrativista específico, mas são cristalizadas em novas condições normativas em geral. As flexibilizações têm efeitos que derramam todo o marco normativo e regulatório ambiental, que, uma vez instalados, permanecem (GUDYNAS et al, 2016, p. 30, tradução nossa).⁵¹

⁵⁰ (...) cuando se aplica una flexibilización ambiental para permitir un emprendimiento extractivo en un sitio, esa rebaja también es aprovechada por otros proyectos en otros rubros y en otros sitios del país. El resultado es una reducción de la calidad ambiental en toda la nación y para todos los sectores (GUDYNAS, 2015, p. 28, texto original).

⁵¹ (...) as flexibilizações ambientais no quedan contenidas como concesiones a un proyecto extractivo específico, sino que se cristalizan en nuevas condiciones normativas en general. las flexibilizaciones tienen efectos que se derraman sobre todo el marco normativo y regulatorio ambiental, las cuales, una vez instaladas, permanecen (GUDYNAS, 2015, p. 30, texto original).

Além das flexibilizações ambientais que incorporam em definitivo todo marco normativo e regulatório ambiental, esse efeito derrame ecoa uma visão colonial de conquista, domínio e mercantilização da natureza.

Os efeitos derrame ambientais estão visceralmente atrelados aos derrames nos territórios. Conforme demonstramos no capítulo 02, a expansão dos extrativismos impõe novos tipos de territorialidade. Essas novas territorialidades se sobrepõe a outras preexistentes, seja campesina, indígena, quilombola e até mesmo administrativas (as estruturas de poder locais são remodeladas). Em vista disso, fomenta conflitos pela disputa de território ou mesmo desterritorializa alguns espaços que já eram ocupados e atendiam as reproduções sociais desses grupos desterritorializados. Destaca-se o caráter violento, autoritário e determinista desse processo de desterritorialização que militariza, espiona, criminaliza, fomenta conflitos, judicializa e intimida os atingidos e as lideranças comunitárias (TROCATE, et al. 2015)⁵². Nesse mesmo sentido, Zhouri defende:

A desregulação socioambiental em curso tem sido acompanhada por variadas formas de violência, as quais caminham lado a lado com processos que visam a despolitização e a criminalização de atingidos, movimentos e grupos engajados na resistência à mineração, além de pesquisadores críticos (ZHOURI, 2017, p. 2).

Por conseguinte, conforma-se uma nova geografia que é “manchada” com espaços nos quais estão ausentes o Estado e as garantias de direitos, imperando, assim, os enclaves extrativistas (GUDYNAS et al, 2016).

Para mais, como decorrência desses efeitos derrames, haverá repercussões no âmbito social também. Os extrativismos operando nessa lógica de flexibilizações de direitos, de maneira similar, promovem flexibilizações sociais tais como a terceirização e precarização das condições de trabalho no setor extrativista, menores remunerações e benefícios dos trabalhadores, entre outros rebaixamentos. Corroborar nesse sentido que muitos dos operários da Vale em Itabira que antes chamava a Vale de Mãe hoje já tem uma visão com mais ressalvas. Um relato muito emblemático é de um ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus, ex-empregado da Vale que hoje trabalha numa terceirizada da Vale:

⁵² De acordo com o último relatório publicado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Conflitos no Campo 2016”, 43,6% dos 172 casos de conflitos por água no Brasil durante 2016 ocorreram nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Mais de 50% do total estão relacionados aos conflitos envolvendo projetos de mineração, seguidos de 23,26% que são relativos à barragens hidroelétricas (CPT, 2017, p.129-130).

A Vale tomou conta do lugar, é empreendimento da Vale, né? Porque sem aquilo ali o pessoal não ia conseguir viver também não. Sem a Vale é meio difícil de viver. sustentou muito pai de família (...)

a gente pode reclamar daquela época não entendeu que trabalha na quarta tem consciência disso porque a Vale a vida toda foi mãe também e pai também, porque o trabalhador que trabalha nela ele tem muita vitória para contar, naquela época ela levantou Itabira, mas, apesar que hoje não é estatal mais, eu não sei direito porque o empreendimento gera lucro né? Piorou entendeu? quando viram que não “tava” dando lucro eles pegaram sabedoria com o negócio, ele foi tirando né e terceirizando, aprendendo a terceirizar.

Quando era Vale mesmo era Vale de verdade, era Vale do Rio Doce, tinha doce no meio. Hoje... (J.V.W.M., ex-morador da Vila Sagrado Coração de Jesus).

Além desses rebaixamentos ligados diretamente ao mundo do trabalho, acrescenta-se aqueles que internalizam as concepções de mundo, de domínio da natureza e conduz para mitos, como “Itabira é uma terra de ferro”, “nossa vocação é mineira”, como se o destino estivesse geneticamente determinado em toda a população. Por consequência, essa faceta de extrativismos da mente e do modo de viver (epistemológico e ontológico), conforma a população com essa posição de rebaixamento de direitos. Logo, passam a tolerar uma má qualidade de vida em virtude da expansão da atividade minerária nos territórios, ou a naturalizar as remoções porque a “Vale precisou” da área. Portanto, os distintos tipos de efeitos causados pelos derrames estão vinculados um com os outros, se conectam e potencializam.

4 A TERCEIRA MARGEM DO RIO: CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa toada de domínio da natureza, estribada na colonialidade da natureza antropocêntrica de feição europeia, que conduz para formulação e enraizamentos de mitos como “vocação minerária”, retomamos ideias anteriormente aludidas para refutar a fatalidade de um “destino mineral”.

A primeira retomada será do extrativismo econômico e da dependência. Um lugar comum ao debatermos cidades mineiras e a atividade extrativista mineral é que as cidades dependem da mineração porque traz empregos, renda, desenvolvimento e retorno para essas cidades. Essa posição foi reafirmada pela Prefeitura de Itabira e por vereadores. Conforme foi explanado em capítulos anteriores, 01 e 02, o extrativismo não produz renda e sim excedente. Analisamos o que esse lugar comum, com tom chantagista, chama de retorno e desenvolvimento.

Ao cruzarmos alguns dados e indicadores econômicos da atividade extrativista no estado de Minas Gerais e em Itabira, que serão expostos a seguir, podemos fazer algumas inferências: 1) conforme consta nos gráficos a seguir, que expõem a participação percentual das atividades extrativistas no Valor Bruto de Produção (VBP), no Consumo Intermediário (CI) e no Valor Adicionado Bruto (VAB) de Minas Gerais (2002-2016) e, depois, uma projeção futura seguindo a tendência apresentada. Observa-se que, desde de 2013, a participação da Indústria Extrativa no PIB Mineiro vem decaindo de forma exponencial. Uma extrapolação (curva de regressão) indica que o VAB (PIB) do setor será menor que 1% a partir de 2020.

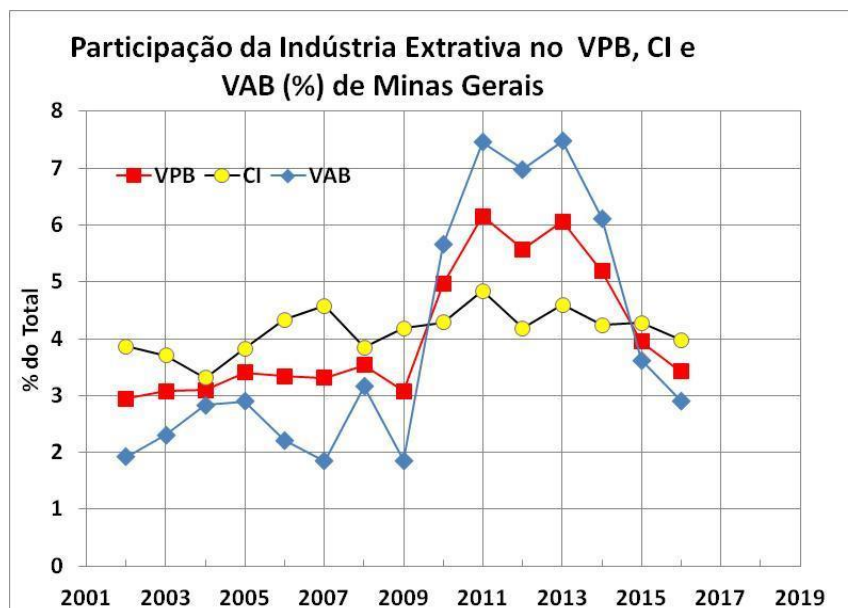


Figura 25: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2001-2019.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/02/mineracao-cidade-onde-vale-nasceu-vive-cercada-por-33-vezes-o-volume-de-rejeitos-de-barragem-que-se-rompeu-em-brumadinho.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

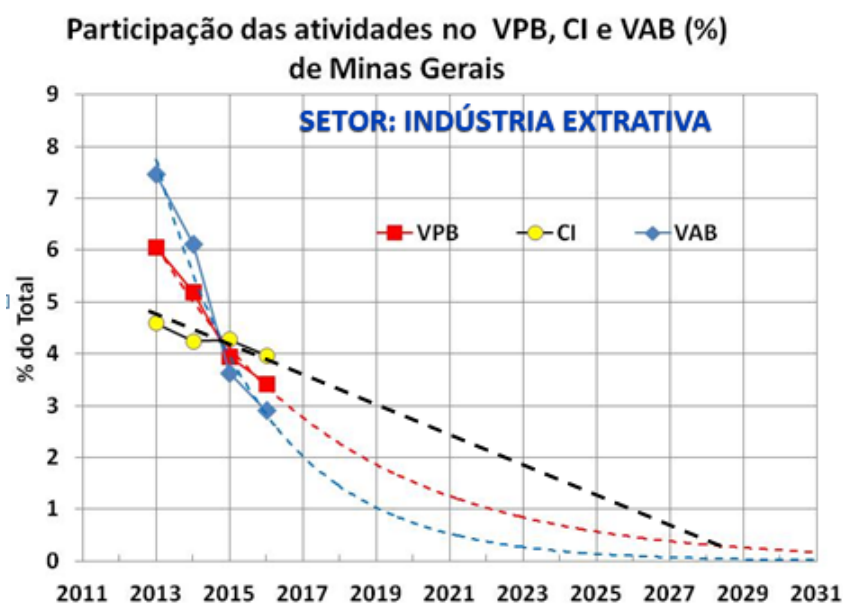


Figura 26: Participação da Indústria Extrativa no VPB, CI e VAB. 2011-2031.

Fonte: Fundação João Pinheiro. Disponível em:

<https://epocanegocios.globo.com/Brasil/noticia/2019/02/mineracao-cidade-onde-vale-nasceu-vive-cercada-por-33-vezes-o-volume-de-rejeitos-de-barragem-que-se-rompeu-em-brumadinho.html>. Acesso em: 20 jun. 2019.

Conforme defende o Engenheiro Euler Cruz, do Fórum Permanente São Francisco e do Gabinete de Crise da Sociedade Civil, os rompimentos de barragens poderão acelerar um pouco esta queda, mas não são a causa dela. Outro dado que reforça essa queda da participação do extrativismo na economia mineira é da própria FIEMG, que aponta a indústria extrativa como responsável por um quarto da produção industrial de Minas e por 2,1% do PIB

mineiro⁵³. Quanto ao CEFEM⁵⁴, Itabira e outros municípios do Quadrilátero Ferrífero ocupam posições destacadas no cenário estadual e nacional. Itabira estava no ranking das 5 maiores arrecadações de CEFEM no país no ano de 2018, segundo dados da ANM. Em que pese a posição destacada de Itabira quanto arrecadação da CEFEM e os números vultuosos que o Município garante ao seu erário em virtude disso, o mesmo desempenho e retorno não é acompanhado nos indicadores sociais. Aqui destaco a Tabela 2 que compara Itabira e outros municípios mineiros de grande poder de arrecadação de CEFEM com o IDH. Itabira, apesar de ser o segundo município do estado de Minas Gerais em termos de arrecadação do CEFEM, amarga a trigésima segunda posição em termos de IDH.

⁵³Disponível em:

https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2019/02/13/internas_economia,1030118/paralisacao-de-minas-da-vale-tera-impacto-de-1-8-no-pib.shtml. Acesso em: 10 jun. 2019.

⁵⁴ Ressalta-se que a CEFEM não tem natureza tributária, conforme entendimento do STJ (RESP 756.530/DF) e STF (RE 228.800/DF). É uma Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM), ou seja, é uma contraprestação paga à União pelo aproveitamento econômico desses recursos minerais. Previsão na Constituição Federal de 1988, instituída pelas Leis nº 7.990/1990 e 8.001/1990. Foi regulamentada pelo Decreto nº 01/1991 e, a partir de então, passou a ser exigida das empresas mineradoras em atividade no país. Conforme definiu o decreto, a CFEM incide sobre o faturamento líquido, no caso da venda do minério bruto e beneficiado, ou no custo intermediário de produção, quando o produto mineral é consumido ou transformado em um processo industrial. Entretanto, com a Medida Provisória n. 789/2017, na hipótese de saída por venda, passou a ser a receita bruta, deduzida apenas dos tributos incidentes sobre a venda que foram pagos ou compensados. A arrecadação da CFEM é distribuída da seguinte forma: 7% para DNPM, 0,2% para o IBAMA, 1,8% CETEM; 15% para o Estado onde for extraída a substância mineral; 60% para o município produtor e 15% para municípios afetados pela atividade e a extração não ocorrer em seus territórios

Município	IDHM 2010	Classificação CFEM 2010	Classificação IDHM 2010	Município	IDHM 2010	Classificação CFEM 2018	Classificação IDHM 2010
Nova Lima	0,813	1	1	Vazante	0,742	21	53
Itabira	0,756	2	32	Bela Vista de Minas	0,674	22	396
Congonhas	0,753	3	36	Alvorada de Minas	0,572	23	826
Itabirito	0,73	4	85	Arcos	0,749	24	42
São Gonçalo do Rio Abaixo	0,667	5	451	São Lourenço	0,759	25	26
Mariana	0,742	6	52	Nazareno	0,69	26	289
Brumadinho	0,747	7	44	Pedra Azul	0,627	27	676
Conceição do Mato Dentro	0,634	8	629	Antônio Dias	0,645	28	578
Itatiaiuçu	0,677	9	377	Barão de Cocais	0,722	29	121
Paracatu	0,744	10	48	Mateus Leme	0,704	30	208
Ouro Preto	0,741	11	57	Pains	0,728	31	95
Belo Vale	0,655	12	516	Conceição do Pará	0,7	32	228
Rio Piracicaba	0,685	13	322	Porteirinha	0,651	33	540
Sabará	0,731	14	81	Passa Tempo	0,687	34	311
Araxá	0,772	15	14	São Sebastião da Vargem Alegre	0,66	35	492
Catas Altas	0,684	16	326	Mário Campos	0,699	36	232
Tapira	0,712	17	162	Riacho dos Machados	0,627	37	677
Sarzedo	0,734	18	73	Piracema	0,646	38	576
Santa Bárbara	0,707	19	192	Itaú de Minas	0,776	39	10
Patrocínio	0,729	20	89	Desterro de Entre Rios	0,639	40	604

Figura 27: Tabela 2 - Arrecadação dos municípios.

Fonte: ANM Disponível em:

https://sistemas.dnpm.gov.br/arrecadacao/extra/Relatorios/cfem/maiores_arrecadadores.aspx. Acesso em: jun. 2019.

Outro indicador que corrobora nesse sentido de contradição de indicadores de desenvolvimento econômico e social é o índice de Gini⁵⁵. A análise do mapa a seguir evidencia que Itabira é uma das cidades que mais concentra renda e é uma das mais desiguais da sua região. Portanto, o fruto do desenvolvimento econômico do extrativismo minerário não é distribuído de maneira parcimoniosa entre os itabiranos.

⁵⁵ O índice de Gini mede o grau de desigualdade dentro de uma determinada unidade espacial, segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0 (quando não há desigualdade, ou seja, a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor) a 1 (desigualdade é máxima, ou seja, um só indivíduo concentra toda a renda produzida dentro desta unidade espacial).

Mapa 11: Mapa do Índice Gini Microrregião de Itabira – 2010

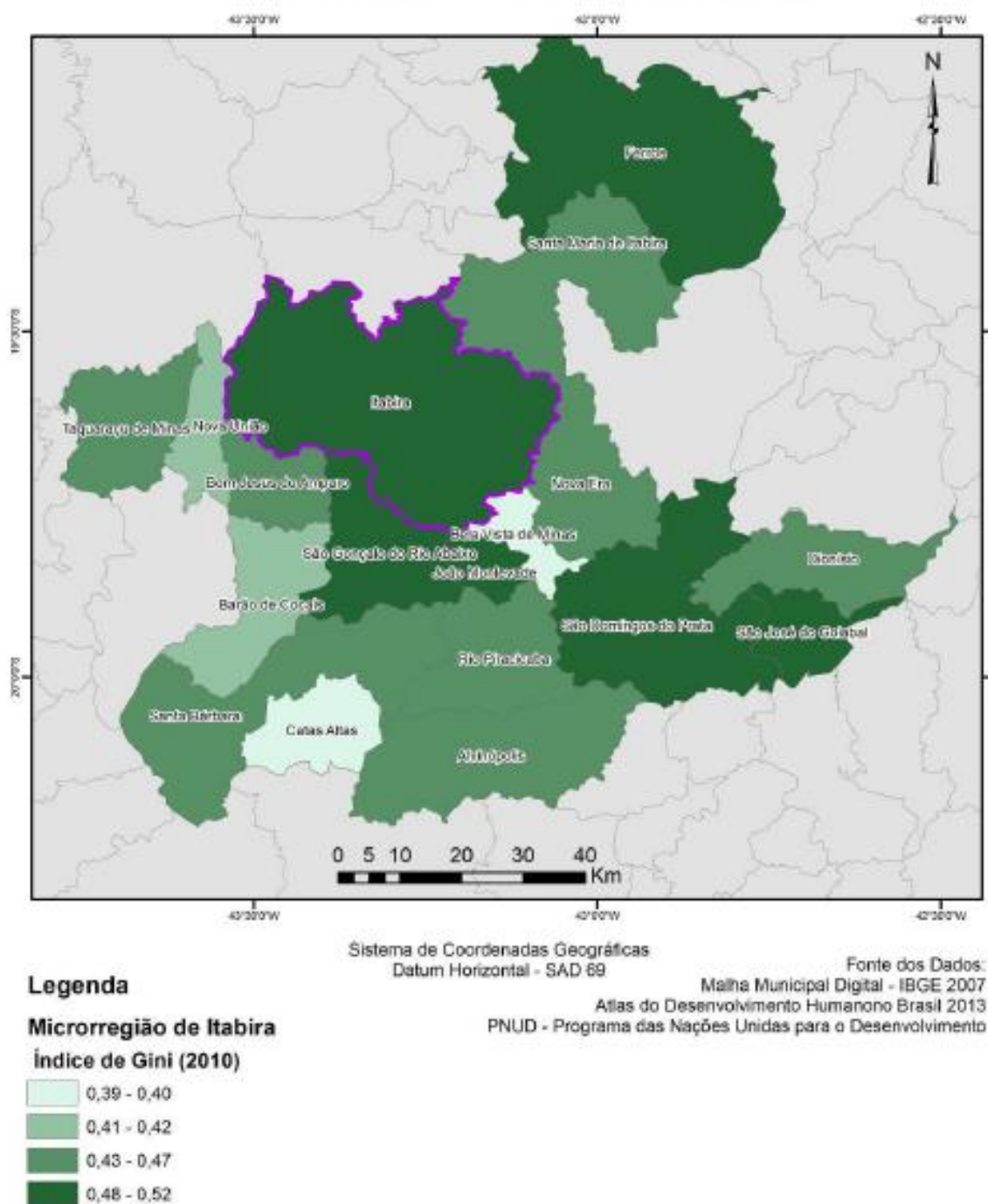


Figura 28: Mapa do índice de Gini, microrregião de Itabira. 2010.
Fonte: Fundação Israel Pinheiro (2014).

Por fim, apontamos os dados sobre empregos diretos e postos de trabalho gerados pela atividade extrativista minerária. A partir dos dados dos Gráficos 3 e 4, observa-se que desde 2013 houve uma redução constante tanto em Minas Gerais quanto em Itabira. No caso Itabirano em que há hegemonia da Vale, a empresa reduziu vertiginosamente o seu quadro de empregados. Entre os anos de 1988 e 1998, evaporaram 170 mil postos de trabalho; de 1990 a

1997, o número de postos de trabalho regulares na empresa passou de 4.189 para 2.112. Em 1999, após a privatização, os postos de trabalho diretos chegaram apenas a 1.701 (COELHO, et al. 2015).

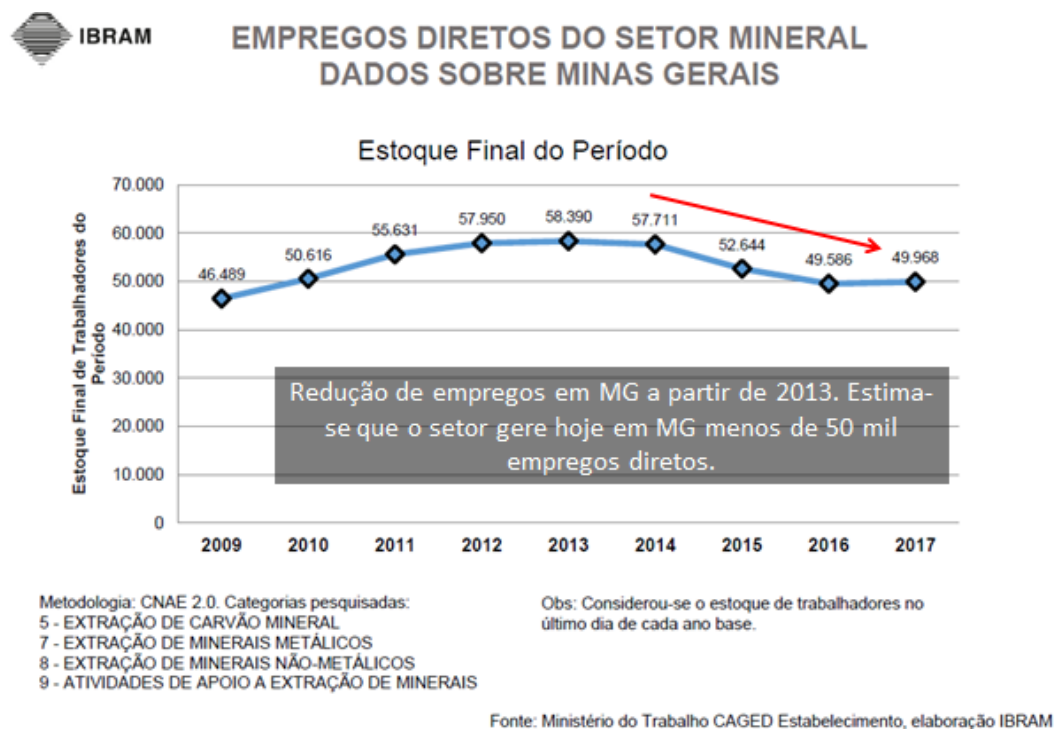


Figura 29: Gráfico 3 - Empregos diretos do Setor Mineral. Dados sobre Minas Gerais. 2009-2017.
Fonte: Ministério do Trabalho (CAGED).

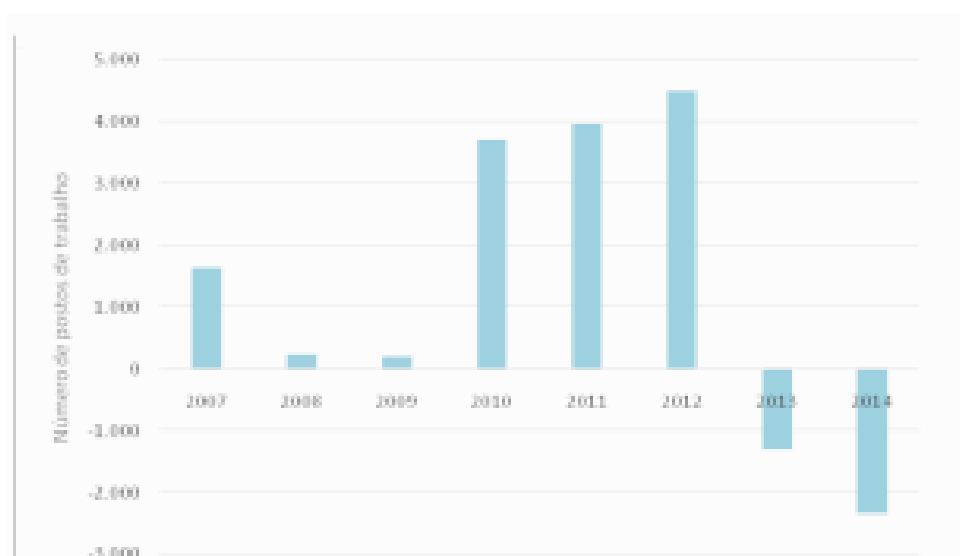


Figura 30: Gráfico 4 - Variação no número de postos de trabalho em Itabira (admissões menos demissões).
Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego (2016). Elaborado por: GUIMARÃES E MILANEZ. Desenvol. Meio Ambiente, v. 41, p. 215-236, ago. 2017.

O segundo ponto que retomamos são os efeitos derrames nos territórios. Os “derrames” socioambientais são onerosos demais, o que por si só já inviabilizaria os empreendimentos extrativista minerário. Mas, se levarmos em conta ainda com os “retornos” que na verdade, após análise dos dados apresentados, são os resquícios ou migalhas dos excedentes da atividade minerária, nem na perspectiva economicista a atividade se sustenta. Portanto, é uma falácia afirmar que a cidade é dependente da atividade extrativista, que ela traz empregos, renda, desenvolvimento e retornos, logo que há um inelutável “destino mineral”. Ao contrário, o neoextrativismo que é dependente do mercado financeiro, também depende dos territórios que invadem. Os processos do mercado financeiro tratam de uma série de dinâmicas interligadas, as quais são definidas fora da localidade, por mercados internacionais, mas que encontram materialidade nos territórios. A perpetuação dessa lógica colonial extrativista instiga conflitos fundiários, contamina as bacias hídricas e esgota os recursos naturais. Nesses contextos, os referidos projetos fundados no neoextrativismo provocam fragmentação territorial, removendo comunidades e assim promovendo desterritorialização. Podemos ilustrar tais asserções através dos processos de remoções forçadas em Itabira que não são ações isoladas, mas, sim práticas reiteradas e alimentadas pelo extrativismo ao longo do tempo, década de 1970 (Caso do Explosivo via legislação federal, decretos expropriatórios), anos 2000 (Caso Vila Paciência, pós privatização, através de processos judiciais). E em 2019 (através do terrorismo empresarial de barragens). Portanto, a cidade, Itabira, torna-se o palco dos conflitos, da exposição das contradições, da materialização das relações de poder assimétricas, um cenário propício para emergir disputas, resistências, insubmissões e lutas. Nesse sentido, reafirma-se o direito à cidade, em conformidade com a *Carta mundial do direito à cidade*, emergindo como a garantia de um direito coletivo, em especial dos grupos vulneráveis e subalternizados, para lhes conferir legitimidade de ação, organização e insubmissão, com suas próprias formas visando o pleno exercício à livre autodeterminação e a um padrão de vida digno. Sendo assim, legítimo são os enfretamentos, resistências e insubmissões que o povo itabirano historicamente travou no território frente à colonização e ao neoextrativismo, através dos Quilombos, das Greves, dos Encontros de Cidades Mineiras, das insurreições poéticas e acadêmicas, como também das organizações da sociedade civil itabirana vem pautando contemporaneamente, conforme foi exposto no capítulo anterior. Há questões inerentes ao setor extrativista que limitam consideravelmente o surgimento e consolidação de outros setores alternativos. Assim,

entender em maior profundidade o caso de Itabira torna-se imperativo para debater a superação do modelo baseado em extração mineral (MILANEZ, 2017).

Colocam-se os conflitos e disputas pelo território, que fazem florescer debates sobre o tipo de cidade que queremos e com que tipo de extrativismos, ou quiçá, de pós-extrativismos lidaremos. Urge pensar um novo modelo em que atenda as demandas da maioria, com uma regulação ambiental e social e ao mesmo tempo consinta a coexistência de outras formas de vida. A posição de mineradoras derramando vários efeitos compensando socialmente, através de algumas partículas de excedentes da extração é irrisório. Possíveis caminhos podem ser projetados, nesse entendimento faz necessário discutir o desenvolvimento em sua integralidade. Qual deve ser o papel do Estado? Qual a nossa demanda real por minerais? Qual a nossa demanda real por energia? Necessitamos ter todo esse setor extrativista minerário? A discussão está totalmente distorcida porque a finalidade principal dos setores extrativos não é resolver as necessidades nacionais e regionais, mas, sim converter o máximo que puder em matéria de exportação. Um instigante contraponto é apresentado pelo Centro Latino-Americano de Ecologia Social (CALES) que coloca como estratégia a reorientação do desenvolvimento para as necessidades nacionais e regionais. Por exemplo, uma estratégia de desenvolvimento que alimente os povos da região andina, assegurando bem-estar, moradia, saúde, educação e a permanência de nichos, que podem ser os produtos exportáveis, depois de atender a satisfação e as necessidades nacionais e regionais. Será possível subverter a lógica da globalização? É possível atender primeiro às necessidades locais e regionais para depois saciar as globais? Não só é possível como inevitável, pois o minério é esgotável, assim como o petróleo e outros extrativismos. Assim, atender primeiro as demandas nacionais para desenganchar da globalização e não depender tanto da exportação de matéria prima do extrativismo é premente, buscando uma integração séria, que tenha por objetivo compartilhar e coordenar cadeias produtivas, compartilhar e coordenar a produção. Porém, vivemos um drama de integração latino-americano em que os países seguem competindo entre si na exportação de matérias primas. Um caminho possível é comercializar entre nós, países do sul global, com cadeias produtivas compartilhadas.

Ademais, acrescenta-se que a maioria dos setores recebe subsídios estatais. Por que inverter a exonerações tributárias⁵⁶, ou presentear o acesso a terra, brindar o acesso a energia

⁵⁶ Lei Kandir, lei complementar brasileira nº 87 que entrou em vigor em 13 de setembro de 1996 no Brasil isenta de tributos as operações relativas à circulação de mercadorias e serviços (ICMS), principalmente, os produtos e serviços destinados à exportação. A lei que veio na esteira da privatização dos recursos naturais brasileiros sancionada pelo presidente em exercício à época, Fernando Henrique Cardoso, leva o nome de seu autor, o ex-deputado federal Antônio Kandir. (COELHO, et. al.2015). Estima-se que a desoneração do ICMS provocada

barata a todo setor extrativista? Por que não inverter uma conversão produtiva, fazendo com que novos setores atendam melhor nossas demandas e gerem menos dependência dos mercados globais?

Está ocorrendo uma movimentação institucional e da sociedade civil rumo a uma maior presença estatal nesse processo, intentando uma melhor regulação social e ambiental. No embalo da pressão popular sobre as responsabilizações dos crimes ambientais ocorridos no estado de Minas Gerais recentemente, foi sancionada a lei 23.291. A norma é resultado do projeto de iniciativa popular “Mar de Lama Nunca Mais” e estabelece a Política Estadual de Segurança de Barragens, uma série de mudanças que aumentam a rigidez na fiscalização da atividade mineradora em Minas Gerais⁵⁷. No âmbito federal, a Câmara dos Deputados aprovou quatro das nove propostas da comissão externa Desastre de Brumadinho para um novo marco regulatório da mineração no Brasil, que agora segue para aprovação no Senado. As proposições legislativas incidem sobre o licenciamento ambiental, a tributação, a prevenção de desastres, a tipificação penal do crime de ecocídio e a proteção dos direitos das populações atingidas por rompimento de barragens.⁵⁸

Isto posto, uma alternativa que vai nessa mesma linha é, ao pensarmos em desenvolvimento, colocarmos em primeiro lugar as necessidades das pessoas, a qualidade e os modos de vida. Faz-se necessário pensar em maior controle social ou cidadão dos extrativismos e do próprio Estado. Acolher os desafios de alternativas plurais que variam em cada território, em cada contexto histórico e político, evitando pensar apenas em receitas. Romper com o niilismo de que não há outra opção senão o “destino mineral”. Nessa toada, reafirma-se o direito à cidade na perspectiva que Harvey (2013) apresenta, como também um direito de mudar a cidade de acordo com os nossos desejos, apontando a questão do tipo de cidade que desejamos ser sem separá-la da questão do tipo de pessoas que desejamos nos tornar. Nesse ponto, discussão entra em contato com os pensamentos decoloniais. Frisa-se que os pensamentos decoloniais apresentam a possibilidade de coalizações epistêmicas e

pela lei Kandir já subtraiu dos cofres mineiros mais de R\$ 135 Bilhões. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/politica/2019/08/05/interna_politica,1074806/minas-tenta-hoje-acordo-para-receber-r-135-bi.shtml. Acesso em: mai. 2019.

⁵⁷ Entre as mudanças podemos citar alguns avanços como: 1) as empresas deverão apresentar um plano de recuperação socioambiental em caso de desastres e também para a desativação da estrutura. E, antes que a licença prévia seja concedida, a documentação será apresentada à população; 2) a construção de barragens deve ser a última opção das empresas, caso não haja absolutamente nenhuma solução melhor que a construção desse tipo de estrutura; 3) nenhuma nova barragem a montante – modelo das duas barragens que se romperam em Minas Gerais – poderá ser construída. As que já existem não poderão ser ampliadas e deverão ser descaracterizadas em até três anos.

⁵⁸ Projetos de Lei aprovados na Câmara: PL nº 2.787/2019, PL nº 2.788/2019, PL nº 2.790/2019, PL nº 2.791/2019; Projetos de Lei em tramitação na Câmara: PLP nº 127/2019, PL nº 2.785/2019, PL nº 2789/2019.

coexistências dos modos de ser e viver. Não consiste em um novo modelo de pretensão universalizante, que se colocaria como válido e verdadeiro, pois supera os demais previamente existentes; ao contrário, ao propor coalizações e desobediências epistêmicas, procura-se alterar o vetor que privilegia o princípio de destruição da vida, valorizando o princípio de respeito a todas as formas de vida, fundamentados no princípio da correspondência e do bem-viver.⁵⁹

⁵⁹ Trata-se de uma cosmovisão ancestral construída pelos povos altiplanos dos Andes, que se tornaram invisíveis frente ao colonialismo, patriarcalismo e capitalismo. O Bem Viver enaltece o fortalecimento das relações comunitárias e solidárias, os espaços comuns e as mais diversas formas de viver coletivamente, respeitando a diversidade e a natureza (SAMPAIO, ALCÂNTARA, 2017). Para um debate mais aprofundado, ver: LAJO, Javier. Sumaq Kaway-Ninchik: o nuestro vivir bien. **Revista de la Integración**, n. 5, 2010, p. 112-125.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri. **Justiça ambiental e construção social do risco**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2002.

ACSELRAD, H.; MELLO, C. C. A.; BEZERRA, G. N. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2009.

ANDRADE, Carlos Drummond. **Antologia Poética**. 12ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978, p. 36-37

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Rev. Bras. Ciênc. Polít.** [online]. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522013000200004&script=sci_abstract&tlng=pt.

BARTON, J. R. Eco-dependency in Latin America. **Journal Singapor of Tropical Geography**, v. 27, n. 2, p. 134-149, 2006. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1111/j.1467-9493.2006.00249.x>.

BOULOS, Guilherme. **Por que ocupamos?** Uma introdução à luta dos Sem-Teto. São Paulo: Editorial Scortecci, 2012.

BRITTO, Maria Silveira Gonçalves. **O ferreiro e a forja no universo da escravidão: experiência de homens de cor nas Minas do Ferro escravista**. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG). 2012. Disponível em: http://www.encontro2012.mg.anpuh.org/resources/anais/24/1340714778_ARQUIVO_Oferreiroaforjanouniversodaescravidao.pdf.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **El capítulo faltante de Imperio La reorganización posmoderna de la colonialidad en el capitalismo posfordista**. Multitudes 26. Automne 2006. Disponível em: <http://www.multitudes.net/El-capitulo-faltante-de-Imperio-La/>.

CHESNAIS. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Tádizo Peters; ZONTA, Marcio; TROCATE, Charles (Orgs.). **Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. A questão mineral no Brasil- vol. 1**. Marabá: Editora Iguana, 2015.

COSTA, Geraldo Magela. **Processo de formação do espaço das cidades mono-industriais** - um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Engenharia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1979.

COSTA, Ana Cláudia Cunha. **Regulação do setor minerário**: uma abordagem histórica e análise dos aspectos jurídicos e econômicos a serem considerados em uma proposta de reforma. Trabalho de Conclusão de Curso em Direito. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

ENGELS, Friedrich, Kautsky, Karl. **O Socialismo Jurídico**. Boitempo, 2012. (p.20)

FERREIRA, Ana Gabriela Chaves. **Mineração em serra tanto bate até que seca**. A presença da Vale em Itabira para além do desenvolvimento dos conflitos ambientais. Trabalho de Conclusão de Curso em Ciências Sociais. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

FERREIRA, Jurandyr Pires. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. São Paulo: Editora IBGE, 1959. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em: 25 jul. 2016.

FERNANDES, Edésio. Constructing the 'right to the city' in Brazil. **Social legal studies**, n. 16, p. 201-219, 2007.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO - **Secretaria do Estado de Planejamento e Coordenação. Itabira e a Política de Recursos Minerais**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1981.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais**: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. Revista Crítica de Ciências Sociais, 80, mar. 2008.

_____. Do «extrativismo económico» ao «extrativismo epistêmico» e «extrativismo ontológico»: uma forma destrutiva de conhecer, ser e estar no mundo. **Tabula Rasa** [online]. 2016, n.24, pp.123-143. ISSN 1794-2489.

GUDYNAS, E. **Extractivismos** – Ecología y economía política de un modo de entender el desarrollo y la naturaleza. Cochabamba: CEDIB, 2015.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Souza. DIAS, Maria Tereza Fonseca. Resgate dos direitos humanos em situações adversas de países periféricos. **Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais**, n. 47, 2005.

_____. **(Re)pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática.** 3ª ed. Belo Horizonte: Editora Del Rey, 2010.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980

_____. **Espaços de Esperança.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Ciudades rebeldes.** Del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2013.

_____. A Liberdade da Cidade. In: HARVEY, D. et al. **Cidades rebeldes.** São Paulo: Boitempo, 2013, p. 27-34.

HOBSBAWN, E. **A era dos extremos: o breve século XX (1914-1991).** São Paulo: Companhia das letras, 2003.

IBASE. **Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro.** Achiamé: Rio de Janeiro, 1983.

Katz, C. (2014 de julio de 16). ¿Qué es el neo-desarrollismo? II- Una visión crítica. Argentina y Brasil. Buenos Aires, Buenos Aires, Argentina. Acesso em 2019, disponível em <https://katz.lahaine.org/que-es-el-neo-desarrollismo-ii-una-vision-critica-argentina-y-brasil/>

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana.** Belo Horizonte: Editora UFMG - Humanitas, 1999.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou revolução.** São Paulo: Editora Expressão popular, 2010.

MARICATO. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n.48, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a13.pdf>.

MARINI, Ruy Mauro. **Acerca del Estado en América Latina. Havana.** 1991. Disponível em: http://www.marini-escritos.unam.mx/030_estado_es.htm.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Os homens de ferro: estudo sobre os trabalhadores da indústria extrativa de minério de ferro da Companhia Vale do Rio Doce em Itabira, Minas Gerais.** Belo Horizonte, Editora Dois Pontos, 1986.

_____. **De ferro e flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária.** Rio de Janeiro, Editora Garamond, 2004.

MIGNOLO, Walter. **Desobediencia Epistémica: retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de lá descolonialidad.** Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010

_____. Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento. Sobre (de) colonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica. **Revista de filosofía**, v. 74, n. 2, 2013, p. 7-23.

OSORIO, J. América Latina: o novo padrão exportador de especialização produtiva – estudo de cinco economias da região. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital:** contribuições da teoria marxista da dependência. São Paulo: Boitempo, 2012, p. 103-133.

PACHUKANIS, E. B. **Teoria Geral do Direito e Marxismo.** Editora acadêmica.1998.

PALMA, J. G. Quatro fontes de desindustrialização e um novo conceito de doença holandesa. In: **Conferência de industrialização, desindustrialização e desenvolvimento.** São Paulo: FIESP; IEDI, ago. 2005.

PAULANI, L. M. **A dependência redobrada:** le monde diplomatique Brazil. 61ª ed. 2012. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-dependencia-redobrada/>. Acesso em: 20 mai. 2017.

PIQUET, Rosélia. **Cidade-Empresa** - presença na paisagem urbana brasileira. Rio de Janeiro: Editora J. Zahar, 1998.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y Modernidad-Racionalidade. In: BONILLA, Heraclio. **Los Conquistados:** 1492 y la población indígena de las Américas. Bogotá: Tercer Mundo, 1992, p. 437-447.

_____. Pólo Marginal y mano de obra marginal. In: CLIMACO, D. A. **Antología esencial de la dependencia histórica-estructural a la colonialidad/ descolonialidad del poder.** Buenas Aires: Clacso, 2014, p. 125-171.

RESTREPO, Eduardo; ROJAS, Axel. **Inflexión decolonial:** fuentes, conceptos y cuestionamientos. Popayán: Editorial Universidad de Cauca, 2010.

RIGOTTO, M., AGUIAR, RIBEIRO (Orgs). **Tramas para a Justiça Ambiental**: diálogo de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombos**: modos e significações. Brasília: UnB, 2015.

SVAMPA, M. **Commodities Consensus**: Neoextractivism and Enclosure of the Commons. In Latin America South Atlantic Quarterly. Duke, v. 114, 2015, p. 65-82.

SAINT-HILAIRE, A. Itabira do Mato Dentro, jornada de Itabira a Vila do Príncipe. In: **Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais**. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1938. Disponível em: <http://www.brasiliana.com.br/obras/viagem-pelas-provincias-do-rio-de-janeiro-e-minasgerais-t-1>.

SOUZA, Maria das Graças e Silva. **A "terceira Itabira"**: os espaços políticos, econômico, socioespacial e a questão ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2002.

SOUZA, Maria do Rosário Guimarães de Souza. **Urbanização e produção social de conflitos em Itabira**: dominação e exploração na e pela (des)construção do espaço urbano - o caso da Vila Paciência. Dissertação (Mestrado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 104, p. 93-109, 2016.

WISNIK, José Miguel. **Maquinação do Mundo**. Drummond e a mineração. São Paulo: Companhia das Letras, 2018

ZHOURI, Andréa; VALENCIO, Norma (orgs) **Formas de matar, de morrer e de resistir: limites da resolução negociada de conflitos ambientais**. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2014.

ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. "Introdução". In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: ANNABLUME, 2016.